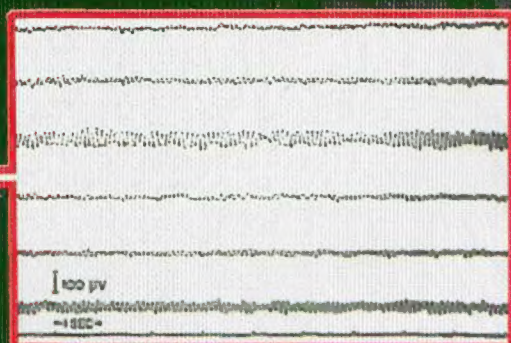
VIAGEM PELA MENTE DE UM MUÇULMANO

READING THE MUSLIM MIND

HASSAN HATHOUT

Prólogo de Ahmad Zaki Yamani

Direção e supervisão da tradução: Dr. Bahige Mulla Huech

VIAGEM PELA MENTE DE UM MUÇULMANO

Hassan Hathout

Prólogo de Ahmad Zaki Yamani

Direção e supervisão da tradução: Dr. Bahige Mulla Huech

PARA AQUELES QUE ESTÃO COMPROMETIDOS COM O AMOR, A VERDADE E A FAMÍLIA HUMANA

AGRADECIMENTOS

Dou graças a Deus por ter me permitido escrever este livro depois de tanto tempo, embora finalmente o tenha feito durante meu confinamento em um período de convalescência. Se não fosse por isso, certamente teria adiado para um futuro que talvez nunca tivesse chegado, com o pretexto de sempre estar "ocupado demais". Como diz o Alcorão (4:19): *"[...] podereis estar depreciando algo que Allah dotou de muitas virtudes".*

O profeta Mohammad disse: "Aquele que é ingrato com outras pessoas, também é com Deus". Reconheço e agradeço o imenso apoio e a ajuda dedicada por minha esposa Salonas. Não é uma surpresa para mim já que sempre foi assim desde que nos casamos há cinquenta e três anos.

Também devo expressar meu agradecimento aos meus irmãos e amigos que sempre me incentivaram a escrever, argumentando, com razão, que um livro escrito é muito mais duradouro do que prolíficos discursos por mais necessários que sejam.

Estou particularmente agradecido à minha estimada amiga, a senhora Carol de Mars, por ter revisado o texto voluntariamente e oferecido um inestimável conselho editorial.

Sempre estarei em dívida com meu editor, por fazer deste trabalho uma tarefa fácil e prazenteira.

Por último, embora não em menor medida, gostaria de agradecer à senhorita Hedab Tarifi por ter assumido a dura tarefa de digitar o manuscrito com rapidez, sem se cansar jamais, quando lhe eram requeridas modificações e reajustes. Que Deus recompense a todos eles.

Hassan Hathout.

ÍNDICE

PRÓLOGO

Sheikh Ahmad Zaki Yamani[1]

De todas as religiões existentes, o Islam é a única que não deve seu nome a uma tribo ou pessoa: o Judaísmo, por exemplo, toma seu nome de Judeia; o Cristianismo, de Cristo; o Budismo, de Buda. O Islam não deve seu nome ao profeta Mohammad, que a paz e a bênção de Deus estejam sobre Ele. Apesar da tendência de certos orientalistas do passado a usar termos como "maometismo" e "maometanos", os muçulmanos não aceitam essas denominações para sua fé nem para si mesmos.

A palavra "Islam" deriva de duas fontes: *taslim*, que significa "submissão" ou "subordinação" e *salam*, que significa "paz". O Islam é essencialmente um "modo de vida", uma ideologia integral que governa a relação entre o homem e seu Criador e as relações entre o ser humano e seus semelhantes.

A relação entre o ser humano e o Todo-Poderoso se define pela submissão total da pessoa à vontade de seu Criador. Este é o significado essencial e geral da palavra "Islam". O termo, portanto, não se limita à fé revelada através do profeta Mohammad. De fato, o Alcorão se refere a diversos profetas (que a paz de Deus esteja sobre eles) que

---

1 Sheikh Ahmad Zaki Yamani é ex-ministro de petróleo e recursos minerais do Reino da Arábia Saudita e um dos mais consumados homens de Estado de nosso tempo. Por seus próprios méritos é também um erudito do Islam e um dos que participam anualmente no curso de Sharia islâmica da Faculdade de Direito da Universidade de Harvard. Sua obra The Everlasting Sharia (Saudi Publishing House, 1970), assim como seus inumeráveis textos e conferências apresentam a realidade do Islam de uma forma aplausível. É o fundador e presidente de Alfurqan: The Islamic Heritage Foundation, cujo objetivo é a preservação, custódia e publicação de manuscritos islâmicos antigos.

viveram com anterioridade ao profeta Mohammad como "muçulmanos". Por conseguinte, segundo os ensinamentos do Alcorão, a religião de Abraão e a de todos os profetas era, na realidade, o Islam:

> *[...] porque é o credo de vosso pai, Abraão. Ele vos denominou muçulmanos, antes deste e neste (Alcorão), para que o Mensageiro seja testemunha vossa, e para que sejais testemunhas dos humanos. [...] (Alcorão 22:78)*

Por outro lado, as relações dos seres humanos entre si se regem pela segunda raiz da qual deriva a palavra "Islam", isto é, a "paz". A paz implica, sem dúvida, tolerância e misericórdia. Ao descrever o muçulmano, nosso Profeta nos diz que "o verdadeiro muçulmano é aquele de cuja língua e de cujas mãos os outros muçulmanos se encontram a salvo". O Profeta sempre insistiu em seu elogio à tolerância e à pessoa tolerante, assim como em sua afirmação de que "Deus é misericordioso com o tolerante, aquele que é tolerante vendendo e é tolerante comprando".

Em tempo de guerra, as normas que regem os conflitos — fazendo analogia com uma expressão do vocabulário militar moderno — ordenam que o muçulmano somente empreenda combate com o não muçulmano se for agredido por este. Disso depende que os muçulmanos contem ou não com o consentimento divino para lutar. Em palavras do Alcorão (22:39): *"Ele permitiu (o combate) aos que foram atacados; em verdade, Allah é Poderoso para socorrê-los."*

A relação entre muçulmanos e não muçulmanos em geral e, particularmente, os povos do Livro, é uma questão de muitas faces e que merece muita mais atenção do que aquela que se possa dedicar numa introdução destas características. Com isso, basta dizer que os dois princípios que estão implícitos nessa relação são a tolerância e a paz.

Isso é o que ordenam o Alcorão e as palavras do Profeta. Os acontecimentos históricos que contradizem estes princípios devem ser atribuídos aos muçulmanos implicados e não ao Islam, da mesma forma que as maneiras não cristãs de proceder devem ser atribuídas aos cristãos como indivíduos, e não aos ensinamentos de Jesus (que a paz de Deus esteja sobre Ele).

O Islam se distingue também pelo fato de que o muçulmano deve estar em paz com os demais e também consigo mesmo. Este é um efeito indispensável da total submissão do muçulmano à vontade de Deus. O Islam é único na compatibilidade e harmonia que gera entre os aspectos espirituais e materiais da existência. Os ensinamentos espirituais da sua fé controlam e canalizam a conduta do muçulmano nos assuntos materiais. Bem sabem aqueles que estão familiarizados com as leis islâmicas relativas às transações comerciais e à conduta pessoal. Os atos de culto no Islam, por outro lado, são uma mistura de súplica verbal e movimentos físicos cujo propósito é confirmar e enfatizar a essência espiritual. As orações diárias preceptivas do muçulmano, por exemplo, contêm vários movimentos corporais. A posição de inclinação (*ruku'*, em árabe) representa a humildade do muçulmano ante a grandeza de seu Senhor e se executa ao mesmo tempo em que se repetem as palavras prescritas para esta postura: “Glorificado seja meu Senhor o Grandioso!”. Da mesma forma, a posição de prostração (*suyud*), representa a insignificância da existência humana ante a infinita grandiosidade Divina, e em sua humilde postura o servidor repete as palavras prescritas: “Glorificado seja meu Senhor o Altíssimo!”. Estas posturas e movimentos expressam o desejo do muçulmano de servir ao seu Senhor e Criador depositando sua confiança e sua fé em Sua misericórdia e em Sua graça. A inclinação e as prostrações reverenciais — reservadas somente a Deus —

expressam a extrema humildade do muçulmano, a qual se reserva unicamente para Deus, e para ninguém mais. O Alcorão ensina aos muçulmanos a dizer: *"Só a Ti adoramos e só de Ti imploramos ajuda."* (Alcorão 1:5). Pelo contrario, a relação com o resto dos seres humanos se baseia, segundo a fé islâmica, na igualdade.

A história da humanidade é testemunha da passagem de diversas civilizações: a chinesa, a faraônica, a grega, a persa e a romana; também, da civilização islâmica. Cada uma das civilizações que precederam o Islam é caracterizada por aspectos diferenciados e próprios. Assim, enquanto a filosofia prosperou na civilização grega, na romana prosperou principalmente a arquitetura. A civilização islâmica se destaca pelo auge nos campos mais importantes do conhecimento, tais como a medicina, a astronomia, a química, a matemática, a filosofia e a arquitetura. Mas se algo distingue verdadeiramente a civilização islâmica das suas ancestrais é que conhecemos o momento exato da história em que ela surgiu. Esse momento não é outro senão aquele em que a fé islâmica revelou-se ao Profeta, no século VII d.C. Outras civilizações levaram séculos de evolução para alcançar uma forma reconhecível e carecem de um começo exato no tempo ou de uma data de nascimento. Além disso, enquanto outras civilizações foram fruto do contexto social no qual surgiram, os árabes que habitavam Makka no século VII não poderiam ter instaurado uma civilização cujo distintivo é o conhecimento, já que em sua maioria eram ignorantes e analfabetos. Foi a chamada do profeta Mohammad, que a paz e a bênção de Deus estejam sobre Ele (de agora em diante P e B), aquilo que os atingiu no mais profundo de seu ser e transformou toda a sua estrutura social. Aquela chamada e aquela Mensagem Divina que os havia transformado partiram para todas as direções do mundo conhecido e mudaram o curso da história.

Na verdade, nem todos os costumes que regiam entre as tribos árabes na época pré-islâmica foram abolidos pelo Alcorão e a Sunna[2] do Profeta. Alguns foram validados; outros, modificados e integrados na nova ordem legal e moral e, com certeza, aqueles que contradiziam os ensinamentos islâmicos foram abolidos. Alguns daqueles costumes que não haviam sido abordados pelo Alcorão ou pela Sunna o foram mais adiante pelos juristas e eruditos encarregados de interpretar os textos originais. E foi através deles e de suas conclusões que os remanescentes de alguns daqueles costumes beduínos antigos e reprováveis conseguiram penetrar na Sharia (o *corpus* do Direito islâmico). Esta parte da Sharia, que veremos mais adiante, não é imutável e deve estar aberta ao exame de juristas qualificados em todas as épocas. Embora seja uma temática muito complexa e extensa para ser tratada aqui com profundidade, serão ilustrativos um ou dois exemplos do âmbito da lei de família.

A poligamia e o direito dos homens a repudiar suas esposas *ad nutum* eram amplamente aceitados e exercidos na Arábia pré-islâmica. O homem tinha o consentimento para ter todas as esposas que desejasse, para repudiá-las e trocá-las sem restrições. Este estado de coisas se manteve durante a primeira metade da vida do Profeta, que a paz e a bênção de Deus estejam sobre Ele. O Islam limitou o número de esposas simultâneas permitidas ao homem e impôs como condição ao efetivo exercício do direito à poligamia, a capacidade do esposo para tratar de forma equitativa a todas as esposas. Na realidade, o direito limitado à poligamia

---

2 O termo Sunna (*Sunnah*) designa literalmente uma "forma, curso, regra, modo ou conduta de vida" assim como Normas jurídicas, máximas ou atos do Profeta". Na literatura islâmica se usa no sentido de exemplo ou modo de vida do profeta Mohammad e é a segunda fonte básica da Lei islâmica. (N. do E.)

estava originariamente muito vinculado a situações nas quais os homens eram responsáveis por crianças órfãs. O Alcorão ameaça a quem se apodera da propriedade que corresponde aos órfãos legitimamente da seguinte maneira: *"Porque aqueles que fraudarem o patrimônio dos órfãos, introduzirão fogo em suas entranhas e entrarão no fogo abrasador."* (Alcorão 4:10)

Esses muçulmanos aos quais se tinha confiado a propriedade dos órfãos se sentiram alarmados e, temendo que parte dessas propriedades se misturasse com as suas, destinadas a investimentos, pudesse inadvertidamente ser negada aos órfãos, trataram de devolver ao Profeta a propriedade dos órfãos para evitar obrar contra a lei divina. Então foi revelado outro versículo Alcorânico:

> *"Se temerdes ser injustos no trato com os órfãos, podereis desposar duas, três ou quatro das que vos aprouver, entre as mulheres. Mas, se temerdes não poder ser equitativos para com elas, casai, então, com uma só, ou conformai-vos com as escravas que vos pertença. Isso é o mais adequado, para evitar que cometais injustiças."* (Alcorão 4:3)

Infelizmente, os muçulmanos abusaram muito da tolerância em relação à poligamia do Alcorão, sem considerar quais eram as condições que se requeriam para poder exercê-la. De fato, mais do que considerar com cautela as circunstâncias nas quais era permitida e as condições que ordenavam seu exercício, o direito à poligamia foi interpretado pelos homens de certas sociedades simplesmente como uma licença para manter inumeráveis relações sexuais.

Especialmente os muçulmanos árabes, quando se enriqueciam, faziam da poligamia a norma antes que a exceção e, ainda que não excedessem o limite de quatro esposas simultâneas, quando desejavam trocar simplesmente se divorciavam de uma delas. Usavam

o divórcio para satisfazer prazeres mundanos mesmo sabendo que, como disse do Profeta, que a paz e a bênção de Deus estejam sobre Ele: "Entre tudo o que é permitido, o divórcio é a coisa mais odiosa aos olhos de Deus". De fato, o Alcorão estabelece com toda a clareza como se deve aplicar esta desagradável licença legal. Quando a relação marital se torna tensa e se deteriora, o primeiro recurso deve ser o de acudir a uma arbitragem.

> *"E se temerdes desacordo entre ambos (esposo e esposa), apelai para um árbitro da família dele e outro da dela. Se ambos desejarem reconciliar-se, Deus lhes ajudará a chegar a um acordo."* (Alcorão 4:35)

No caso de falhar a arbitragem, o marido poderá determinar um primeiro divórcio cujo efeito ficará suspenso por um período de três meses e dez dias. Transcorrido este prazo, o divórcio será efetivo e o casamento resultará dissolvido. Durante esse tempo, a esposa deve permanecer no lar conjugal com objetivo de que o esposo possa reconsiderar a dissolução do casamento (uma solução que, embora legal, é desagradável aos olhos de Deus). Esta situação pode se repetir duas vezes. Se ocorrer uma terceira vez, o casamento se dissolve e ambos os esposos permanecem divorciados para sempre, salvo que posteriormente a mulher se case com outro homem e que tal casamento seja também dissolvido. Segundo o Alcorão:

> *O divórcio revogável só poderá ser efetuado duas vezes. Depois, tereis de conviver dignamente ou separar-se com benevolência.* (Alcorão 2:229)

> *Porém, se ele se divorciar irrevogavelmente dela, não lhe será permitido tomá-la de novo por esposa legal, até que se tenha casado com outro e também se tenha divorciado deste; não serão censurados se se reconciliarem, desde que sintam que poderão observar as leis de Deus.* (Alcorão 2:230)

Apesar da clareza do Alcorão nesta matéria, os homens muçulmanos às vezes ditam a fórmula legal do divórcio por triplicado. Alguns juristas muçulmanos, na expectativa de preservar o período que o Alcorão concede aos esposos para recapacitar, estabeleceram que a fórmula de divórcio ditada por triplicado de forma simultânea, conta como um só divórcio revocável. No entanto, Omar ibn al-Jattab, segundo califa depois do Profeta, ao ver que as pessoas tratavam um assunto tão grave como o divórcio com falta de responsabilidade, ordenou que a partir de então os três divórcios ditados em unidade de ato contassem, em efeito, como três.

Por outro lado, os ensinamentos do Profeta estabelecem que um homem não possa repudiar à sua esposa em determinadas circunstâncias. Por exemplo, quando a esposa se encontra menstruando, ou entre dois ciclos menstruais se em tal período houve acesso carnal (cabe destacar que o coito está proibido durante a menstruação). Um dos coetâneos do Profeta, Abd Allah ibn Omar, que havia infringido esta norma, recebeu ordem do Profeta de retornar com sua esposa.

As lamentáveis práticas comuns em algumas sociedades islâmicas induziram a uma visão desvirtuada de nosso sistema legal por parte de certos observadores. Muito pelo contrário, a Sharia, concretamente no que concerne à mulher e às normas constitucionais, constitui um sistema legal único concernente à proteção e à capacidade de organizar a vida social e individual.

Infelizmente, estes aspectos tão brilhantes da Sharia — que dispõe de um sistema legal que serve à humanidade como nenhum outro — viram-se eclipsados pela tendência de alguns muçulmanos a exagerar a dureza do conceito de sanção no Islam. Esta tendência é fruto de um sério mau entendimento do Islam no qual os muçulmanos, e também os orientalistas estrangeiros, incidiram. O Islam não foirevelado para amputar a mão do ladrão ou lapidar ao adúltero, mas sim para proteger e salvaguardar a dignidade humana. A dureza

do castigo para quem infringe a lei deve ser entendida como um elemento dissuasório e não aplicável de forma automática. Prova disso são os numerosos obstáculos que se devem de superar antes de proceder à aplicação do castigo. De fato, a carga da prova é tão pesada que executar o castigo pode ser praticamente impossível.

Não é de se estranhar, portanto, que a sociedade genuinamente islâmica se caracterize pela bondade e harmonia. Estes são alguns dos requisitos que o Islam exige para o estabelecimento de uma civilização dotada de uma ordem elevada. E, portanto, as unidades que compõem esta sociedade civilizada, ou seja, os seres humanos devem estar à altura e moldados pelos ideais que seu Criador tornou explícitos.

Entretanto, a fascinação das tentações mundanas menoscabou a adesão dos muçulmanos aos ditados do Senhor e não é realista esperar encontrar na sociedade islâmica de hoje em dia, muitos cuja conduta e comportamento sejam totalmente islâmicos. Na minha própria experiência vital encontrei apenas alguns, e posso afirmar categoricamente que o Dr. Hassan Hathout é um deles. Por isso me senti muito comprazido quando me pediu que escrevesse um prólogo para o seu livro *Viagem pela mente de um muçulmano.* Ler seus pensamentos, antes inclusive de ler seu livro, ajudou-me a embarcar numa viajem ao mundo dos "ideais realistas".

O Dr. Hathout entende o Islam como deve ser entendido, no seu verdadeiro sentido. Sua fé em Deus e em Sua unicidade não é somente o resultado de aceitar a revelação divina e os ensinamentos do Profeta. É também o fruto de um poderoso exercício intelectual presidido pela lógica e a razão. Um esforço intelectual que é perfeitamente de acordo com as numerosas exortações a pensar, refletir e deliberar sobre o universo e sobre sua própria existência nele, e a aumentar seu conhecimento sobre o Criador, que o Alcorão dirige de forma continua ao homem:

"Na criação dos céus e da terra e na alternância do dia e da noite há sinais para os sensatos." (Alcorão 3:190)

"Estes invocam a Deus em qualquer circunstância ou situação e meditam na criação dos céus e da terra, dizendo: Ó Senhor nosso, não criaste isto em vão. Glorificado sejas!" (Alcorão 3:191)

O primeiro capítulo do livro, de título "Deus?", traça o caminho que conduz o muçulmano ao conhecimento de seu Senhor e facilita a fé e a aceitação total. Seu estilo é, ao mesmo tempo, convincente para o jovem e persuasivo para o adulto maduro e não crente.

Seguidamente, no segundo capítulo, a análise lógica dos fatores que indicam a existência de Deus conduz à análise das consequências da existência de Deus na vida do homem, tais como a ressurreição, a vida eterna e a diferença entre o homem e o demônio nas três religiões monoteístas mais importantes, cuja origem comum se remonta à pessoa do patriarca Abraão: o Judaísmo, o Cristianismo e o Islam.

O terceiro capítulo nos mostra uma perspectiva objetiva e interessante das relações entre o Islam e as outras duas religiões. O leitor não muçulmano que desconhece o Islam se surpreenderá dos vínculos que unem o Islam especialmente com o Cristianismo. O Alcorão nos diz: *"Constatarás que aqueles que estão mais próximos do afeto dos crentes são os que dizem: Somos cristãos! Porque possuem sacerdotes e não se ensoberbecem em coisa alguma".* (Alcorão 5:82).

A civilização islâmica deixou marcas evidentes na ocidental através de diferentes disciplinas e nas artes. Proporcionou ao mundo ocidental a base sobre a qual construir sua própria civilização. As diferentes terminologias árabes adaptadas diretamente ou através de suas traduções nos indicam essa influência.

Por exemplo, o termo árabe para designar "universidade" é *jami'ah* e tem sua origem na palavra *jami'*, que significa a mesquita maior de uma cidade ou povoado. As mesquitas foram os lugares onde por primeira vez ensinaram-se disciplinas como a medicina, a astronomia e o direito a estudantes que se sentavam em círculo ao redor de seus mestres. A civilização ocidental, emulando esse sistema, também estabeleceu edifícios concretos para o ensino aos quais foi atribuido um nome latino cujo significado se corresponde perfeitamente com o termo árabe *jami'* — *universitas*, em latim — e que em inglês moderno corresponde a "university". O estudante muçulmano, depois de ter finalizado seus estudos com sucesso, obtinha a *ijazah*, termo árabe cuja tradução literal é a palavra "licenciatura" que é usada em diversos países europeus para designar o grau acadêmico correspondente.

Deveria saber-se também que o distanciamento no passado entre muçulmanos e cristãos teve raízes políticas. Não foi causado pelo surgimento do Islam como religião e, tal como o autor indica, descrever a civilização dominante em nossos dias como "judaico-cristã" implica faltar à verdade. Seria equivalente a apagar fatos históricos provados que mostram a influência considerável dos primeiros muçulmanos sobre a civilização dominante em nossos dias; de fato, muito maior que a hebraica. Por isso, é muito mais correto descrever a civilização atual como judaico-cristã-islâmica. Este capítulo prova a grande estima que o Alcorão mostra para com Moisés, o profeta dos hebreus. A história da luta de Moisés e de seu povo se repete muitas vezes no Alcorão. Não devemos esquecer que o nome de Moisés aparece no Alcorão em muitas mais ocasiões que o de nosso profeta Mohammad, que a paz e a bênção de Deus estejam sobre ambos. Nomes de profetas como Ismael, Isaac, Jacob, Moisés, Aarão, David, Salomão e José são populares entre os muçulmanos. Todo isto indica, definitivamente, que a disputa entre muçulmanos

e judeus é de natureza política e não religiosa. De fato, os hebreus provavelmente foram os primeiros em admitir que desfrutassem de maior segurança e melhor trato sob a égide do Estado islâmico que com nenhum outro. Quando o governo islâmico teve seu fim na Espanha, os hebreus fugiram dos novos governantes em busca de outro Estado islâmico ou otomano.

Por estas mesmas razões, os laços de tolerância e de cooperação entre o mundo islâmico e o cristão podem ser extremamente fortes sempre que se produzam as condições necessárias de sinceridade e disposição política. As diferenças entre as duas religiões não induzem à inimizade e existem suficientes interesses comuns que justificam pôr fim a longa lista de injustiças que se cometeram e que se seguem cometendo contra os muçulmanos. Chegou o momento de acabar com tudo isso e de apagar juntos a amargura e o ressentimento erigido através do tempo.

O capítulo quarto, um dos mais longos e importantes da obra, analisa a anatomia do Islam. O Dr. Hathout revisa brevemente a Sharia ou corpo da Lei islâmica, a separação entre a religião e o Estado e a democracia. Depois, aborda o aspecto espiritual do Islam, ou seja, as questões relativas ao culto e à mensagem moral que impuseram disciplina aos muçulmanos e neles semeou a semente da compaixão, da misericórdia e do amor por tudo aquilo que é bom. Apenas desejaria acrescentar à interessantíssima exposição da Sharia do Dr. Hathout, um ponto que me parece importante. Deve-se fazer uma clara distinção, por um lado, entre as regras e mandatos alcorânicos — muito escassos em número — e as normas contidas nas palavras provadas e nos fatos do Profeta que constituem uma fonte de direito sagrada e imutável; e por outro lado, o corpo extenso de opiniões legais geradas pelos juristas muçulmanos e os eruditos das diferentes escolas ao longo do tempo. Estas últimas não são religiosamente vinculantes para os muçulmanos e por isso tampouco são consideradas sagradas e imutáveis.

Uma das fontes da Lei islâmica é a que os juristas denominam *masalih mursala*, uma expressão que poderíamos traduzir livremente como "interesse público". Os primeiros juristas usaram essa fonte para estabelecer novas regras com as quais abordar situações inexistentes na época do Profeta e que, por conseguinte, não aparecem recopiladas nos textos, ou seja, no Alcorão e na Sunna. Alguns extrapolaram um pouco e empregaram o princípio de interesse público a modo de guia para a interpretação dos textos. E outros juristas que extrapolaram ainda mais, no caso de conflito entre o interesse público e os textos fundamentais do Islam chegaram a dar preferência ao primeiro, procedimento bastante radical e difícil de conceber.

A busca de soluções para os novos problemas que surgem com o devir do tempo e as conseguintes variações das necessidades da comunidade islâmica continua incessante. Eis que, por esse motivo, inevitavelmente a Sharia tinha que evoluir. Na realidade, sua evolução começou muito pouco depois da morte do Profeta, e uma das figuras mais ousadas neste sentido foi Omar ibn Al-Jattab, o segundo califa, que chegou inclusive a adaptar ou suspender algumas das normas contidas no Alcorão[3]. A presente introdução não é, de modo algum, o lugar adequado para fazer uma explicação completa sobre este assunto. Vou me limitar, neste caso, a distinguir as duas grandes escolas de pensamento em matéria de *ijtihad* ou alegações jurídicas: a primeira se decanta a favor de uma estreita observância do texto e de sua interpretação literal, sem entrar nas complicações de seus fins; a segunda se decanta pelos fins e pela razão última implícita na norma.

4 Entretanto, as decisões do califa Omar não eram arbitrárias, pois se baseavam em sua inteligência e interpretação dos mandamentos Alcorânicos e em sua aplicação real. Em todas as ocasiões consultou aos discípulos do Profeta com maior formação, os quais constituíram seu conselho consultivo e estiveram presentes mostrando sua conformidade. (Nota do Ed.)

O Dr. Hathout narra a história dos soldados que tinham recebido ordens de não realizar o *asr* (a oração da tarde) enquanto não chegassem ao território dos Banu Quraida. Quando a hora da oração do *asr* estava a ponto de finalizar sem que os soldados tivessem chegado ao seu destino, alguns escolheram orar interpretando a ordem do Profeta não no sentido de se absterem de rezar, mas sim que deveriam se dirigir com grande diligencia ao seu objetivo. O resto dos soldados escolheu a interpretação literal da ordem do Profeta abstendo-se de rezar enquanto não chegassem ao seu destino. Posteriormente, o Profeta (que a paz e a bênção de Deus estejam sobre Ele) aprovou ambas as interpretações, pois ambas tinham se baseado em premissas fundamentadas. Omar ibn Al-Jattab em seu *ijtihad,* pertencia à escola centrada mais na sabedoria e no propósito das normas do que na literalidade dos textos. Minha leitura das opiniões do Dr. Hathout sobre como interpretar as normas, adaptá-las ou desenvolvê-las para abranger situações novas e em constante mudança, indica que se inclina pela mesma escola.

O autor atuou de forma correta ao abordar a relação entre Islam e democracia. O governo islâmico, tal como está abordado no Alcorão e na Sunna, não inclui uma forma específica de sistema constitucional. Os textos estão centrados no estabelecimento dos princípios básicos nos quais se deve fundamentar toda constituição. O governante será escolhido e governará sujeito à Lei. Os assuntos da comunidade serão resolvidos mediante a decisão da maioria que consiste na própria essência do sistema da *shura* (decisão deliberativa ou deliberação). O Profeta, na qualidade de chefe do Estado islâmico, estava sujeito ao sistema da *shura,* sempre que suas ações não tivessem sido ditadas através de revelação divina. O modo como pôr em prática o princípio da *shura* é algo que deve ser elucidado de acordo com as necessidades e circunstâncias de cada tempo e lugar. Deste modo, a flexibilidade — elemento vital — estará sempre garantida. Por um momento, vamos nos

estender sobre história do califado de Omar. Normalmente, ele celebrava a *shura* na mesquita. Caso se tratasse de um assunto difícil que requeresse uma deliberação extensa, Omar conduzia a todos os participantes nas consultas até um lugar aberto fora da cidade. Lá poderiam permanecer durante vários dias discutindo o assunto até alcançar uma decisão majoritária que para o governante passava a ser vinculante.

Além do governo da maioria conforme o sistema da *shura,* o Islam estabeleceu firmemente o conceito de direitos humanos. Princípios como a liberdade de culto, a liberdade de expressão, a liberdade de movimento — de viajar e mudar o lugar de residência dentro do território nacional — e a igualdade de todos os cidadãos foram consagrados pelo Islam muito antes que outras nações iniciassem o tortuoso caminho que finalmente as levaria a incluir esses princípios em seus sistemas jurídicos e políticos. Infelizmente, muitas coisas mudaram desde os primeiros tempos do Islam e várias características originárias do sistema constitucional islâmico foram sendo desgastadas. Em determinados países islâmicos é difícil evitar a impressão de que exista uma aversão definitiva entre Islam e democracia.

O autor oferece uma clara e sucinta explicação dos cinco pilares do Islam. O muçulmano geralmente os aprende na infância. O objetivo é oferecer ao leitor não muçulmano uma imagem clara do afã do muçulmano por conseguir a perfeição na sua relação com o Criador em matéria de culto e mediante o cumprimento dos mandatos e das proibições de Deus em sua conduta diária. Esta última parte da vida do muçulmano, isto é, seu modo de proceder em relação ao próximo, é aquilo que mais chama a atenção do observador. Aqui, o modelo moral estabelecido pelo Islam é elevado e impregna todos os aspectos da vida, tornando o verdadeiro muçulmano generoso, convivente e modesto, esforçado em fazer o bem a seus irmãos muçulmanos na mesma medida em que o faria com seus próprios familiares e amigos. O autor cita excelentes exemplos

do Alcorão e da Sunna que influenciaram os muçulmanos ao longo dos séculos e que podem oferecer aos não muçulmanos uma imagem vigorosa do Islam.

O quinto e último capítulo abrange questões políticas e sociais sobre as quais existe uma grande controvérsia em todo o mundo. As opiniões do autor e as soluções que propõe são um reflexo de sua profunda compreensão da Sharia islâmica e de seus princípios morais. Alguns muçulmanos poderiam diferir das teorias ou conclusões do autor, porém, essas discrepâncias de opinião são bem-vindas no Islam. A mensagem de nosso Profeta diz que "aquele que se afanar em indagar a verdade e encontrar a resposta correta será duplamente recompensado. Aquele que se afanar e não encontrar a verdade obterá apenas uma recompensa". Desde meu ponto de vista, a decisão do Dr. Hathout de buscar o espírito e a essência dos textos, mais do que o seu significado estrito e literal, merece ser duplamente recompensado.

PREFACIO

Nasci no Egito durante a época da ocupação britânica. Este fato deixou marcas importantes em minha vida. Lembro minha mãe dizendo-me em repetidas ocasioes, desde que tive uso de razão, "quando fiquei grávida de você jurei que lhe chamaria Hassan e que você conseguiria expulsar os britânicos do Egito". Aquilo ficou gravado em minha mente. O resultado? Não tive uma infância despreocupada nem uma adolescência delinquente. Existia uma causa e um propósito em minha vida!

Minha geração seguiu os passos das gerações anteriores que haviam combatido, com todos os meios necessários, contra a ocupação britânica. Para os britânicos, seus governos egípcios e seus substitutos éramos considerados como terroristas; mas para o resto do país e do mundo, éramos lutadores pela liberdade. Nós nos sentimos felizes de ver o fim da ocupação britânica. Posteriormente, quando morei na Inglaterra, onde continuei meus estudos, senti amor e admiração pelo povo britânico. Percebi que os povos podem não estar de acordo com a política externa de seus líderes políticos e governantes. O mesmo me ocorreu depois, quando cheguei aos Estados Unidos para estabelecer minha residência nesse país.

A seriedade e a determinação alimentaram minha vida de estudante. Minhas qualificações clínicas em Obstetrícia e Ginecologia foram altas. Depois, para afiançar uma sólida base acadêmica obtive meu doutorado na Universidade de Edimburgo, Escócia. Minha tese de doutorado se titulou *Estudos sobre a embriogênese humana normal e anormal.* Tive a satisfação de conseguir o sonho de minha vida e ser professor universitário, chefe de meu departamento, médico clínico, científico e docente, e de alcançar um alto status em meus círculos profissionais a nível regional, nacional e internacional.

Tudo isso, entretanto, não era mais do que um dos dois pulmões que necessitava para respirar. Minha verdadeira

paixão era o estudo da religião, em primeiro lugar a minha, mas também as outras. Minhas leituras não eram menos extensas do que as dos estudantes de religião, entretanto, minha experiência em ciência e medicina me proporcionou uma inestimável ferramenta com a qual refletir sobre minha religião, compreendê-la e explicá-la.

Como pessoa bicultural e bilíngue pude perceber que o Islam é muito conhecido no Ocidente precisamente pelo que não é (e algumas vezes sinto que os muçulmanos possuem algo de culpa). Difamar o Islam converteu-se no objetivo de determinados grupos políticos e dos meios de comunicação e de entretenimento.

Creio firmemente no direito humano básico de ser reconhecido pelo que somos. Também creio que a paz, a harmonia e a bondade somente podem se fundamentar no correto entendimento mútuo, e não em mitos ou falsidades. Apenas assim os homens e as mulheres conseguirão discernir as verdadeiras similitudes e diferenças. Então, provavelmente, chegarão a respeitar essas diferenças e acederão a tolerá-las e a conviver com elas. Neste sentido, esta obra é uma humilde contribuição a favor do Islam, a fé de mais de um bilhão de irmãos neste planeta.

Apresento-a com amor. O amor é de Deus e o ódio é do Demônio.

Hassan Hathout

Capítulo I

DEUS?

"Você crê em Deus?" — perguntei em certa ocasião à minha neta. "Claro!" — respondeu-me, quase com displicência. E acrescentou: "Isso é o que diz mamãe!". Então apanhei um de seus livros e lhe perguntei: "Quem escreveu este livro?". Sem hesitar, ela leu o nome do autor. "Imagine — continuei com minha argumentação — que arranco a capa onde aparece o nome do autor, e lhe digo que este livro escreveu-se sozinho. O que você diria então?". Sua resposta foi, sem dúvida, um enfático "Impossível!". O resto da conversa confirmou, de forma simples e lógica, que da mesma forma que um livro prova a existência de seu escritor, a criação prova a existência de seu Criador.

Direta e simples. É uma ideia chave na forma de pensar dos muçulmanos. É possível que um processo intelectual similar fosse o que conduziu o patriarca Abraão (também conhecido no Islam como "o pai dos profetas") a encontrar-se com Deus. Convencido da falsidade dos ídolos que seu povo havia esculpido e adorado, começou a buscar elementos da natureza dotados de dignidade divina, como as estrelas, a Lua e o Sol, e descobriu que todos obedeciam a certas leis; assim que começou a refletir sobre Aquele que as tinha estabelecido. A narração Alcorânica destes acontecimentos é das mais interessantes:

> *E foi como mostramos a Abraão o reino dos céus e da terra, para que se contasse entre os persuadidos. Quando a noite o envolveu, viu uma estrela e disse: "Eis aqui meu Senhor!". Porém, quando esta desapareceu, disse: "Não adoro os que*

desaparecem". Quando viu despontar a lua, disse: "Eis aqui meu Senhor!". Porém, quando esta desapareceu, disse: "Se meu Senhor não me iluminar, contar-me-ei entre os extraviados". E quando viu despontar o sol, exclamou: "Eis aqui meu Senhor! Este é maior!". Porém, quando este se pôs, disse: "Ó povo meu, não faço parte da vossa idolatria!". (Alcorão 6:75-78)

Entretanto, a ideia de Deus não é tão popular quanto imaginamos. Surpreendeu-me a quantidade de ateus que havia entre meus colegas científicos dos círculos acadêmicos europeus e norte americanos, e não só entre os que procediam do antigo Bloco do Leste. Eu mesmo me esforcei em ser ateu durante uma época de minha vida. No meu país de origem, o Egito, justo depois da Segunda Guerra Mundial virou moda ser ateu entre os estudantes universitários. Tratei de me adaptar aos meus companheiros, mas jamais pude aceitar a ideia de um universo sem Deus. Finalmente deixei de lado este assunto. Até que uma tarde abri o dicionário buscando uma palavra e me assaltou uma ideia: Imagine que alguém afirmasse que a ordem infalível das palavras no dicionário fosse o resultado de uma explosão ocorrida numa gráfica, a qual tivesse causado que os tipos — ou seja, as letras de chumbo que se utilizam para imprimir — voassem pelos ares caindo justamente em ordem alfabética e na forma em que aparecem no dicionário. Seria totalmente impossível acreditar nisso!

Se Ele é o Criador último, então nada pode ser "mais" do que Ele em nenhum outro sentido; caso contrário, Ele seria menos de algum modo, teria limites, e isso choca frontalmente com o conceito de Ser Último ou Causa Primeira dos filósofos. Suas dimensões, em todos os seus atributos, se podem expressar em termos de infinito. Verdadeiramente, em matemática se reconhece o infinito como um fato matemático e para expressá-lo se utiliza um símbolo especial. É evidente, portanto, que nós não possamos entender o que significa

realmente o infinito. É natural, já que nós somos finitos e a finitude não pode compreender a infinitude. Portanto, é por isso que Deus possa nos compreender, mas que nós, seres finitos, não possamos compreendê-lo. Conhecemos Deus através da inteligência de Seus signos e através de Suas manifestações em Sua criação. E, visto que, não seja possível dividir a infinitude em duas, três ou mais partes (é um fato matemático), devemos concluir que não pode haver um Deus para os judeus, outro para os cristãos, outro para os muçulmanos, outro para os hindus, inclusive outro para os ateus e assim por diante.

Deus é um! A Unicidade de Deus está na raiz da fé islâmica e das crenças dos muçulmanos.

O pronome "Ele" usado para referir a Deus, evidentemente, não tem conotações de gênero. Deus está acima de categorizações linguísticas limitadas e arbitrárias. E, continuando com os usos linguísticos, cabe destacar que algumas línguas (incluído o inglês) não possuem uma palavra concreta para se referir ao Único Supremo Criador. Por isso, para diferenciar Deus dos deuses que são obra do homem é preciso utilizar letra inicial maiúscula, no primeiro caso, e minúscula, no segundo. Outras línguas reservam um nome especial para Ele. Em árabe, é *Allah*. Quando se lê *God* (em inglês), *Dieu* (em francês), *Adonai* (em hebreu) ou *Allah* (em árabe), não deve haver confusão ou dúvida. Em minhas conferências me perguntaram mais de uma vez: "Se você adora Deus, então, quem é *Allah*?" Embora às vezes a confusão não seja tão inocente. Há pessoas muito eruditas que ensinam que os muçulmanos não rendem culto a Deus; que tem um Deus diferente, e que o chamam *Allah*.

Capítulo II

BOM, E DAÍ?

O credo do Islam

Algumas pessoas estarão se questionando: “Deus existe. Bom, e daí? Por que eu deveria me preocupar se Deus existe? Não é essa uma questão erudita? Não é uma questão de teólogos e filósofos? Quais são as implicações práticas que tem Sua existência (ou não existência) para a sociedade humana?”.

Assumimos, então, que Deus existe e que Ele é o Criador. O estudo de Sua criação mostra sem dúvida que nós, os seres humanos, destacamos frente ao resto dos seres que compõem a criação e que, até o momento, foi possível estudar. Desde o átomo até a galáxia, todos obedecem a determinadas leis. Os átomos e moléculas que habitam em nosso interior são iguais aos que existem na natureza e obedecem às mesmas leis. Quando essas moléculas se tornam mais complexas e formam o DNA, esse ingrediente básico da vida capaz de se autorreplicar, a Química se funde com a Biologia. A Biologia também tem suas próprias leis. Nesse aspecto, somos surpreendentemente similares aos animais superiores.

Na escola me ensinaram que o Homem (genérico, homens e mulheres) ocupa a cúspide do reino animal. No entanto, nos resistimos a ser reconhecidos como animais. Compartilhamos biologia com os animais no sentido de que possuímos um sistema circulatório, respiratório, digestivo, imunitário, locomotor e órgãos motrizes, sensoriais, reprodutivos, e

outros mais, mas também sabemos que não é isso o que nos torna humanos. Entre todas as espécies conhecidas, somos a única que superou as barreiras da biologia. Somos seres suprabiológicos. Para nós, a biologia não é a guia suprema de conduta. Compartilhamos os mesmos instintos e impulsos, mas enquanto os animais respondem a eles de forma automática, nossa resposta está regulada por mecanismos complexos que vão mais além daquilo para o qual estamos programados. Foi-nos dada uma biologia animal, mas cruzamos os umbrais da biologia para adentrar-nos no reino dos valores, dos princípios e da espiritualidade. Certamente, se poderia afirmar que somos criaturas espirituais alojadas em contêineres biológicos (nosso corpo). Aqueles que nesta vida não têm outra preocupação senão a de atender às necessidades (e à avidez) de seu aspecto biológico, e que não estão à altura de sua capacidade espiritual, pelo menos em sentido figurado, poderiam se descrever como animais.

Ao estudar o homem podemos perceber que o Criador nos dotou de quatro características cardinais únicas em nossa espécie: Conhecimento, capacidade para distinguir entre o bem e o mal, livre arbítrio e responsabilidade para assumir nossos atos.

Conhecimento. Estamos dotados de um amor pelo conhecimento e de um desejo inato de aumentá-lo cada vez mais. Nossa mente está criada para observar, imaginar, racionalizar, analisar, experimentar e obter conclusões. Ansiamos conhecer o passado e o futuro e decifrar a natureza que mora em nosso interior e que nos rodeia. Registramos esse conhecimento e o transferimos nas mais variadas formas.

Capacidade para distinguir entre o bem e o mal. Seria simplista afirmar que o bem se mostra a todo momento atrativo e o mal, repulsivo. A vida humana é complexa; a mente se deixa confundir, tende à racionalização, e o mal pode resultar muito tentador. Tudo isso pode nos confundir.

Porém, nossa capacidade para distinguir entre o bem e o mal sempre estará presente.

Livre arbítrio. Nossa liberdade de escolha parte da "autonomia" com a qual o Criador dotou a nossa espécie. É evidente que esta liberdade não é absoluta e se estende a uma esfera limitada, mais além da qual deixa de existir. Entretanto, dentro dessa esfera, a liberdade constitui um valor cardinal de importância suprema na vida humana.

Obrigação de render contas de nossos atos. A liberdade de escolha é a condição que sustenta esta obrigação. Assumir a responsabilidade pelas nossas escolhas é algo que forma parte de nossa natureza. Não é algo que a religião tenha inventado: inclusive numa sociedade ateísta, se você passar no semáforo vermelho, será multado. No âmbito da religião, a responsabilidade implica que deveremos afrontar o juízo ou o Dia do Juízo somente se formos livres. A liberdade, portanto, é o núcleo e a essência do ser humano, tanto desde uma perspectiva religiosa como secular. Deus criou uma espécie que deve afrontar a responsabilidade de seus atos. Dito de outro modo, Deus criou uma espécie cujo distintivo é a liberdade. A superação de nossa capacidade de escolha é obra do "destino" e é evidente que não teremos que render contas por isso.

Somos, portanto, uma espécie que deforma contínua reflete e toma decisões. Muitas vezes, as emoções nos fazem duvidar sobre aquilo que sabemos que é certo ou errado. É nessas situações que devemos recorrer à nossa força de vontade e à nossa capacidade de autocontrole para evitar incidir no erro e ter de nos enfrentar às consequências de nossos atos. Os animais estão isentos desta batalha contínua consigo mesmos; carentes de sentimento de culpa, simplesmente fazem o que lhes dita o seu instinto. Por outro lado, as Escrituras nos dizem que os anjos fazem somente o bem, já que são incapazes de fazer o mal. Portanto, todos

os outros, respondem a uma programação; nós respondemos à nossa capacidade para escolher. Eis aqui, a que ponto é surpreendente a humanidade. E eis aqui a razão pela qual Deus, segundo as Escrituras, ordenou aos anjos a que se inclinassem ante Adão, embora eles fossem imunes ao pecado e Adão não. E eles Lhe obedeceram.

Vamos nos deter neste ponto por um instante e considerar o universo e o homem. Quanto maior for nosso conhecimento científico do universo, maior será nossa certeza de viver num universo tão precário de equações em equilíbrio, que a mais sutil desordem conduziria a uma catástrofe cósmica.

Agora pensemos na sociedade humana. Pensemos nessas pessoas que vivem — o que costumamos chamar — uma vida de equivocações, maldade ou pecado, que desfrutam e finalmente morrem. Outras, entretanto, empregam sua vida lutando pela verdade, pela justiça, padecendo por causa de seus ideais e finalmente morrem. Isso é tudo? É a morte o fim último para ambas as vidas? Algo em nosso interior se resiste a aceitar isso. Onde está a obrigação de responder por nossas atos? Se a morte fosse o fim, então a vida humana chocaria frontalmente com o delicado equilíbrio que domina todo o universo. A conclusão somente pode ser uma: a morte *não pode* ser o final. Não é possível que a morte seja seguida do nada. Deve seguir-lhe outra vida na qual o equilíbrio se recupera e se rendem contas. Essa outra vida é o "mais além" que as religiões se referem, aquele na qual as pessoas serão julgadas por Deus — o Juiz Supremo — no Dia do Juízo.

Deus nos torna livres e responsáveis pelos nossos atos. Não somos criaturas perfeitas, nem ninguém nos exige que sejamos. Nosso dever é agir da melhor maneira que nos seja possível perante as dificuldades e as tentações, embora isso não implique que, às vezes, possamos nos equivocar. Esforçamos-nos dia após dia, nossa vida é uma batalha constante. É justo, então, que Deus reconheça nossos esforços,

aprecie nossa luta e nos ame como a Sua mais nobre criatura. Verdadeiramente, Ele se deleitará de ver como superamos a prova apesar de ser livres para escolher. E a melhor maneira de responder a esta responsabilidade é não esquecer que Ele é o nosso Senhor, Último Recurso, tendo presente o bem e o mal tal como Ele nos mostrou, e não esquecer nunca que o Dia do Juízo, inexoravelmente, chegará.

Com essa finalidade, Ele seleciona determinados membros da família humana e entra em contacto com eles à sua maneira falando-lhes diretamente, mediante tábuas escritas, por inspiração ou através de um anjo, e lhes designa a tarefa de transmitir Sua mensagem a seus semelhantes: adorar a Deus e somente a Deus, fazer o bem e abster-se do mal, e sempre recordar que no Dia do Juízo Final teremos que, inexoravelmente, responder ante Ele pelos nossos atos. Nisso consiste o conceito de profecia. Ao longo da história, a humanidade recebeu um grande número de profetas e mensageiros. Alguns dos elos desta longa cadeia profética são mencionados propositadamente por Deus nas Escrituras, aos quais ditou as Escrituras a alguns e a outros lhes outorgou o poder de obrar determinados milagres. Os três últimos e grandes profetas desta cadeia são as principais figuras das religiões monoteístas abraâmicas, ou seja, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islam. Estas três figuras são descendentes do profeta Abraão: Mohammad, por parte de Ismael, e Moisés e Jesus, por parte de Isaac (Ismael e Isaac eram filhos de Abraão).

Neste ponto é necessário destacar que, para os judeus, a cadeia profética finaliza com o Judaísmo. Para eles, Jesus não foi o Messias, nem sua mãe, Maria, foi a mulher casta que pretendia ser. Eles continuam esperando o Messias e negam que o Cristianismo seja uma religião de origem divina. Para os cristãos, a cadeia profética finaliza com o Cristianismo, embora reconheçam o Judaísmo como religião divina (fato que os judeus não reconhecem aos cristãos). Os

muçulmanos, por sua vez, reconhecem o caráter do Judaísmo e do Cristianismo de religiões baseadas na revelação divina, apesar de que nem os hebreus nem os cristãos reconheçam esse caráter ao Islam, nem considerem que Mohammad seja um verdadeiro profeta e um mensageiro de Deus. Forma parte da fé de todo muçulmano (ou seja, de toda pessoa que professa o Islam) crer em Moisés e em Jesus, assim como nas Escrituras que lhes foram reveladas, e crer em toda a cadeia profética anterior. No Alcorão, a escritura do Islam considerada pelos muçulmanos como verdadeira Palavra de Deus, os muçulmanos leem:

> *Prescreveu-vos a mesma religião que havia instituído para Noé, a qual te revelamos, a qual havíamos recomendado a Abraão, a Moisés e a Jesus, (dizendo-lhes): Observai a religião e não discrepeis acerca disso; em verdade, os idólatras se ressentiram daquilo a que os convocaste. Allah elege quem Lhe apraz e encaminha para Si o contrito.* (Alcorão 42:13)

Antes de continuar, poderia resultar útil ao leitor não muçulmano uma informação superficial acerca do Alcorão. Os muçulmanos acreditam que o Alcorão é a verdadeira palavra de Deus, textual e literalmente transmitida pelo anjo Gabriel ao profeta Mohammad. É um livro do tamanho do Novo Testamento, embora não tenha sido revelado em sua totalidade de uma só vez. Chegou em forma de passagens curtas nas quais são abrangidas diversos assuntos e se comentam diversas questões e incidentes. Sua revelação se completou ao longo de vinte e três anos.

Enquanto o profeta Mohammad recebia uma passagem do Alcorão, comunicava aos seus seguidores fazendo preceder a citação pelas palavras “Deus disse”. Após a citação finalizava dizendo: “Essa é a palavra de Deus”. Essas duas expressões serviam para que se distinguisse bem o começo e o final da citação. Os novos versículos eram imediatamente entregados à memória coletiva, ao mesmo tempo que se registravam por

escrito sobre os suportes de escritura disponíveis na época. Uma vez foi finalizada a revelação do Alcorão, Mohammad deu-lhe a ordem definitiva que atualmente conserva e que não necessariamente segue a ordem cronológica da revelação; essa nova ordem responde à instrução divina. Desde então, o Alcorão foi conservado em sua língua e forma originais, palavra por palavra e letra por letra. Neste sentido, o Alcorão é único. Uma vez traduzido, deixa de se chamar Alcorão e passa a ser denominado "tradução dos significados do Alcorão", já que toda tradução é obra da interpretação humana, e não a Palavra original de Deus.

O Alcorão está escrito em língua árabe e é considerado um milagre literário inimitável. Na época do Profeta, o Alcorão desafiou os árabes que o emularam e, apesar do orgulho que tinham por sua pericia literária, tiveram que se reconhecer vencidos. Nessa época, alguns dos inimigos mais obstinados do Islam abraçaram a fé simplesmente ouvindo as passagens do Alcorão.

Capítulo III

O ISLAM E "OS OUTROS"

Segundo o Alcorão, todos os seres humanos foram honrados com a virtude de simplesmente ser humanos sem distinção de raça, origem ou crença. O Alcorão nos diz:

> *Enobrecemos os filhos de Adão e os conduzimos pela terra e pelo mar; agraciamo-los com todo o bem, e os preferimos enormemente sobre a maior parte de tudo quanto criamos.* (Alcorão 17:70)

O Islam destaca a unidade da humanidade como uma única família: "*Oh humanos, temei a vosso Senhor, que vos criou de um só ser, do qual criou a sua companheira e, de ambos, fez descender inúmeros homens e mulheres*" (Alcorão 4:1). Todas as pessoas desfrutam de direitos humanos em condições de igualdade, incluído o direito de escolher a religião livremente e sem coação, já que no seio do Islam o espaço ocupado pelo "outro" se encontra bem conservado e protegido. O Islam não é uma religião exclusivista, e não consente a nenhum ser humano, forme ou não parte do clero, que imponha limites à misericórdia e ao perdão de Deus ou que fale em seu nome outorgando o prêmio ou o castigo. O juiz último é o próprio Deus: "*Então, retornareis ao vosso Senhor, o Qual vos inteirará de vossas divergências.*" (Alcorão 6:164)

OS POVOS DO LIVRO

Judeus e Cristãos

Entre toda a humanidade, os hebreus e os cristãos são os mais próximos aos muçulmanos, e por isso lhes foi outorgado o título honorífico de *Povos do Livro*. Como os muçulmanos, são crentes no Deus Único e receptores de Suas Escrituras. Compartilham conosco a crença na cadeia profética. Além disso, muitos de nossos amigos judeus e cristãos se surpreendem quando tomam conhecimento que os profetas bíblicos são também profetas do Islam. As três religiões compartilham um código moral comum. O Alcorão diz:

> *(Muçulmanos!) "Dizei: Cremos em Allah, no que nos tem sido revelado, no que foi revelado a Abraão, a Ismael, a Isaac, a Jacó e às tribos; no que foi concedido a Moisés e a Jesus e no que foi dado aos profetas por seu Senhor; não fazemos distinção alguma entre eles, e a Ele nos submetemos".* (Alcorão 2:136)

A palavra "Islam" significa literalmente "subordinação à vontade de Deus".

O Islam permite aos muçulmanos comer os alimentos que lhes são oferecidos pelos Povos do Livro — a não ser que estejam propositadamente proibidos, como o álcool e a carne de porco -, assim como oferecer-lhes alimento em correspondência:

> *Hoje, estão-vos permitidas todas as coisas sadias, assim como vos é lícito o alimento dos que receberam o Livro, da mesma forma que o vosso é lícito para eles.* (Alcorão 5:5)

Da mesma forma, lhe é permitido ao homem muçulmano contrair matrimônio (a mais íntima das relações possíveis como laço sagrado) com uma mulher judia ou cristã:

> *Está-vos permitido casar com as (mulheres) livres e decentes muçulmanas, e também com as (mulheres) livres e decentes judias ou cristãs, contanto que as doteis e passeis a viver com elas licitamente, não desatinadamente, nem tendo amantes.* (Alcorão 5:5)

Em tal situação, não é lícito que esposo muçulmano obrigue sua esposa a se converter ao Islam, já que isso seria contraditório ao mandamento islâmico: *"não cabe coação em matéria de religião"* (Alcorão 2:256). É um dever islâmico do esposo muçulmano, garantir que sua esposa possa exercer seu direito ao culto de acordo com sua própria fé.

Em um Estado islâmico, os Povos do Livro se regem pelo princípio segundo o qual "eles desfrutam dos nossos mesmos direitos e têm as nossas mesmas obrigações". Além disso, têm direito à proteção social e outros serviços proporcionados pelo Estado. Os atos de intolerância contra os Povos do Livro são proibidos aos muçulmanos. O profeta Mohammad disse: "Aquele que prejudicar alguma pessoa dos Povos do Livro é como se prejudicasse a mim mesmo".

De fato, a sociedade islâmica foi desde o principio uma sociedade plural. Quando Mohammad imigrou à Madina para fundar o primeiro Estado islâmico, todas as tribos que moravam na cidade, incluídas as judias, fizeram um tratado que garantia a liberdade religiosa e a igualdade de direitos e deveres.

O Islam não é uma religião exclusivista. É uma chamada universal dirigida ao gênero humano (não é uma religião "árabe" ou "oriental", como muitos imaginam). Embora se dirija a todos os seres humanos, incluindo a os Povos do Livro, o fato de que estes não abracem a fé islâmica não é razão para considerá-los como inimigos ou infiéis. De fato, o termo "infiel" é de origem europeu e foi usado na época das Cruzadas para descrever os muçulmanos.

A bondade, onde quer que se encontre, é reconhecida pelo Islam.

> *Mas não todos os da Escritura são iguais. Há entre eles uma multidão que se mantém firme na fé, passam grande parte da noite recitando o Livro de Deus e se prostram (humildemente) ante Ele.* (Alcorão 3:113)

Nenhum indivíduo ou grupo pode reclamar o monopólio da misericórdia de Deus ou negá-la aos outros:

> *Quanto aos verdadeiros crentes, judeus, cristãos ou monoteístas (não confessionais), que acreditam sinceramente em Deus e no Último Dia e atuam com retidão, serão premiados por seu Senhor e não tem há motivos para que sintam inquietude nem apreensão.* (Alcorão 2:62)

Doutrina diferencial

Os aspectos compartilhados pelo Islam, o Judaísmo e o Cristianismo são incontáveis e nada tem a ver com o conceito estereotipado por uma grande parte da população no Ocidente. De fato, o Islam está muito mais próximo ao Cristianismo e o Judaísmo do que ambos próprios estão entre si, já que reconhece que ambas as religiões estão baseadas na revelação divina, enquanto os hebreus não reconhecem tal caráter para nenhuma das duas restantes. A este respeito, o termo "judeu-cristão" não é apropriado para descrever a civilização atual e, em minha opinião, foi denominado com o único propósito político de excluir os muçulmanos. Uma descrição mais apropriada de nossa civilização atual poderia ser "judaico-cristã-islâmica", já que as três religiões têm suas raízes na tradição abraâmica e a civilização islâmica foi a que deu origem à civilização atual. Na civilização islâmica puderam desfrutar de segurança e justiça sob um sistema de

tolerância e colaboração tanto muçulmanos como judeus e cristãos.

Junto a seus pontos em comum é conveniente considerar também as diferenças doutrinárias entre o Islam e as outras comunidades de fé abraâmica. A seguir oferecemos um esboço geral dessas diferenças. Nossa intenção não é de modo algum gerar confrontação ou atacar o resto de crenças, mas sim permitir aos leitores judeus e cristãos esclarecer e reavaliar sua postura em relação ao Islam e abandonar esse manto de falsidade, mais do que por ignorância e mal entendido, tanta animosidade e má vontade que gerou e que segue gerando.

A mais importante dessas diferenças talvez resida na forma como os muçulmanos percebem a Deus e se expressam em relação a Ele. Deus é eterno, infinito e absoluto em todos os Seus atributos. Não nos concerne imaginar ou designar uma forma que O limite ou reduza, porque Ele é um ser infinito. Para nos referir a Deus usamos os vocábulos mais reverentes. Portanto, resultam estranhas para a mentalidade muçulmana as passagens da Bíblia que relatam que Deus passeava pelo Jardim do Éden ou que Ele reuniu os anjos e referindo-se a Adão lhes disse: “Eis que o homem se tornou como um de nós”[4]; ou que depois do dilúvio lamentasse o que havia feito; ou que trabalhasse seis dias e no sétimo descansasse; ou que alguém que lutou com Ele esteve a ponto de vencê-lo.

Outro aspecto de discrepância é o relativo aos profetas e mensageiros designados por Deus. Os muçulmanos acreditam que estes eram cuidadosamente escolhidos por Deus para transmitir sua mensagem e serem modelos de conduta frente às suas comunidades. Cada vez que uma sociedade incorreu na idolatria ou se desviou do código moral ordenado por

4 As citas da Bíblia estão tomadas da versão de Reina Valera. (Nota dos tradutores)

Ele, Deus lhe enviou profetas e mensageiros com o objetivo de repreender e corrigir seu rumo. Se a perfeição humana fosse possível, os profetas e mensageiros de Deus seriam sua encarnação. A ideia de que os profetas de Deus cometeram transgressões sérias contra Suas leis, tal como consta nas descrições bíblicas nas quais aparecem enganando e cometendo pecados carnais (como a suposta traição de Jacob a seu irmão ou o suposto incesto de Lot com suas irmãs em estado de embriaguez), choca frontalmente com os ensinamentos islâmicos. A única conclusão possível para os muçulmanos é que tais descrições dos profetas são o resultado de uma interpolação humana nas Escrituras.

Judeus

Os muçulmanos frequentemente se referem aos judeus como "nossos primos", já que Abraão foi o antepassado comum de Mohammad por parte de Ismael, e de Israel (Jacob) e de seus descendentes por parte de Isaac. Como é sabido, o casamento entre Sara e Abraão tinha resultado estéril até que ela tivesse alcançado uma idade avançada. Antes do nascimento de Isaac, o filho de Sara, Abraão havia contraído matrimônio com Agar, a qual concebeu e deu a luz a Ismael. Segundo o Alcorão, como forma de pôr Abraão à prova e em cumprimento de Seu plano, Deus lhe ordenou que conduzisse seu único filho Ismael ao lugar em que séculos mais tarde ocuparia a cidade de Makka, onde o profeta Mohammad finalmente nasceu. A angústia de Agar enquanto buscava água para seu filho depois que as provisões tivessem acabado, e o inesperado jorro do manancial de Zamzam são comemorados anualmente pelos muçulmanos entre os rituais que conformam a Peregrinação Maior ou Hajj e mediante a visita à Caaba, a primeira construção para o culto ao Único Deus, erigida por Abraão e Ismael. Deus também quis que Sara — que para então fazia muito que tinha superado a

menopausa — concebesse e desse a luz a Isaac, o pai de Jacob, cujo nome foi modificado mais tarde pelo de Israel, pai das Doze Tribos de Israel.

Entristece aos muçulmanos, em certo modo, ver que muitos judeus e cristãos não consideram Ismael como filho legítimo de Abraão, já que a versão bíblica descreve Agar como esposa de Abraão e, ao mesmo tempo, serva de Sara (Gênesis 16:3). Em meu exemplar da versão inglesa da Bíblia, conhecida como King James[5], o nome de Ismael se encontra totalmente ausente do índice de matérias e somente fui capaz de recuperar a história de Ismael buscando pelo nome de Abraão. O Gênesis torna a se referir a Ismael como "seu filho [de Abraão]" (16:16, 17:23, 25, 26, e 21:11), o que torna impossível negar tal paternidade. Além disso, pesquisando a parentela materna das Doze Tribos de Israel, o Gênesis narra que Israel contraiu matrimônio com suas duas primas, Raquel e Léa, e com suas duas servas, Zilpa e Bilha, e delas quatro nasceram os doze filhos de Israel. E ninguém chegou a pensar que algum deles fosse menos filho de Israel pelo fato de que sua mãe fosse uma serva.

Dupla moral? Recordemos que segundo o Gênesis 22:2, Deus disse a Abraão *"Toma teu filho, teu único filho a quem tanto amas, Isaac; e vai à terra de Moriá, onde tu o oferecerás em holocausto sobre um dos montes que eu te indicar."* Os muçulmanos acreditam que o nome de Isaac foi incluído a propósito, já que de nenhum modo Isaac — que era treze anos mais jovem do que Ismael (segundo o Gênesis 17:24-26) — era o único filho de Abraão, e ambos os filhos viviam quando seu pai morreu.

Esta dura prova para Abraão, sua submissão a Deus e sua disposição a dar morte ao seu único filho (Ismael), é comemorada anualmente pelos muçulmanos como um dos

5 Authorized King James Version. Grã Bretanha: Collins World, 1975

rituais da Peregrinação Maior ou Hajj. Para os muçulmanos, ambos, Ismael e Isaac, foram profetas e ambos foram abençoados e amados.

O Alcorão faz referência aos judeus ou Filhos de Israel aproximadamente cinquenta vezes, Moisés é referido umas cento e trinta e sete vezes e a Torá, em dezoito ocasiões. Recebem generosos elogios e também são objeto de uma justa dose de culpa e reprovação. Vejamos alguns exemplos:

> *Ó Israelitas, recordai-vos das Minhas mercês, com as quais vos agraciei, e de que vos preferi aos vossos contemporâneos. E temei o dia em que nenhuma alma poderá advogar por outra, nem lhe será admitida intercessão alguma, nem lhe será aceita compensação, nem ninguém será socorrido! Recordai-vos de quando vos livramos do povo do Faraó, que vos aplicava o mais cruel castigo, degolando os vossos filhos e deixando com vida as vossas mulheres. Naquilo tivestes uma grande prova do vosso Senhor. E de quando dividimos o mar e vos salvamos, e afogamos o povo do Faraó, enquanto olháveis. E de quando instituímos o pacto das quarenta noites com Moisés e que vós, em sua ausência, adorastes o bezerro, condenando-vos. Então, perdoamos-vos, depois disso, para que ficásseis agradecidos.* (Alcorão 2:47-52)

> *E concedemos aos israelitas um agradável abrigo e os agraciamos com todo o bem. Mas disputaram entre si, depois de receberem o conhecimento. Teu Senhor julgará entre eles pelas suas divergências, no Dia da Ressurreição.* (Alcorão 10:93)

Cabe destacar que quando o Alcorão reprova os hebreus, o faz porque estes atuaram de alguma maneira que o Alcorão considera contrária ao Judaísmo. Também a Bíblia pede explicações aos hebreus em várias passagens por sua desobediência para com Deus (por exemplo, em 2.º de Reyes 17:7-23). Entretanto, o Alcorão não condena os hebreus

como povo, e tampouco denigra nem louva a nenhum grupo étnico ou raça. O que sim faz o Alcorão é outorgar-lhes a importância devida por terem sido, durante tanto tempo, os únicos em defender o monoteísmo em um mundo pagão ou idólatra. Porém, com a chegada do Cristianismo e do Islam, a pretensão de ter o monopólio do monoteísmo deixa de ter sentido e, em consequência, o conceito de povo escolhido ao que os judeus se aferram até nossos dias. Ao menos, isso é o que pensam cristãos e muçulmanos.

O Islam não apoia a ideia da existência de um povo escolhido. Deus diz no Alcorão:

> *Ó humanos, em verdade, Nós vos criamos de macho e fêmea e vos dividimos em povos e tribos, para reconhecerdes uns aos outros. Sabei que o mais honrado, dentre vós, ante Allah, é o mais temente. Sabei que Allah é Sapientíssimo e está bem inteirado.* (Alcorão 49:13)

As pessoas são melhores ou piores em função de sua retidão, e não em função de sua descendência. Isso se expressa na versão Alcorânica da promessa de Deus a Abraão:

> *E quando o seu Senhor pôs à prova Abraão, com certos mandamentos, que ele observou, disse-lhe: Designar-te-ei Imam dos homens. (Abraão) perguntou: E também o serão os meus descendentes? Respondeu-lhe: Minha promessa não alcançará os injustos.* (Alcorão 2:124)

O conflito atual entre árabes e judeus se deve a uma ênfase miópica na versão bíblica do Pacto oferecido por Deus a Abraão: *"Toda a terra de Canaã, onde agora você é estrangeiro, darei como propriedade perpétua a você e a seus descendentes; e serei o Deus deles."* (Gênesis 17:8). A complexidade do problema palestino deriva da crença por parte dos hebreus de que a "semente de Abraão" inclui somente a eles. Conforme isto, uma boa parte do Judaísmo contemporâneo considera que apenas os hebreus têm direito

a habitar a terra que, há menos de um século, estava habitada fundamentalmente por muçulmanos e cristãos palestinos, os quais conviviam em paz com uma pequena minoria hebraica. Posteriormente, a maioria daqueles palestinos foi forçada a abandonar suas casas e sua terra pelos sionistas, fundadores do Estado contemporâneo de Israel[6]. Além disso, os Filhos de Israel que se converteram ao Cristianismo ou ao Islam são excluídos automaticamente da atual "Lei de retorno" israelita, embora sejam descendentes legítimos de Israel (isto é, do Profeta Jacob, filho de Isaac, filho de Abraão, ou do primeiro filho de Abraão, Ismael). Os muçulmanos e os cristãos palestinos não se veem a si mesmos como intrusos que devam ir embora ou viver como cidadãos de segunda classe em sua terra, a terra que pertenceu a seus ancestrais durante milênios. Dificilmente eles podem aceitar depoimentos como a de Golda Meir: "Palestina, não há nada que se chame palestinos"[7], ou aquela de Joseph Weitz, ex-diretor do Fundo Nacional Judeu: "Entre nós, deve ficar claro que não há lugar para os dois Povos juntos neste país"[8].

Os muçulmanos não consideram o problema palestino como um conflito religioso, mas sim um conflito entre dois grupos com diferentes razões e objetivos. Sua saída, de acordo com as três religiões abraâmicas, requer uma solução pacífica. E uma solução pacífica verdadeira deve se sustentar na justiça e na imparcialidade. Somente isso poderia garantir sua permanência juntos. Uma solução pacífica não significa o resultado de uma negociação entre o poderoso e o fraco.

---

6 Para uma versão emotiva disso se pode consultar a obra Blood Brothers de Elías Chacour (Grand Rapids: Chosen Books, 1984)

7 Sundae Times (London), 15 de junho de 1969. Citado em R. Garaudy, The case of Israel (London: Shorouk International, 1939, p. 37).

8 Davar (Israel), 29 de setembro de 1967.

As negociações não podem se basear naquele argumento de Maria Antonieta: "Se não têm pão, por que não comem brioches?". Claro que isso requer fazer política com visão de futuro.

A nosso juízo, esta parte do mundo deveria ser o ponto de convergência, e não de divergência, das três religiões abraâmicas; lá onde o espírito de tolerância e devoção se manifeste celebrando a unidade na diversidade. O bom senso e a religião apontam nessa direção, se todas as partes abrirem seus ouvidos e seus corações à voz de Deus.

Historicamente, a relação entre muçulmanos e hebreus teve suas flutuações, mas de modo algum isso é a causa de que o Islam tenha albergado ressentimento contra o Judaísmo como religião. Quando houve conflito, este foi detectado e geralmente se baseou em razões justificáveis. Entretanto, devemos reconhecer que a história dos muçulmanos nem sempre seguiu fielmente os ensinamentos do Islam. As vezes que judeus e cristãos foram maltratados pela a opressão de um governo ditatorial, os muçulmanos sempre foram os que receberam a pior parte. No mundo islâmico os hebreus nunca sofreram nada parecido às atrocidades que a Europa cristã lhes submeteu durante séculos, incluindo no presente século o Holocausto. No seio da Cristandade os hebreus foram tachados de deicidas e tiveram que pagar por isso com um *pogrom* após o outro. Inclusive quando o inimigo era o muçulmano, a Europa sempre incluiu os judeus no "efeito colateral". A primeira Cruzada causou o massacre de milhares de hebreus na Europa, em virtude do seguinte raciocínio malvado: "Empreendemos uma longa marcha para combater os inimigos de Deus no Oriente, e eis aqui ante nossos próprios olhos, os seus piores inimigos: os judeus. Combatamos a eles primeiro"[9].

9 Cohn, Norman: The pursuit of the Millennium. Citado por Bamber Gascoigne, The Christians (London: Jonathan Cape, 1977), p. 113.

Em 1492, após a vitória dos Reis Católicos sobre os muçulmanos, os judeus foram expulsos da Espanha. Contradizendo as promessas prévias, proibiu-se aos muçulmanos e aos hebreus a prática de suas religiões. Se não se convertiam ao Catolicismo eram condenados à morte ou expulsos. Um numeroso grupo de hebreus escolheu ir à Turquia, na ocasião da sede do Califado islâmico, onde foram generosamente recebidos. O Sultão otomano costumava zombar dos Reis Católicos por ter expulsado os judeus dizendo: "Eles empobreceram seu reino para enriquecer o meu". Na Espanha muçulmana, a contribuição hebraica à civilização teve grande notriedade. Talvez o exemplo mais célebre desse florescimento seja o grande Maimônides, discípulo do filósofo muçulmano Averróes de Córdoba, quem más tarde, no Egito, se converteu no médico pessoal de Saladino (famoso pelas Cruzadas).

Em seu livro *My people*[10] (que também deu lugar a una série de televisão), Abba Eban, estudioso israelita, historiador e ex-ministro de Relações Exteriores, afirma que os judeus foram tratados com justiça em apenas duas ocasiones ao longo da história: a primeira, na Espanha muçulmana e a segunda, na atualidade, nos Estados Unidos. Ao longo dos séculos, os cidadãos judeus dos países islâmicos gozaram de segurança e prosperidade. Até hoje, numerosos países islâmicos acolhem consideráveis comunidades hebraicas, as quais não tem pior sorte que seus compatriotas muçulmanos ou cristãos, apesar das angustiosas repercussões do problema palestino.

10 Ebban, Abba: My People. New York: Behrman, 1968.

Cristãos

E menciona a Maria, no Livro, a qual se separou de sua família, indo a um local ao leste. E colocou uma cortina para ocultar--se dela (da família), e lhe enviamos o Nosso Espírito, que lhe apareceu personificado, como um homem perfeito. Disse-lhe ela: Guardo-me de ti no Clemente, se é que temes a Allah. Explicou-lhe: Sou tão somente o mensageiro do teu Senhor, para agraciar-te com um filho imaculado. Disse-lhe: Como poderei ter um filho, se nenhum homem me tocou e jamais deixei de ser casta? Disse-lhe: Assim será, porque teu Senhor disse: Isso Me é fácil! E faremos disso um sinal para os homens, e será uma prova de Nossa misericórdia. E foi uma ordem decretada. E quando concebeu, retirou-se, com o seu rebento, para um lugar afastado. As dores do parto a constrangeram a refugiar-se junto a uma tamareira. Disse: Oxalá eu tivesse morrido antes disto, ficando completamente esquecida! Porém, chamou-a uma voz, junto a ela: Não te atormentes, porque teu Senhor fez correr um riacho aos teus pés! E sacode o tronco da tamareira, de onde cairão sobre ti tâmaras maduras e frescas. Come, pois, bebe e consola-te; e se vires algum humano, faze-o saber que fizeste um voto de jejum ao Clemente, e que hoje não poderás falar com pessoa alguma. Regressou ao seu povo levando-o (o filho) nos braços. E lhe disseram: Ó Maria, eis que trouxeste algo extraordinário! Ó irmã de Aarão, teu pai jamais foi um homem do mal, nem tua mãe uma (mulher) sem castidade! Então ela lhes indicou que interrogassem o menino. Disseram: Como falaremos a uma criança que ainda está no berço? Ele lhes disse: Sou o servo de Allah, o Qual me concedeu o Livro e me designou como profeta. Fez-me abençoado, onde quer que eu esteja, e me recomendou a oração e (a paga do) zakat enquanto eu viver. E me fez gentil para com a minha mãe, não permitindo que eu seja arrogante ou rebelde. A paz está comigo, desde o dia em que nasci; estará comigo no dia em que eu morrer, bem

como no dia em que eu for ressuscitado. (Alcorão 19:16-33)

Esta é a narração da história de Jesus tal como aparece no Alcorão. O Alcorão se refere a ele como "Jesus" em vinte e cinco ocasiões, como o "Messias" em onze, e como o "Filho de Maria" apenas em duas ocasiões. Maria é mencionada pelo seu nome trinta e quatro vezes, e como "a que conservou sua castidade", duas vezes. Os muçulmanos se sentem atônitos e mudos de assombro quando leem autores eruditos notáveis, especialistas e, o que é mais doloroso de tudo, clérigos, descrevendo o Islam e os muçulmanos como inimigos de Cristo. Por outro lado, muitos cristãos ignorantes e desinformados ficam atônitos quando lhes falamos sobre o respeito e o amor que os muçulmanos professamos a Jesus e Maria embora tendo diferenças doutrinais. Como exemplo sobre a alta estima que lhes é considerada a Jesus e Maria no Islam bastam as seguintes citações:

> *E quando os anjos disseram: Ó Maria, Allah te anuncia o Seu Verbo, cujo nome será o Messias, Jesus, filho de Maria, nobre neste mundo e no outro, e que se contará entre os próximos de Allah.* (Alcorão 3:45)

> *O Messias, Jesus, filho de Maria, foi tão somente um mensageiro de Allah e o Seu Verbo, com o qual Ele agraciou Maria por intermédio do Seu Espírito.* (Alcorão 4:171)

> *E (recorda-te) também daquela que conservou a sua castidade (Maria) e a quem alentamos com o Nosso Espírito, fazendo dela e de seu filho sinais para a humanidade.* (Alcorão 21:91)

Uma diferença principal e óbvia entre judeus e cristãos é sua postura com relação a Jesus, a quem os muçulmanos consideram um mensageiro verdadeiro de Deus enviado a seus correligionários hebreus. O Alcorão diz:

> *Ó crentes, sede os auxiliadores de Allah, como disse Jesus, filho de Maria, aos discípulos: Quem são os meus auxiliadores,*

na causa de Allah? Responderam: Nós somos os auxiliadores de Allah! Acreditou, então, uma parte dos israelitas, e outra desacreditou; então, socorremos os crentes contra seus inimigos, e eles saíram vitoriosos. (Alcorão 61:14)

Aqueles que rejeitaram Jesus e acusaram sua mãe de não ser casta são reprendidos pelo Alcorão repetidas vezes:

E por blasfemarem e dizerem graves calúnias acerca de Maria. E por dizerem: Matamos o Messias, Jesus, filho de Maria, o Mensageiro de Allah, embora não sendo, na realidade, certo que o mataram, nem o crucificaram, mas o confundiram com outro. E aqueles que discordam quanto a isso estão na dúvida, porque não possuem conhecimento algum, mas apenas conjecturas para seguir; porém, o fato é que não o mataram. Outrossim, Allah fê-lo ascender até Ele, porque é Poderoso, Prudentíssimo. (Alcorão 4:156-158)

O Islam, portanto, absolve completamente aos hebreus por ter derramado o sangue de Cristo. A crença no fato de que quem foi prendido e crucificado não foi Jesus (talvez se tratasse de Judas Iscariotes) também é defendida por una facção dos cristãos. Reprendendo os hebreus por não aceitar Jesus o Alcorão diz:

(Israelitas!) Concedemos o Livro a Moisés, e depois dele enviamos muitos mensageiros, e concedemos a Jesus, filho de Maria, as evidências, e o fortalecemos com o Espírito da Santidade. Cada vez que vos era apresentado um mensageiro contrário aos vossos interesses, vós vos ensoberbecíeis! Desmentíeis uns e assassináveis outros! (Alcorão 2:87)

Os muçulmanos acreditam também nos milagres obrados por Jesus com o consentimento de Deus, os quais menciona o Alcorão:

Então, Allah dirá: Ó Jesus, filho de Maria, recorda-te de Minhas Mercês para contigo e para com tua mãe; de quando te

> *fortaleci com o Espírito da Santidade; de quando falavas aos homens, tanto na infância, como na maturidade; de quando te ensinei o Livro, a sabedoria, a Tora e o Evangelho*[11]*; de quando, com o Meu beneplácito, plasmaste de barro algo semelhante a um pássaro e, alentando-o, eis que se transformou, com o Meu beneplácito, em um pássaro vivente; de quando, com o Meu beneplácito, curaste o cego de nascença e o leproso; de quando, com o Meu beneplácito, ressuscitaste os mortos; de quando contive os israelitas, pois quando lhes apresentaste as evidências, os incrédulos, dentre eles, disseram: Isto não é mais do que pura magia!* (Alcorão 5:110)

O elogio se estende também aos seguidores sinceros de Jesus, tanto aos primeiros cristãos como aqueles da época do profeta Mohammad:

> *Então, após eles, (de Noé e Abraão) enviamos outros mensageiros Nossos e, após estes, enviamos Jesus, filho de Maria, a quem concedemos o Evangelho; e infundimos nos corações daqueles que o seguiam compaixão e clemência.* (Alcorão 57:27)

> *Constatarás que aqueles que estão mais próximos do afeto dos crentes são os que dizem: Somos cristãos! Porque possuem sacerdotes e não se ensoberbecem em coisa alguma.* (Alcorão 5:82)

Vejamos a seguir algumas das diferenças doutrinais entre muçulmanos e cristãos. A mais importante é que os muçulmanos, crendo na castidade da virgem Maria, consideram que Jesus foi "criado" por Deus sem pai, e não que foi "engen-

11 Em árabe se usa o termo *Injil*, o qual se refere ao livro original revelado ao profeta Jesus (que a paz esteja sobre ele). Na verdade, não existe como tal, embora se tenham conservado passagens do mesmo no Novo Testamento. (Nota do Ed.)

drado" por Deus. Para os muçulmanos, Deus está por cima de tais caracterizações biológicas, já que Ele é o Eterno e o Absoluto, tal como se expressa no Alcorão:

> *(Mohammad!) Deixa testemunho de que "Deus é Um". Dize: Ele é Allah, o Único! Allah! O Absoluto! Jamais gerou ou foi gerado! E ninguém é comparável a Ele!* (Alcorão 112:1-4)

Crer que Jesus é literalmente o filho de Deus está em desacordo com a fé islâmica (embora metaforicamente seja aceitável dizer que todos somos filhos de Deus).

Do mesmo modo é inaceitável a doutrina de que Maria é a mãe de Deus. Tanto Maria e Jesus são seres humanos altamente reconhecidos pelo Islam, e o fato de que Jesus nascesse sem pai, de acordo com a doutrina islâmica, não o converte no "Filho unigênito de Deus". O Alcorão diz: *"O exemplo de Jesus, ante Allah, é idêntico ao de Adão, que Ele criou do pó; então lhe disse: Seja! e foi."*. (Alcorão 3:59)

Segundo o Alcorão, Jesus nunca reclamou a divindade para si mesmo ou para sua mãe:

> *E recorda-te de que quando Allah disse: Ó Jesus, filho de Maria! Foste tu que disseste aos homens: Tomai a mim e a minha mãe por duas divindades, em vez de Allah? Respondeu: Glorificado sejas! É inconcebível que eu tenha dito o que por direito não me corresponde. Se o tivesse dito, tê-lo-ias sabido, porque Tu conheces a natureza da minha mente, ao passo que ignoro o que encerra a Tua. Somente Tu és Conhecedor do desconhecido. Não lhes disse, senão o que me ordenaste: Adorai a Allah, meu Senhor e vosso! E enquanto permaneci entre eles, fui testemunha contra eles; e quando quiseste encerrar os meus dias na terra, foste Tu o seu Único observador, porque és Testemunha de tudo. Se Tu os castigas é porque são Teus servos; e se os perdoas, é porque Tu és o Poderoso, o Prudentíssimo.* (Alcorão 5:116-118)

Os muçulmanos, por conseguinte, se identificam com a afirmação atribuída a Jesus que consta no Novo Testamento que diz o seguinte: "Por que me chamas bom? Ninguém é bom, senão um, que é Deus". (Marcos 10:18)

De acordo com o Novo Testamento Jesus exclamou na cruz: *"Eloí, Eloí, lamá sabactâni?"*, que significa: *"Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?"* (Marcos 15:34). Obviamente, deve ter falado com alguém diferente de si mesmo. Todo o conceito da Trindade e de Deus Trino não tem lugar no Islam:

> *Crede, pois, em Allah e em Seus mensageiros e não digais: Trindade! Abstende-vos disso, que será melhor para vós; sabei que Allah é Uno. Glorificado seja! Longe está a hipótese de ter tido um filho. A Ele pertence tudo quanto há nos céus e na terra, e Allah é mais do que suficiente Guardião.* (Alcorão 4:171)

Os muçulmanos não podem conceber que a infinitude possa ser dividida ou compartimentada em três, nem aceitar a deificação de Jesus ou do Espírito Santo. Nós mantemos que Jesus nunca disse nada acerca das três pessoas divinas em uma "única Divindade" e que seu conceito de Deus em modo algum discrepou do conceito dos primeiros profetas, os quais predicaram a Unicidade (nunca a Trinidad) de Deus. Além disso, o conceito de Trindade era desconhecido entre os cristãos primitivos. Historicamente foi estabelecido como credo do Império Romano no Concilio de Nicea do ano 325 d.C. e imposto com toda a força do Império sob o mandato do Imperador Constantino. A New Catholic Encyclopedia[12] afirma que "a fórmula 'um Deus em três pessoas' não ficou estabelecida firmemente na vida cristã e em sua profissão de fé até o século IV".

Outro aspecto de discrepância reside no conceito de pecado original. De acordo com a Bíblia, o diabo tentou Eva

12 *New Catholic Encyclopedia,* s.v. "The Holy Trinity".

para que comesse o fruto da árvore proibida. Ela tentou Adão e cometeram pecado. Então, seu castigo consistiu em ser desterrados com opróbrio ao planeta Terra, recaindo maior culpa sobre Eva por ter sido a primeira em pecar: "À *mulher ele declarou: Multiplicarei grandemente o seu sofrimento na gravidez; com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará"*. (Gênesis: 3-16). O ensinamento geral do Cristianismo é que todos os seres humanos herdam aquele pecado e cada recém-nascido vem ao mundo em pecado.

Na versão Alcorânica deste sucesso o diabo tentou os dois, a Adão e Eva, os dois pecaram, os dois se arrependeram, e os dois foram perdoados. E com isso acabou-se o pecado original:

> *Então, Satã lhes cochichou, para revelar-lhes o que, até então, lhes havia sido ocultado de suas vergonhas, dizendo-lhes: Vosso Senhor vos proibiu esta árvore para que não vos convertêsseis em dois anjos ou não estivésseis entre os imortais. E ele lhes jurou: Sou para vós um fiel conselheiro.* (Alcorão 7:20-21)

Depois do arrependimento de ambos *"Adão obteve do seu Senhor algumas palavras de inspiração, e Ele o perdoou, porque é o Remissório, o Misericordiosíssimo"* (Alcorão 2:37), Adão foi elevado à categoria de profecia e o ser humano, enviado ao planeta Terra como delegado de Deus. Satanás jurou segui-los e corrompê-los, porém Deus prometeu orientá-los e imunizá-los contra as conspirações de Satanás, salvo aqueles que quiseram virar as costas às diretrizes divinas. Portanto, todo ser humano nasce puro. São nossas más ações, livremente escolhidas, aquelas que posteriormente nos mancham e nos tornam pecadores. O pecado, segundo o Islam, não é algo que as crianças herdem de seus pais.

A este respeito, o Islam acentua o caráter individual da responsabilidade: *"Quem se encaminha, o faz em seu*

benefício; quem se desvia, o faz em seu prejuízo, e nenhum pecador arcará com a culpa alheia. Jamais castigamos (um povo), sem antes termos enviado um mensageiro". (Alcorão 17:15). A ideia do sacrifício em nome alheio é por isso, também, alheia ao Islam e a afirmação de que Jesus, ou qualquer outro, tivesse que dar a vida para a expiação dos pecados humanos é inaceitável. O perdão de Deus no Islam deve se buscar através do sincero arrependimento e da retidão dos atos, sem necessidade de derramamento de sangue. A salvação se consegue pela graça de Deus.

> *Que, quando cometem uma obscenidade ou se condenam, mencionam a Allah e imploram o perdão por seus pecados — mas quem, senão Allah perdoa os pecados? — e não persistem, com conhecimento, no que cometeram.* (Alcorão 3:135)

Não existe pecado, por maior que seja, que Deus não perdoe:

> *(Mohammad!) Dize: Ó servos Meus, que se excederam contra si próprios, não desespereis da misericórdia de Allah; certamente, Ele perdoa todos os pecados, porque Ele é o Indulgente, o Misericordiosíssimo.* (Alcorão 39:53)

Segundo o profeta Mohammad Deus diz: *"Filho de Adão: se tu te aproximas a mim cheio de pecado, te arrependes e me adoras livre de idolatria, eu me aproximarei a ti cheio de perdão".*

Sem a expiação do pecado pelo sangue de Cristo nem a ideia de raça escolhida (com os privilégios especiais que isso implica ante Deus), para os muçulmanos, a maior esperança do perdão divino se materializa sendo perdoados por eles mesmos. O papel do perdão, já seja entre indivíduos, tribos ou nações, está na essência do Islam. Inclusive quando a lei intervém para infringir um castigo de acordo com a agressão, se anima a vítima a perdoar: *"E o delito será expiado com o talião; mas, quanto àquele que indultar (possíveis ofensas dos ini-*

migos) e se emendar, saiba que a sua recompensa pertencerá a Allah, porque Ele não estima os agressores". (Alcorão 42:40); *"Que os tolerem e os perdoem. Não vos agradaria, por acaso, que Allah vos perdoasse?"* (Alcorão 24:22)

Uma pessoa pode pedir diretamente a Deus seu perdão em qualquer momento e lugar; ele ou ela não necessitam de um intermediário nem da intervenção de alguém, já que todas as pessoas, homens e mulheres, têm linha direta com seu Criador: se gritarem pedindo misericórdia e perdão, Ele responde e perdoa. No Islam não é aceitável acudir a semelhante mortal em busca de confissão, mediante a qual ele diria algo como: "Podes ir em paz, meu filho, estás perdoado". O perdão pertence somente ao domínio de Deus, e mais ninguém está capacitado a desempenhar seu papel. De fato, não existe a instituição do clero no Islam. Embora existam os estudos de teologia, não existe o sacerdócio. Na esperança de que a misericórdia de Deus seja infinita, e dado que somente Dele depende responder-nos com Sua Justiça (e Ele é o absolutamente Justo) ou com Sua misericórdia (e Ele é o absolutamente Misericordioso), durante toda nossa vida rogamos que Ele nos conceda Sua misericórdia antes que Sua justiça. Nosso arrependimento deverá ser sincero e verdadeiro, e se for de coração, deverá ser demonstrado com nossos atos. Seria absurdo que alguém me roubasse a carteira e depois se negasse a devolvê-la repetindo: "Perdoa-me, Senhor" um milhão de vezes. A justiça deveria ser aplicada, em primeiro lugar, quando se encontre implicada uma terceira pessoa.

Estas diferenças doutrinais não são triviais nem devem ser ignoradas, embora seja absurdo e contraproducente lutar ou se odiar por esse motivo. O debate sobre as diferenças de crenças deveria se reger pelas éticas mais elevadas de um debate civilizado:

(Muçulmanos!) E não disputeis com os adeptos do Livro, senão da melhor forma, exceto com os injustos, dentre eles. Dizei-lhes: Cremos no que nos foi revelado, assim como no que vos foi revelado antes; nosso Allah e o vosso são Um e a Ele nos submetemos. (Alcorão 29:46)

Apesar das sérias diferenças entre as opiniões de cristãos e muçulmanos, o Islam se mostra mais inclinado a expor os pontos em comum e a desfrutar de sua amplitude:

(Mohammad!) "Dize-lhes: Ó adeptos do Livro, vinde, para chegarmos a um termo comum, entre nós e vós: Comprometamo-nos, formalmente, a não adorarmos senão a Allah, a não Lhe atribuirmos parceiros e a não nos tomarmos uns aos outros por senhores, em vez de Allah. Porém, caso se recusem, dize-lhes: Testemunhai que somos muçulmanos". (Alcorão 3:64)

No que se refere ao resto, nossas relações devem seguir em paz e harmonia.

Uma vez considerados os aspectos religiosos (doutrinais), seria oportuno analisar aqui brevemente a história geopolítica do mundo islâmico e da Cristandade. Na época do último profeta do Islam o mundo estava dominado por dois grandes poderes: o Império Persa, no Oriente, e o Império Romano, no Ocidente. Tendo em conta que os persas eram adoradores do fogo e os romanos eram cristãos, as simpatias dos muçulmanos naturalmente recaíram sobre os romanos. Um longo conflito militar havia assolado os dois impérios e os albores do Islam testemunharam uma época de derrotas para os cristãos. No entanto, o Alcorão profetizou que as tornas teriam que mudar (como assim ocorreu):

Os bizantinos foram derrotados, em terra muito próxima; porém, depois de sua derrota, vencerão, dentro de alguns anos; porque é de Allah a decisão do passado e do futuro. E, nesse dia, os crentes se regozijarão, com o socorro de Allah. Ele socorre

quem Lhe apraz e Ele é o Poderoso, o Misericordiosíssimo. (Alcorão 30:2-5)

Anos depois, o Islam se impôs na Península Arábica e se consolidou em forma de Estado e poder político emergente situado justo ao lado dos dois gigantescos impérios. Ambos o viam como una séria ameaça e começaram a instigar hostilidades contra si fazendo uso da clientela de tribos árabes e, posteriormente, de suas colossais forças armadas. O resultado daquela inevitável confrontação militar foi quase milagroso, em comparação às pequenas dimensões das forças islâmicas, em número e em equipamento, com a pujança de seus adversários.

No Oriente, a dinastia persa tocava seu fim e a população de seus anteriores domínios optou pelo Islam quase em sua totalidade. No Ocidente, a autoridade do Império Romano era rejeitada e, em menos de um século, um império islâmico plural cobriu mais da metade do mundo conhecido naquele tempo. A civilização islâmica preservou o legado grego de ser aniquilada pela Igreja e fez com que prosperassem disciplinas do conhecimento como a Medicina, a Química, a Física, a Astronomia, a Matemática ("álgebra" é una palavra árabe e alude a uma ciência inventada pelos muçulmanos), a Música, a Filosofia, entre outras disciplinas, além das Ciências religiosas, a Literatura árabe e a Linguística. Pessoas de todas as raças e religiões contribuíram generosamente ao desenvolvimento dessa civilização. A Europa teve seu primeiro desencontro com a Idade Média ao ser testemunho desta civilização que carecia de censura (religiosa ou de qualquer outro tipo) sobre o pensamento. O árabe era a língua da Ciência; as primeiras universidades europeias empregaram professores muçulmanos e durante muitos séculos usaram livros escritos por autores muçulmanos. A Europa apreendeu dos filósofos gregos traduzindo suas obras do árabe e, quando se inventou a imprensa, a maior parte de

sua produção consistiu na tradução de fontes árabes.

Quando o Estado "otomano" muçulmano se debilitou, a Europa contra-atacou. Para isso, foram marcos históricos importantes, as Cruzadas no Oriente, e a vitoria dos Reis Católicos sobre a Espanha islâmica no Ocidente. Isso deu lugar, na Espanha, ao nascimento da Inquisição e à limpeza religiosa de muçulmanos e judeus, abriu o caminho para o descobrimento do Novo Mundo, o reino dos conquistadores espanhóis, e o estabelecimento do comércio estatal de escravos.

As Cruzadas supuseram uma tentativa de invadir diretamente o coração das terras do Islam., Na época, o ataque se justificava afirmando a intenção de liberar das mãos dos muçulmanos os lugares judeus sagrados de Jerusalém. Durante um século, as Cruzadas suscitaram um furor religioso que ainda hoje persiste no pensamento ocidental e, de algum modo modela sua cultura, embora sua principal corrente de opinião contemporânea as tenha condenado qualificando-as de guerras coloniais revestidas de Cristianismo quando, na realidade, sua atrocidade era tão imensa que afrontam ao próprio Cristianismo.

O termo "cruzada" acomodou-se na língua como palavra nobre e de matizes emotivos profundamente arraigados. Acreditamos, como tantos cristãos, sacerdotes e leigos, que a Cristandade deveria ser reeducada com relação às Cruzadas num espírito de introspecção e de autoavaliação similar ao seguido com bastante sucesso com relação à Inquisição espanhola e ao Holocausto alemão. Um esforço comum para reconhecer o verdadeiro caráter das Cruzadas poderia ser um passo crucial para a preparação de uma Nova Ordem Mundial, abriria as portas para a reconciliação entre dois blocos da humanidade compostos por mais de um bilhão de pessoas cada um e, talvez, poderia impedir que desgraças similares continuem sendo disfarçadas sob uma aura de

pseudorreligiosidade, como na Bósnia e em outras partes do mundo.

A seguir, me limitarei a expor algumas citações de autores cristãos relativas às Cruzadas. Eis aqui como um cruzado nos descreve a ocupação de Jerusalém durante a primeira Cruzada, concretamente em 15 de julho de 1099:

> Com as espadas desembainhadas, nossa gente corria pela cidade; não perdoavam ninguém, nem sequer aqueles que suplicavam clemência. Se tivesse estado lá, seus pés se teriam se manchado de sangue até os tornozelos. Que mais poderia contar-lhe? A ninguém lhe foi perdoada a vida. Não perdoaram as mulheres nem as crianças. Os cavalos tinham sangre até os joelhos, não, até a rédea. Era um justo e maravilhoso juízo de Deus.[13]

Em 1202, a segunda Cruzada partiu de Veneza. Em sua passagem pela Constantinopla cristã, a cidade foi arrasada e cometeram-se tais atrocidades que o Papa recriminou os seus próprios cruzados dizendo:

> Não alçastes as espadas contra os infiéis, mas sim contra os cristãos. Não foi Jerusalém a que tomastes, mas sim a Constantinopla. Não vos preocupastes das riquezas celestiais, mas sim das materiais. Não respeitastes nada. Violastes mulheres casadas, viúvas, inclusive monjas. Espoliastes os mesmos santuários da igreja de Deus, roubastes os objetos sagrados dos altares, saqueastes inumeráveis imagens e relíquias de santos. Por isso, não é estranho que a Igreja grega veja em vós a obra do Demônio.[14]

---

13 Cohn, Norman. *The pursuit of the Millennium.* Citado en Bamber Gascoigne, *The Christians* (London: Jonathan Cape, 1977), 113.

14 Gascoigne, Bambe., *The Christians.* London: Jonathan Cape, 1977, 119.

Se isto é o que as Cruzadas fizeram com a Constantinopla cristã, podemos imaginar o que fizeram com os muçulmanos "infiéis".

Entretanto, a radical mudança de opinião da Santa Sede em relação aos muçulmanos constitui um momento chave dos tempos modernos capaz de atuar como catalisador de um melhor entendimento islâmico-cristão. Enquanto em 1095 o Papa Urbano II (também conhecido como Urbano o Bendito), o primeiro em convocar as Cruzadas, qualificava os muçulmanos como "Povo sem Deus, idólatra, inimigo de Cristo, mato destinado ao fogo eterno", em 1965 a encíclica Nostra Aetate de Paulo VI considerava os muçulmanos com uma ótica completamente diferente. "A Igreja também vê os muçulmanos com estima", diz o documento, e continua expondo que os muçulmanos adoram o Deus único, o Deus de Abraão, com quem a fé islâmica se sente feliz de estar vinculada; dão culto, rezam, dão esmola; reverenciam a Jesus e a sua mãe a Virgem Maria, e o consideram profeta e mensageiro de Deus.

Desde a época das Cruzadas, a relação entre a Europa e o mundo islâmico se viu desvirtuada pela agenda colonialista dos países europeus. Trás a Primeira Guerra Mundial, praticamente a totalidade dos países islâmicos caiu nas mãos do colonialismo europeu. A longa luta que se seguiu garantiu a independência política, mas então o colonialismo simplesmente adotou outra forma: o neocolonialismo. O neocolonialismo, liderado pelos Estados Unidos, já não se sustenta na ocupação militar, mas sim na influencia econômica.

Capítulo IV

ANATOMIA DO ISLAM

O termo "religião", tal como se usa no Ocidente, não transmite a plenitude de sentido do sistema compreensivo (cuja influência abrange todos os aspectos, tanto individuais como coletivos, da vida) que é o Islam. O sentido total do Islam, para seus seguidores, se chama Sharia. A divisão da Sharia em três compartimentos estanques — culto, código moral e sistema legal —, é puramente convencional, pois estes três aspectos da Sharia estão intimamente relacionados e formam um todo harmônico. Aquilo que para o indivíduo é moralmente aceitável, constitui o fundamento da moral coletiva, e os sistemas morais não podem existir à margem da lei. O ser interno (a consciência e as intenções) e o ser externo (os atos e a conduta observável) devem se manter em harmonia e sem conflito. O culto, por outro lado, prepara o indivíduo para entender a verdade do Islam. De outra forma, tudo resultará fraudulento e falso.

DESCRIÇÃO GERAL

Fontes da Sharia

A fonte primordial da Sharia é, naturalmente, o Alcorão, a própria palavra de Deus. O Alcorão aborda um amplo leque de questões: desde os princípios da fé[15] até o estabelecimento

15 Ver capítulos de 1 a 3.

de critérios morais absolutos e códigos de conduta permitida e proibida. O Alcorão define os princípios sobre os quais se assenta o culto e o marco geral de um sistema legislativo no qual se inclui a lei de família, as normas econômicas, o código penal, as normas de conduta em sociedade, os tratados, a ética na guerra e na paz, o modelo de governo (é considerado o precedente islâmico da democracia), os direitos humanos, as relações com terceiros países e religiões, a herança, os impostos (*zakat*), entre tantas outras coisas. Pode se afirmar, sem temor ao erro, que não existe um só aspecto da vida ao qual o Alcorão não faça referência de um modo ou outro.

O Alcorão estabelece um marco de referência básico e uns princípios imutáveis em relação ao credo (*`aqida*) e ao culto (*`ibadat*), enquanto a esfera das normas que regem as relações entre os cidadãos (*mu'amalat*), salvo em contadas exceções, está sujeita a diretrizes gerais de caráter flexível. As constantes da Sharia em matéria de *mu'amalat* são muito escassas. Isso contribuiu, e muito, para o desenvolvimento da jurisprudência (entendendo por tal a ciência da derivação de normas); deu abrigo a diversas escolas de pensamento e albergou ao longo dos séculos um imenso volume de opiniões adaptadas a diferentes contextos espaciais e temporais, tudo isso prova que a Sharia não é estática, nem esgotável.

A segunda fonte da Sharia é a Sunna — "Normas, Regras absolutas, Tradição" (conjunto de normas baseadas nos atos, palavras ou tácito assentimento do profeta Mohammad) —, ou seja, tudo que ordenou, proibiu, fez ou reconheceu por assentimento em sua qualidade de profeta. A Sunna, algumas vezes, explica o Alcorão; outras vezes, no plano particular ilustra aquilo que aparece abordado de forma geral e em ocasiões o completa em outras áreas. As ciências da Sunna, especialmente a da autenticação das palavras do Profeta, possivelmente representam algumas das disciplinas históricas mais exatas. As restrições tão rigorosas que os compiladores da Sunna se impuseram no momento de reconstruir a cadeia

de testemunhas e transmissores das palavras do Profeta, assim como, principalmente, seus honestos esforços para garantir que as tradições proféticas transmitidas não contradigam direta ou indiretamente o Alcorão, os fatos provados ou o bom senso, fazem da Sunna uma ciência precisa.

A terceira fonte da Sharia — a analogia — aparece em cena quando um assunto não foi propositadamente resolvido pelo Alcorão ou pela Sunna. A analogia consiste em uma forma de raciocínio dedutivo, no qual uma nova suposição se torna equivalente à outra previamente resolvida no Alcorão e/ou na Sunna. *Ijtihad* (raciocínio ou desenvolvimento jurídico) é o termo árabe com o qual se referir à utilização de provas previamente disponíveis (sejam religiosas, científicas, estatísticas ou sociológicas) a fim de esclarecer em caso de dúvida, qual é o melhor caminho a tomar, sempre que não contradiga o Alcorão ou a Sunna, nem tampouco os propósitos supremos da Sharia que abordaremos em breve. A Sharia, portanto, não é um conjunto de normas rígido, estático, que deve ser imitado e aplicado em todo tempo e lugar. A Sharia, pelo contrario, oferece à inventiva humana a possibilidade de enfrentar situações variáveis mediante normas evolutivas. De fato, no curso da evolução da ciência da jurisprudência se estabeleceram normas jurídicas novas para situações inusitadas aplicando os princípios derivados da orientação e guia do Profeta e do Alcorão. Um bom exemplo disso consta no segundo princípio, o qual "a necessidade anula a proibição". Assim sendo, é proibido comer carne de porco, porém, se este fosse o único alimento disponível para um viajante extraviado no deserto, lhe seria permitido na proporção necessária para sua sobrevivência enquanto não dispusesse de um alimento não vedado. Entre outros exemplos de normas deste tipo cabe citar a conhecida como "princípio do mal menor", segundo o qual é permitido o menor de dois males quando a execução deste evite a ocorrência do mal maior e não seja possível evitar ambos; o princípio de subordinação dos interesses particulares

ao interesse superior e o princípio segundo o qual se deve eliminar a causa do dano. Em todo caso, a norma principal é que, sempre que não se incorra em contradição com o Alcorão ou a Sunna, "lá onde floresça o bem-estar reside a Lei de Deus".

Propósitos da Sharia

O propósito supremo da Sharia é o bem-estar do homem neste mundo e no outro. Em termos gerais, e em ordem de importância, as necessidades da comunidade se classificam em inevitáveis, ordinárias e complementares (aquelas que tornam a vida mais agradável). Na primeira categoria se encontram "os cinco propósitos da Sharia", que fazem referencia à preservação e à proteção: (1) Da vida; (2) do intelecto; (3) da religião, (4) das propriedades e posses, e (5) da procriação e preservação da espécie. Cada um destes propósitos se divide em categorias e subcategorias mais detalhadas, cada qual, por sua vez, se rege pelas normas morais e/ou legais adequadas em cada caso. Não é nossa intenção entrar em detalhes, pois o tema é amplo e profundo. Assim sendo, a seguir nos limitaremos a oferecer um panorama geral, mas também esclarecedor do conjunto.

Preservação e proteção da vida

Este princípio implica o direito à vida e o dever de protegê-la, assim como a proibição de matar, embora esta última proibição inclua certas exceções, como a guerra legítima ou a decisão judicial. Buscar o modo de curar-se quando se está doente e de cuidar da saúde para evitar adoecer quando se está são, são deveres islâmicos. Em consequência, também é dever do muçulmano observar as normas sobre alimentação e higiene alimentar, se manter em boa forma física e cuidar a higiene pessoal, do lar, da via pública e do meio ambiente. Um impres-

sionante ensinamento de Mohammad estabelece que "para cada doença, Deus criou uma cura. Algumas são conhecidas; outras, ainda não", o que constitui um estímulo à pesquisa. Os princípios básicos da quarentena sanitária ficaram claros quando Mohammad disse: "Se há peste numa cidade e você está fora dela, não entre; caso esteja dentro, não saia".

A agricultura é sempre louvável. Entre os ensinamentos do profeta Mohammad sobre a matéria se incluem as seguintes: (1) se chegado o Dia do Juízo e em sua mão sustentas um broto para plantar, se apresse em fazê-lo se puder; (2) quem quer que cultive a terra será recompensado por cada criatura que se tenha nutrido de sua colheita, inclusive pelas aves e as bestas, o pelo ladrão que a saqueou; (3) nenhuma árvore será cortada ou queimada com finalidades bélicas. A consciência ecológica e o respeito pelo meio ambiente são obrigatórios. O Alcorão descreve o ciclo da água e Mohammad ordenou que se respeitasse e não se contaminasse. "Nenhuma ave ou animal será sacrificado salvo para servir de alimento", nos ensina Mohammad. Diz-nos também, que é obrigatório ser amável com os animais e não lhes impor cargas excessivas.

Preservação e proteção do intelecto

O intelecto define o ser humano. É a ferramenta mediante a qual discernimos o bem e o mal e exploramos a criação de Deus que nos rodeia e que mora em nosso interior. A contemplação e a reflexão são deveres religiosos e o Alcorão condena àqueles que tendo sido abençoados com o intelecto, não o utilizem. A liberdade de pensamento e de expressão são direitos humanos básicos.

No Islam, a busca do conhecimento é, além de um direito, um dever. A primeira palavra revelada do Alcorão não é outra senão o imperativo "Lê!" "Aqueles que possuem conhecimentos não são iguais àqueles que não o possuem, não são iguais a luz e a escuridão". "De seus servos, Ele

prestará mais atenção ao douto". A pesquisa científica, que na linguagem jurídica islâmica se denomina "a revelação da tradição de Deus em Sua criação", é um dever para aqueles que estiverem capacitados para ela. O intelecto não pode ser vítima da censura e ninguém poderá invocar a autoridade para exercê-la sobre outro. O intelecto deve ser protegido da censura, sim, mas também da repressão, do medo, da ansiedade e do estresse. Tão desagradável é impedir quanto matar o intelecto; por esse motivo o consumo de álcool e de drogas está absolutamente proibido no Islam, inclusive em proporções socialmente aceitáveis.

Liberdade religiosa

Embora numerosos eruditos islâmicos priorizem a liberdade religiosa, o certo é que o cumprimento dos deveres religiosos é impossível sem contar previamente com a integridade da vida e do intelecto. A liberdade religiosa e de credo é um direito básico do homem, seja ou não muçulmano. É contrário ao Islam obrigar alguém a abraçá-lo. "Não há imposição quanto à religião", ordena o Alcorão (2:256). Deverá se construir lugares de culto e sua violação se entenderá uma forma de propagar a corrupção sobre a terra[16]. Se os muçulmanos forem atacados por razão de sua religião terão o direito e o dever de se defender.

Proteção da propriedade privada

O direito à propriedade privada é inviolável e não existe objeção ou limite na acumulação de riqueza, sempre que se tenha logrado mediante meios lícitos. Entre os meios de

16 "E se Allah não tivesse refreado os instintos malignos de uns em relação aos outros, teriam sido destruídos mosteiros, igrejas, sinagogas e mesquitas, onde o nome de Allah é frequentemente celebrado". (Alcorão 22:40)

enriquecimento ilícitos descritos pelo Islam destacam a usura, o engano, a fraude, o roubo e o monopólio. O Islam preceitua também as normas reitoras dos negócios e intercâmbios mercantis. Os direitos associados ao capital estão unidos e são paralelos a seus deveres. Entre os deveres associados ao capital se encontra o pagamento de impostos e taxas de acordo com as necessidades sociais. O *zakat* é obrigatório e equivale a aproximadamente 2,5% das rendas anuais. Aos lucros obtidos da agricultura, pecuária, setor imobiliário e indústria se aplicam fórmulas fiscais específicas. O patrimônio individual é responsabilidade compartilhada da comunidade: ninguém poderá viver como se habitasse numa ilha deserta.

Procriação e preservação da espécie

O matrimonio autêntico formalizado através de escritura solene é a única forma legítima de criar uma família e engendrar filhos (a Sharia, por outro lado, especifica os laços familiares que fundamentam o impedimento matrimonial). Garante-se o direito à pureza da linhagem (nascimentos de pais legítimos) e o direito a conhecer a identidade de ascendentes e descendentes. Aconselha-se a lactância materna, de preferência, durante dois anos.

As relações extraconjugais (incluindo o sexo pré-conjugal) são pecaminosas e constituem um delito punível caso se conte com o testemunho de quatro testemunhas honradas. A planificação familiar através de meios naturais ou artificiais é lícita exceto se implica a destruição de uma vida, ou seja, se implica o aborto, pois o feto tem direito à vida, à legítima, ao legado *causa mortis* e ao legado *inter vivos*. Os tratamentos de infertilidade e de reprodução assistida estão igualmente permitidos, embora apenas através de meios lícitos e conformes à Sharia.

A adoção ao estilo ocidental não está permitida. O acolhimento familiar e o patronato de crianças desvalidas são

fomentados como um ato de caridade, embora tais práticas não sejam adornadas com falsas invocações de laços familiares que, na realidade, não existem. As crianças são informadas da verdade de suas origens. Se um filho não biológico, uma vez alcançada a idade adulta propusesse matrimônio a um filho biológico da família em cujo seio cresceu, a proposta não poderá ser declinada invocando que são irmãos, porque não o são.

Os direitos e deveres conjugais e paterno-filiais se descrevem com detalhe, assim como a forma de agir no âmbito familiar e as normas relativas à herança. Sustentar economicamente à família é dever do esposo; a contribuição econômica da esposa às despesas familiares é voluntaria. As mulheres têm direito a trabalhar (sempre que isso seja compatível com a integridade da família), assim como à propriedade individual, à herança e à educação. Homens e mulheres têm idêntico valor humano e espiritual e as obrigações (e proibições) do Islam são aplicadas em condiciones de igualdade.

Igreja e Estado

A determinação da Europa de separar Igreja e Estado é sábia e prudente. O férreo controle exercido pela Igreja em seus primeiros tempos sobre todos os aspectos da vida (apesar dos ensinamentos das Escrituras) é completamente alheio a Jesus. O poder exercido pela Igreja para impedir a liberdade de pensamento e o progresso científico está historicamente bem testemunhado. Posteriormente os Estados Unidos, por razões idênticas, seguiram uma política similar à europeia de separação Igreja-Estado. Pretendia-se, com isso, evitar a predominância de nenhuma crença religiosa sobre outra, numa sociedade multiconfessional na qual, de outro modo, a liberdade religiosa teria sido impossível. De fato, muitos dos pioneiros norte-americanos estavam, na realidade, fugindo da intolerân-

cia religiosa e da perseguição que afligia à Cristandade europeia.

Em nosso juízo, a separação Igreja-Estado é coerente com o ideário de base da Cristandade, cujo objetivo original é purificar a alma e enobrecer o ser humano e não tratar de organizar o Estado. O reino de Jesus, de acordo com o Novo Testamento, não pertencia a este mundo. Recordemos que o Novo Testamento narra a ocasião em que Jesus foi perguntado se era lícito pagar tributo a César de Roma, e ficou olhando uma moeda com a inscrição do César e disse: *"Dai a César o que é de César e a Deus, o que é de Deus"*. Os muçulmanos dos Estados Unidos, como quaisquer outras pessoas justas, apreciam a ideia de pluralismo que garante a todos a liberdade religiosa, sem fanatismos nem perseguições, o que indiscutivelmente coincide com os ensinamentos islâmicos.

Talvez seja oportuno recordar aqui, a prudência que em geral sentem uma maioria de muçulmanos, cristãos e hebreus dos Estados Unidos e do Ocidente. Para eles, o princípio de separação Igreja-Estado foi mau empregado ou manipulado para excluir Deus da vida diária das pessoas e também os valores universais de moralidade e decência Dele recebidos. O debate sobre a hipótese da "morte" de Deus causou furor nos meios de comunicação norte-americanos durante as últimas quatro décadas e deixou sua marca em boa parte da população. Muitos daqueles que pensam que Deus não morreu, praticamente deixaram de reconhecer Sua autoridade para ditar-nos, como indivíduos e como nação, o que devemos fazer com nossas vidas. As chamadas de atenção a favor de uma conduta moral adequada ou contra a pornografia, as condutas licenciosas e outros males sociais, frequentemente são tachados de violar a separação Igreja-Estado. Lemas norte-americanos como "Uma nação sob Deus" e "Em Deus confiamos" atualmente estão começando a perder o sentido e, se tudo continuar na mesma direção, em breve se aprovarão emendas constitucionais para eliminá-los.

Em Ocidente, por outro lado, se observa uma reação de desaprovação e consternação universais quando se ouve que os muçulmanos dos países islâmicos desejam serem governados pela Lei islâmica. Condicionados pela desafortunada história europeia que conduziu à separação Igreja-Estado, automaticamente aborrecem a ideia, entendendo-a como uma regressão à idade tenebrosa em que a Europa se debatia sob a autoridade repressiva da Igreja. Mas certamente, esta não é uma conclusão válida, simplesmente porque a comparação em que está baseada tampouco é válida.

Quando estudamos o Islam podemos concluir, pelo menos, que o princípio de separação Igreja-Estado lhe é totalmente inaplicável. Pois se no Cristianismo não há Estado, no Islam não há Igreja. É, então, impossível projetar uma situação sobre a outra. No Islam há erudição religiosa, mas não há clero nem instituição sacerdotal. Em determinados países islâmicos existem graduados em estudos islâmicos que, é certo, utilizam umas vestimentas diferenciadas. Porém essas vestimentas carecem de significado religioso e não os convertem em sacerdotes nem os tornam superiores ao resto dos muçulmanos em nenhum sentido. Nos primeiros tempos do Islam não se usava vestimentas diferenciadas; é algo que surgiu posteriormente para permitir a identificação de um grupo social concreto. É uma situação similar ao uso do uniforme dos militares e dos policiais ou da bata branca dos médicos. Mas o conhecimento e os estudos religiosos são abertos a todos. A interpretação da religião não está condicionada, nem é o privilégio de nenhuma elite; a erudição é apreciada e respeitada, mas não santificada. Tampouco forma parte do Islam que apenas os eruditos em matéria religiosa sejam responsáveis de conduzir o governo, já que, obviamente, poderiam carecer da experiência técnica necessária. A função pública deve ser realizada com base em critérios de qualificação pessoal e, portanto, os cargos da administração devem estar abertos tanto aos cidadãos muçulmanos como aos não muçulmanos.

Uma rápida análise dos propósitos da Sharia antes esboçados mostra que, mais além da esfera individual sua aplicação se estende ao âmbito do governo. A Sharia, que é como a constituição, é a fonte da qual emanam os textos legislativos e a base sobre a qual se fundamentam as leis. A secularização das sociedades cristãs não é incompatível com o Cristianismo; porém, não se pode dizer o mesmo do Islam. O contrario implicaria ignorar, abandonar ou substituir muitos dos ditados do Alcorão e da Sunna, contradizendo o credo básico do Islam. Todo isso mostra que, embora se promova de igual maneira a liberdade religiosa e o direito de autodeterminação, o que é bom para as sociedades cristãs poderia não ser para as islâmicas.

Islâmico ou cristão, nenhum país deveria impor seus critérios aos outros. Embora, infelizmente, este não pareça ser o caso. De forma unilateral, o Ocidente tende a impedir que os muçulmanos possam se governar de acordo a sua própria religião. Apoia ditadores seculares ou outros que falsamente dizem ser islâmicos, embora na realidade estejam anos luz de proteger os direitos humanos, as liberdades básicas dos homens e das mulheres e o governo do povo para o povo, tudo aquilo que constitui o sinal de identidade do verdadeiro governo islâmico. De fato, atualmente não existe um Estado que realmente possa ser considerado representante do autêntico Estado islâmico. E sempre que um processo democrático robusto esteve a ponto de outorgar a vitória a um partido islâmico, uma paradoxal e embaraçosa aliança entre as grandes democracias e as ditaduras imperantes interviram justo a tempo de abortar a tentativa. Nem sequer lhes é permitida a oportunidade de provar. As democracias se inclinam pelo *status quo* antes que pela própria democracia.

Uma das acusações que se esgrimem contra a pretensão das nações islâmicas de ser governadas por leis islâmicas se referem ao status de seus grupos minoritários de cidadãos cristãos e judeus. Apesar do uso e abuso do argumento por

parte dos meios de comunicação e dos políticos, o certo é que carece da menor credibilidade. É pouco conhecido o fato de que o sistema islâmico se distingue por permitir às comunidades cristãs e judaicas se regerem juridicamente de acordo com seus próprios preceitos religiosos. Porém, apenas alguns assuntos relacionados com a família são tratados: casamento, divórcio, herança e similares. Em relação ao resto, e sem entrar em conflito com suas Escrituras, as minorias são tratadas com justiça e, perante a lei, são iguais à maioria; perante uma lei que a maioria (independentemente de sua convicção religiosa) reivindica como sua conforme sólidos princípios democráticos.

Contudo, não seríamos totalmente honestos se ignorássemos nossas preocupações sobre a aplicação da Sharia. Alguns relegaram a Sharia ao terreno fácil dos slogans e ao império das emoções. Certos jovens exaltados converteram-na em arma de confrontação com os fiéis de outras religiões. Mas, na realidade, a Sharia lhes exige fazer justamente o contrário, dissipar temores, aliviar ansiedades e exaltar essa maneira ética de proceder que, na realidade, distingue o cidadão que é correto. Este é o objetivo que a corrente majoritária de muçulmanos e a maioria dos movimentos islâmicos perseguem ativamente, embora isso obtenha tão escassa repercussão nos meios de comunicação ou nos círculos políticos profissionais ocidentais.

Os partidos políticos islâmicos que se inclinam pela opção democrática também necessitam conselhos. Levar a sedutora faixa do Islam durante a batalha eleitoral não lhes exime de informar com detalhe ao eleitorado sobre o programa de governo com o qual pretendem cumprir os propósitos da Sharia. "Islam" não é a palavra mágica que resolve os complexos problemas econômicos, sociais e políticos que pesam sobre seus países. Devem ser elaborados estudos técnicos e especializados muito exaustivos que permitam encontrar as soluções apropriadas a tais problemas no seio da Sharia.

O Islam exige aos que optam pela democracia que sejam honestos em seus depoimentos e que não cometam a traição de explorar a retórica democrática até tomar o poder para depois abandoná-la. O pior que pode ocorrer a um partido islâmico é ascender ao poder por meios democráticos, não cumprir suas promessas, negar-se a reconhecer seu fracasso — pensando equivocadamente que tal fracasso se atribua ao Islam —, manipular ou anular as eleições seguintes negando à nação o direito a substituir-lhes e, finalmente, se converter em outra ditadura. Entretanto, os partidos islâmicos ainda não passaram essa prova e seria, portanto, injusto condená-los sem direito a julgamento.

Os adversários destes partidos islâmicos, aferrados ao poder contra a vontade do povo, demonstraram ser um fracasso. As grandes democracias do mundo deveriam negar-lhes seu apoio moral ou de qualquer outro tipo. Se chegassem a alcançar o poder, os partidos islâmicos, a nosso juízo, não deveriam incorrer no mesmo erro. Não só se necessitam leis islâmicas. Também é necessário talante islâmico e, como não, integridade. Alguns conhecidos exemplos de governos que presumem de governar segundo a Sharia carecem, a nosso juízo, tanto de honestidade como de inteligência da Sharia. Porque limitar a Sharia a alguns pontos escolhidos do código penal sem ter em conta seu marco geral é uma verdadeira fraude. Infringir cruéis castigos por delitos excessivos ao mesmo tempo em que se deixa passar a corrupção massiva dos círculos de poder e sua exploração cobiçosa e sem o menor sentido da responsabilidade dos recursos da nação é algo que jamais poderá passar por islâmico.

No Islam, o governante é responsável ante a nação. É seu servidor, não seu amo. É contrário ao Islam julgar o povo simples e frágil, enquanto são consentidos os delitos à nobreza. A Sharia deve ser levada à prática começando pela base e não pelo telhado. Para frear o crime, o Islam adota um enfoque em três níveis, na seguinte ordem: o cultivo da

consciência islâmica (através da educação e da orientação), a prevenção (social e econômica) das situações conducentes ao delito e, por último, a punição. Dessa forma a lei não tem limites.

Democracia

Ultimamente, com frequência se questiona se o Islam é compatível com a democracia e chama a atenção a heterogeneidade de opiniões daqueles que afirmam que não são compatíveis. Não parecem ter nada mais em comum. No início do século, grupos da intelectualidade islâmica se sentiram tão fascinados com o Ocidente que defenderam a adoção de tudo aquilo que era bom e mau da experiência ocidental. Hoje, frente ao declive moral e às injustiças políticas do Ocidente, a desilusão é tanta que, como reação, muitos rejeitam tudo o que de lá venha, incluída a democracia. Os ditadores seculares dos países islâmicos, por serem o que são, aborrecem a democracia e têm um interesse pessoal em apresentá-la ante as massas muçulmanas como um fenômeno não islâmico. Ditadores que vestem a vestimenta islâmica e se proclamam muçulmanos também propagam a ideia de que a democracia é alheia à fé islâmica e em seu séquito possuem eruditos religiosos contratados ávidos de representar tão maquiavélica função.

Nos meios de comunicação e nos círculos políticos ocidentais, os adversários tradicionais do Islam constantemente qualificam o Islam de religião antidemocrática, na qual não cabem os valores da democracia. Seu claro objetivo é tornar o Islam ainda menos simpático aos olhos da opinião pública ocidental com o objeto de tornar possível e apetecível a demonização dos muçulmanos e, desse modo, facilitar a

aceitação das políticas duras e os posicionamentos injustos de seus governos contra os muçulmanos. Com frequência divulgam a falta de democracia na maioria dos países islâmicos. Mas o que não dizem é que única coisa que sustenta esses ditadores frente às aspirações democráticas dos povos do Oriente Médio é o aquilo que lhes proporciona as democracias ocidentais.

Provavelmente não se pode comparar o sistema político islâmico nascido a princípios do século VII com as instituições democráticas do Ocidente, as quais começaram a se desenvolver séculos depois. Nem sequer os sistemas democráticos ocidentais são exatamente iguais entre si; simplesmente compartilham os princípios e a ideologia que define a democracia. O Alcorão (há catorze séculos) expôs explicitamente o princípio consultivo da *shura,* em virtude da qual as decisões se devem adotar por deliberação conjunta. As aplicações práticas deste princípio nos primeiros tempos do Islam (ou seja, na época do Profeta e de seus sucessores imediatos) fazem que o possamos considerar o precursor da democracia.

Como profeta, Mohammad era obedecido sem reservas. No entanto, deixando de lado sua função como transmissor e intérprete da religião tal como a recebia de Deus, o próprio Mohammad deixou claro que ele era um ser humano normal incapaz de predizer o futuro e jamais pretendeu ter maior conhecimento do que outras pessoas em suas respectivas áreas de especialização. Por exemplo, na véspera da batalha de Badr, o primeiro e historicamente mais importante choque militar entre os muçulmanos e a coalizão de árabes idólatras, o Profeta traçou um plano militar para o desdobramento de suas exíguas tropas, e um de seus seguidores perguntou: “Este plano é uma revelação de Deus e devemos cumpri-lo sem questionar, ou se trata de uma mera opinião?”. E Mohammad respondeu que se tratava certamente de uma mera opinião. Então, seu companheiro sugeriu um desdobramento

alternativo. O Profeta aceitou o conselho e adotou seu plano. O resultado foi uma vitoria rotunda.

Anos depois, os inimigos enviaram um grande exército para atacar os muçulmanos em Madina. A opinião de Mohammad era permanecer em Madina e de lá se enfrentar ao inimigo. No entanto, as deliberações revelaram que a maioria preferia sair fora batalhar com o inimigo no Monte Uhud, situado bastante longe de Madina. Mohammad cedeu à opinião da maioria em virtude do princípio da *shura*. Os muçulmanos lograram uma vitoria inicial. Então, um grupo de arqueiros que estava posicionado na cima da montanha, achando que a batalha havia terminado se uniu à perseguição desobedecendo as ordens precisas do Profeta de não abandonar seus postos de combate em nenhum caso. Jaled ibn al Walid (um gênio militar que comandava um regimento de cavalaria inimigo), percebendo a debilidade nas filas muçulmanas, rodeou a cima da montanha e lhes surpreendeu com um ataque pela retaguarda. Isto alterou o curso da batalha que se voltou contra os muçulmanos e tiveram que se retirar após sofrer numerosas baixas. Embora houvesse uma dupla falha por parte dos muçulmanos, pouco depois foram revelados os seguintes versículos do Alcorão:

> *(Mohammad!) Pela misericórdia de Allah, foste gentil para com eles; porém, tivesses tu sido insociável ou de coração insensível, eles se teriam afastado de ti. Portanto, indulta-os, implora o perdão para eles e consulta-os nos assuntos (do momento). E quando te decidires confia em Allah, porque Allah aprecia aqueles que (Nele) confiam.* (Alcorão 3:159)

A *shura* deve reger a vida em todos os seus níveis. Deve ser exercida inclusive em relação a assuntos aparentemente menores. O Alcorão afirma, por exemplo, que a decisão de suspender a amamentação de uma criança deve se tomar depois de consultar *(shura)* mutuamente os pais e mostrar, ambos, seu consentimento.

A morte do Profeta supôs o fim do ciclo da profecia: depois dele, já não haveria mais profetas. Portanto, quem lhe

deveria suceder seria um chefe de Estado. A seleção de um sucessor teve lugar através de um debate aberto com mais de um aspirante, até que Abu Bakr, o companheiro mais próximo ao Profeta, foi escolhido por consenso para ser o primeiro califa. Naquela ocasião, o princípio islâmico foi reiterado e enfatizado, mais do que por nenhum outro, pelo próprio Abu Bakr. Podemos resumir as principais regras que regem o processo de seleção de um dirigente e o papel que ele cumpre na comunidade islâmica da seguinte forma:

1. O povo decide quem deve ocupar o lugar (Abu Bakr imediatamente procedeu a averiguar a opinião de outros que não se achavam presentes na reunião para garantir de que se mostravam de acordo).

2. O cargo é condicional ("Obedecei sempre que eu obedeça a Deus", afirmava o califa).

3. O direito do povo a escolher o dirigente está unido ao direito a retirá-lo (Abu Bakr declarou que caso atuasse contra a lei de Deus, o povo deixaria de dever-lhe obediência).

4. O governante é um empregado da nação, contratado pelo povo para realizar os deveres inerentes ao seu cargo. (Ao ver que em seus primeiros dias de governo Abu Bakr continuava a frente de seu negocio para ganhar o sustento, o povo lhe impôs aceitar um salário equivalente aos ganhos de um muçulmano médio, nem rico nem pobre, para que deixasse de trabalhar a tempo completo).

5. O chefe de Estado não é um prisioneiro da elite, nem da nobreza nem e de nenhum grupo de pressão concreto. ("Aquele que entre vós seja frágil — disse —, será forte comigo até que lhe seja garantido o que é devido. E aquele que entre vós seja forte, será frágil comigo até que dele tomemos o que é devido").

Em poucas palavras, se trata do oposto ao que ocorre na maioria dos países islâmicos em nossos dias. Não há dúvida de que se as coisas houvessem evoluído na direção prescrita pelo Islam, à medida que o Estado islâmico se estendia e a civilização islâmica se desenvolvia em maturidade e sofisticação, os muçulmanos teriam logrado uma forma de governo que teria incorporado o melhor das democracias modernas permanecendo livre de seus defeitos.

As coisas funcionaram de forma prometedora durante algum tempo. O segundo califa, Omar, insistiu ainda mais em que a nação deveria apoiá-lo quando obrasse bem e corrigi-lo quando obrasse mal. Ante tal aviso, um homem lhe respondeu: "Se te desviares, te endireitaremos inclusive tomando a espada". "Não serias bom — disse o califa —, se não falasses assim, nem tampouco nós o seríamos se não o aceitássemos assim".

Infelizmente, essa tendência se quebrou em um dos incidentes mais lamentáveis da historia islâmica. O terceiro califa, Uzmán teve que fazer frente a uma rebelião que o acusava de nepotismo e foi assassinado. Uzmán foi sucedido imediatamente pelo califa Ali, que era primo do Profeta, seu genro e uma pessoa muito amada por ele. Reunia também méritos próprios muito destacáveis e, quando foi escolhido califa, os notáveis e as massas manifestaram-lhe seu apoio e lealdade. No entanto, Muawiya, governador da Síria (que na época fazia parte do vasto Estado islâmico) se negou a jurar-lhe fidelidade e finalmente partiu para Madina encabeçando um grande exército. Sua intenção declarada era para castigar a os assassinos de Uzmán, o anterior califa (ambos eram da tribo dos Omeyas); preferia a vingança a ter que esperar os resultados do longo processo legal correspondente. No campo de batalha a vitoria foi para Ali, mas Muawiya era um homem de amplos recursos e contava com homens muito astutos no seu acampamento, assim que se assegurou uma arbitragem injusta. Muawiya e Ali foram acusados de assassinato por um grupo de inconforma-

dos, e finalmente acabaram assassinando a Ali. A nação ficou consternada trás as negociações. Hasan, o filho maior e sucessor de Ali, consentiu em ceder o mando a Muawiya para evitar maior derramamento de sangue e lhe jurou lealdade.

Pouco tempo depois, Muawiya, já afiançado no poder, tornou a comover a nação ao obrigar, através da técnica do castigo e da recompensa, que prometessem que aceitariam ao seu filho Yazid como seu sucessor. Husein, o segundo filho de Ali, encabeçou uma revolta contra Yazid (por essa época Muawiya e Hasan já estavam mortos). Os habitantes do Irak haviam prometido seu apoio à Husein, embora acabassem por abandoná-lo devido às artimanhas e à brutalidade do governo central. Entretanto, em vez de fugir ou capitular, Husein e cinquenta leais seguidores se enfrentaram ao exército de Yazid, formado por milhares de soldados, e lutaram valentemente até entregar sua vida em Kerbalá. A dinastia Omeya reinou durante um século. Porém, muito tempo depois se demonstrou que o ocorrido em Kerbalá foi o primeiro cravo em seu ataúde.

Este sucesso marcou o nascimento do xiismo, ou seja, o movimento pertencente à linha dura cujos componentes se autodenominavam "partidários" de Ali (em árabe, *shi'a*). Na realidade, o movimento nasceu como meio de expressão de dissidência política, embora não fosse possível separar nele política e religião, já que a luta pela justiça é um mandato religioso. Conforme foi passando o tempo, o xiismo tomou a forma de seita islâmica e se centrou na crença de que o direito ao califado correspondia a Ali e depois dele, consecutivamente, a sua progênie (ao filho mais velho, na sucessão). Pelo fato de se separar em várias seitas, o xiismo adotou diversas formas. A principal destas seitas é a Duodecimana, segundo a qual, o décimo segundo dos sucessores (Imãs) de Ali, desaparecido misteriosamente na infância, tornará um dia como o Mahdi[17] esperado e reinará

---

17 Al-Mahdi: Lit. "Aquele que guia", o líder reto que segundo profetizam alguns hadices, virá e conduzirá os crentes à vitoria no Dia do Juízo.

com justiça. Os xiitas constituem cerca de dez por cento dos muçulmanos. O restante tradicionalmente é conhecido como sunitas. Os xiitas guardam rancor aos sunitas por terem permitido uma autoridade injusta, entretanto todos acreditam no único Alcorão e na profecia de Mohammad. Os xiitas comemoram cada ano a batalha de Kerbalá e o martírio de Husein, e muitos se golpeiam lamentando com arrependimento o fato de que seus antepassados abandonassem Husein no momento mais crítico de sua luta. É um fato evidente que os sunitas, por sua vez, tenham as mesmas simpatias e sentimentos em relação à Ali e seus filhos, Hasan e Husein, e em relação as suas famílias.

Depois desta breve exposição, deixaremos a história de lado por alguns instantes e tornaremos ao assunto da democracia. O triste episódio histórico relatado constituiu um precedente desventurado para a transferência pessoal do poder, não em virtude do compromisso da nação, mas sim pela a espada e o ouro. Este incidente desafortunado corroeu persistentemente a história islâmica posterior. Governantes déspotas utilizaram sem cessar homens entusiastas que justificaram e legitimaram seu poder injusto, enquanto os que ousavam dizer a incomoda verdade pagavam com suas vidas ou com sua liberdade. Se o califa era bom, as coisas funcionavam bem, e se era ruim, tudo funcionava mal. Esta opção última ocorria com mais frequência, mas, em qualquer caso, a autoridade do povo e seus direitos sobre o governante ficavam debilitados. Apesar de tudo a civilização islâmica floresceu, porque sempre houve quem acreditasse no dever religioso de buscar o conhecimento, em destacar na ciência e na fundação da civilização. Os governos os apoiaram nessas esferas, mas não lhes permitiram falar ou escrever sobre os direitos do povo frente ao governante o sobre as limitações de seu poder absoluto. Se reflexionarmos sobre a genialidade da civilização islâmica em outras áreas do conhecimento não podemos deixar de observar que sua produção escrita sobre os direitos constitucionais do povo, embora convincentes e esplêndidos, são muito escassos.

Com relação aos irmãos muçulmanos que se agitam contra a democracia, eu lhes diria que a democracia nunca foi o mal da nação islâmica. Seus males sempre foram o despotismo e a ditadura. Se não queremos vê-los em nossa história é porque estamos cegos. E àqueles que acusam o Islam de ser intolerante coma democracia eu lhes diria que se equivocam. Mas, dito isto, também devemos acrescentar que Islam e democracia ano são a mesma coisa. Em uma democracia ocidental, Deus poderia ser vetado ou derrotado nas urnas pelo voto majoritário. Sob o Islam, a Constituição deve se basear na Sharia. Portanto, toda norma legislativa que entre em conflito com a Sharia será inconstitucional. Mas com esse cenário, o processo democrático está plenamente garantido.

O ressurgimento islâmico contemporâneo vai mais além da imagem amplamente difundida de extremismo incendiário, violência ou despotismos seculares e quase religiosos. Uma corrente majoritária culta e tranquila descobriu a realidade da religião e se tornou consciente das lições da história. Não se alimenta de slogans vazios contra o outro, mas sim de esforços bem fundados que perseguem reformas justas. Depois de tudo, há tempo que os eruditos islâmicos determinaram que um Estado não islâmico justo é melhor do que um Estado islâmico sumido na tirania e na injustiça.

O FORO INTERNO

Os cinco pilares do Islam

Os capítulos 1 e 2 já abordaram os artigos da fé islâmica. O profeta Mohammad os definia com as seguintes palavras: "Que crês em Deus, em Seus anjos, em Suas Escrituras, em seus mensageiros, no Dia do Juízo Final e no Destino ou Predestinação" (aceitar a predestinação não implica negar a livre vontade; a predestinação tem a ver com aquilo que escapa ao nosso controle, seja bom ou ruim). Anteriormente, não tratamos de apresentar estes artigos de fé como um "dogma", ou seja, como algo que se deva ser aceitar cegamente. Pelo contrário, tentamos explicá-los de uma maneira lógica. Com certeza, essa é a maneira como o faz o Alcorão, que constantemente desafia a mente humana a pensar mostrando sinais e questões sobre as quais devemos refletir, não para impor uma crença, mas sim para convencer.

O credo do Islam (que há somente um Deus), junto com seus artigos de fé, é similar ao das outras religiões abraâmicas (o Cristianismo e o Judaísmo). De fato, o Islam qualifica os anteriores mensageiros de Deus e seus seguidores de muçulmanos e seguidores do Islam, tomando o termo *Islam* no sentido literal de submissão à vontade de Deus. Trás apresentar neste capítulo uma visão geral da religião islâmica e da Sharia, a seguir trataremos um aspecto mais específico do Islam: o relativo ao culto. O culto é fundamental no Islam, pois se centra no muçulmano enquanto indivíduo, desta forma a coletividade islâmica deve ser a soma de unidades saudáveis. Dito de outro modo, o culto é importante porque o edifício deve estar construído com blocos sólidos.

O culto no Islam gira obrigatoriamente em torno a cinco eixos que o profeta Mohammad descreve com as seguintes palavras: "O Islam se fundamenta em cinco pilares: a decla-

ração de fé (em árabe, *shahada*) em que há somente um Deus e em que Mohammad é Seu mensageiro; a salá ou salat (ou seja, as orações preceptivas); o *zakat* (em árabe, a contribuição econômica preceptiva); o jejum diurno do mês do ramadã e a Peregrinação Maior (Hajj) sempre que seja possível". Em outra ocasião, alguém pediu ao Profeta que definisse o que é o Islam e respondeu enumerando estes cinco pilares. Não é preciso dizer que os edifícios não se compõem somente de pilares. Os pilares tem a função de sustentar todo o edifício. Aqueles que reduzem o Islam ao âmbito do culto ritual não entendem sua natureza global e integradora nem o propósito dos atos de culto como elementos modeladores do caráter do devoto.

A prática dos "cinco pilares do Islam" é a condição mínima que se exige para o culto. Mas na realidade, qualquer ação lícita realizada com a intenção de agradar a Deus é um ato de culto. A caridade, por exemplo, não tem limites: inclusive os detalhes mais insignificantes como receber uma pessoa sorrindo ou retirar da via pública um objeto perturbador são considerados atos de caridade, atos os quais o profeta Mohammad encomendava aos crentes. Praticamente todos os atos que sejam intencionados podem ser legítimos de culto. A seguir comentaremos brevemente cada um destes cinco pilares.

A profissão de fé (em árabe, *shahada*). A declaração de fé islâmica ("Dou fé de que há somente um Deus e de que Mohammad é Seu mensageiro") é a chave de entrada ao Islam. Pronunciá-la com sinceridade diante de duas testemunhas é toda a formalidade que se requer aos conversos para tornar-se muçulmanos. A *shahada* também se inclui na chamada à oração do almuadem (o *adán*) e se repete em todas as orações. Trata-se de algo mais do que um mero formalismo verbal: quando você declara que toma a Deus como seu Deus, está dizendo que toma a Ele como aquele que modela e guia sua vida, rejeitando outro tipo de influências, sejam pessoas, coi-

sas, estados de ânimo ou desejos. A pessoa que manifesta que Mohammad é o mensageiro de Deus se compromete a cumprir as instruções e ensinamentos de Mohammad e reconhece a origem divina das mesmas. Ao longo dos séculos escreveram-se extensas obras no âmbito da jurisprudência islâmica e da literatura explicando as implicações mais profundas desta simples frase: "Há somente um Deus e Mohammad é Seu mensageiro".

A azalá. A oração ritual do Islam, ou azalá, é uma entidade bem diferenciada. Em certo modo, é diferente da oração no seu sentido mais amplo, ou seja, ao fato de comunicar seus sentimentos a Deus em qualquer lugar e momento, pedir-lhe Sua orientação, auxílio e perdão, aquilo que o Alcorão ordena e que recomendam outras religiões. A azalá, pelo contrario, se distingue por ter uma forma e um conteúdo especial nos quais corpo e espírito se implicam harmoniosamente. Realiza-se cinco vezes ao dia: ao amanhecer, ao meio-dia, à meia-tarde, ao anoitecer e à noite.

A azalá deve ser feita num lugar limpo (em casa, na mesquita, num parque, no lugar de trabalho, etc.), individualmente ou em grupo junto a outros muçulmanos e muçulmanas. Um dos participantes homens guia a azalá e é denominado "*imã*" (que literalmente significa "diretor"). Cada uma destas cinco orações *(salat)* tem uma duração de vários minutos. A oração semanal da sexta-feira ao meio-dia é a única que deve ser realizada obrigatoriamente em grupo, na mesquita, e estar precedida de um sermão (*jutba*). O imã não é um sacerdote. Nem sequer deve ser sempre a mesma pessoa quem deva guiar a oração. Entretanto, a escolha da pessoa que deve desempenhar a função de imã segue o critério de que seja um homem estudioso e conhecedor do Alcorão e da religião. Homens de negócios, trabalhadores artesãos, médicos, docentes, entre outras profissões, e evidentemente eruditos religiosos, costumam assumir esta responsabilidade.

Para realizar a azalá é preciso estar limpo e ter realizado a ablução ou "lavagem" (em árabe, *wudu'*), que implica em se lavar com água a boca, os orifícios nasais, o rosto, os antebraços até a altura dos cotovelos, os pés, assim como passar as mãos molhadas pela cabeça e as orelhas. Pode bastar uma ablução para várias orações, mas deve ser repetida se pessoa dorme, urina, defeca ou tem flatulências. As relações sexuais obrigam a tomar um banho completo antes de realizar a azalá. As mulheres estão isentas da azalá durante a menstruação e o puerpério. Quando tal estado conclui, a mulher deve tomar um banho completo, e o homem deve fazer o mesmo depois de ejacular. Porém, sempre se pode orar a Deus em qualquer momento mediante uma súplica pessoal, com ou sem ablução.

Cada oração tem a audiência virtual de Deus, e se executa em direção à Caaba (a primeira das mesquitas, construída pelo patriarca Abraão e seu filho Ismael para render culto ao Deus Uno no lugar onde, muito tempo depois, chegaria a ser a cidade de Makka, na Arábia). Somente em Makka os muçulmanos permanecem de pé em círculos concêntricos ao redor da Caaba para orar. É uma cena realmente impressionante. No resto do mundo se reza de pé, formando filas paralelas orientadas para a Makka, sem deixar vazios entre os que rezam. As mulheres geralmente ocupam as filas de detrás. Não se trata de uma imposição religiosa, mas sim de uma preferência estética (as mulheres poderiam se sentir incômodas com homens as suas costas durante os movimentos de inclinação e prostração).

A oração começa com as palavras *Allahu Akbar*, que quer dizer "Deus é Grande". Ao dizer essas palavras, o devoto dá as costas ao universo inteiro e se dirige somente a Deus.

Um elemento imprescindível em todas as orações é a recitação da *Fátiha* ou primeira surata do Alcorão:

> *Em nome de Allah, o Clemente, o Misericordioso. Louvado seja Allah, Senhor do Universo. O Clemente, o Misericordioso. Soberano do Dia do Juízo. Só a Ti adoramos e só de Ti imploramos ajuda! Guia-nos à senda reta, à senda dos que agraciaste, não à dos abominados, nem à dos extraviados.* (Alcorão 1:1-7)

O resto da oração consiste na recitação de passagens adicionais do Alcorão, na inclinação e na prostração ante Deus. Ao se inclinar, aquele que reza afirma com o coração suplicante: *"Glorificado seja meu Senhor, o Grandioso!"*. E quando está em posição erguida, diz: *"Allah escuta a quem o louva"*. Seguidamente se prosterna duas vezes intercaladas por uma sentada, e em cada prosternação repete: "Glorificado seja meu Senhor o Altíssimo!". A oração conclui com a postura sentada, reiterando a afirmação de fé (a *shahada*) e pedindo a paz de Deus e Sua benção para os profetas Mohammad, Abraão, suas famílias e seguidores. A oração, preceptiva ou supererrogatória, é um tesouro espiritual imenso. Inspira paz, pureza e tranquilidade e infunde um contínuo sentimento de proximidade a Deus e de consciência Dele. Reduz surpreendentemente o estresse da vida diária ao mesmo tempo em que o torna manejável. O fato de se praticar a oração cinco vezes espaçadas ao longo do dia, incluída a do amanhecer, ajuda o devoto a manter um nível de bem-estar terapêutico e praticamente não deixa lugar em sua consciência para os maus pensamentos ou ações.

O zakat. Gastar dinheiro em obras de caridade é altamente recomendável e se incentiva os muçulmanos a empregar nessa causa todo o dinheiro que lhes seja possível: o limite é o céu. No entanto, o *zakat*, terceiro pilar do Islam, é algo diferente. Frente à caridade ordinária, o *zakat* não é voluntário, mas sim obrigatório. Aquilo que se dá em conceito de *zakat* é uma quantidade prefixada. Em geral, uma vez cobertas as necessidades e os gastos, os bens remanentes da pessoa retidos durante um ano devem ser purificados mediante a entrega de

2,5% dos mesmos em conceito de *zakat*. Deste modo, o capital improdutivo, é penalizado ao ponto de que em aproximadamente quarenta anos se reduz a zero, fato que incentiva o investimento do dinheiro a serviço do interesse público. Além dos bens monetários, outros benefícios econômicos, incluindo os industriais, agrícolas, pecuários, imobiliários, entre outros, têm em suas fórmulas respectivas de imposto por *zakat* que se detalham detidamente nas obras especializadas.

O *zakat é* o "direito" que o pobre ostenta sobre a riqueza do rico. Não é um ato de caridade optativa ou de filantropia. Em um Estado islâmico, o governo é responsável de recoletar o *zakat*, a fonte primária de seus orçamentos que poderá se completar, em caso de necessidade, com outros sistemas tributários legislados. O *zakat* pode se entregar a instituições islâmicas de beneficência, as quais serão as responsáveis de sua justa distribuição. Também pode se entregar diretamente à pessoa necessitada em lugares fora do alcance da Lei islâmica (como no caso dos muçulmanos que vivem como minorias por todo o mundo ou sob um governo secular). Os necessitados não muçulmanos podem ser incluídos como beneficiários.

O *zakat* representa o nexo inquebrantável que une os diferentes membros da comunidade, os quais o profeta Mohammad descreve "como os órgãos do corpo: se um sofre, os outros se apressam a auxiliá-lo". A palavra *zakat* significa literalmente "purificação" e também "crescimento". Em linguagem de economia significa "dedução do que é devido", o que implica que o muçulmano purifica seu dinheiro dando ao necessitado a justa porção do mesmo. Quando os muçulmanos pagam o *zakat*, têm a impressão de estar verdadeiramente investindo esse dinheiro e não gastando.

O jejum diurno do ramadã ("siám" ou "sawm"). O mês do ramadã é o nono mês do calendário lunar e, como é onze dias mais curto que o calendário solar gregoriano, o ramadã se adianta onze dias cada ano. Isto permite que uma pessoa faça

o jejum em diferentes estações do ano e com diferentes condições climáticas ao longo de sua vida. Desde o amanhecer até o pôr do sol no horizonte de todos os dias do mês do ramadã os muçulmanos não tomam alimento nem bebida (nem sequer água). As relações sexuais também estão proibidas durante o dia e, para proteger o jejum, não se deve mostrar aborrecimento ou nenhuma outra má conduta.

O ramadã não é um mês de fome, já que a nutrição e a hidratação estão garantidas durante a noite. No entanto, se recomenda moderar a primeira refeição, trás a caída do sol, e a última, antes do amanhecer. Estão isentos de jejum os doentes, as crianças, as mães lactantes e os idosos.

À medida que se conquista o impulso dos hábitos cotidianos e se aprende a suportar a fome e a sede, o ramadã proporciona um treinamento de primeira ordem em autocontrole e força de vontade. O que seria da humanidade sem o autocontrole? O jejum constitui uma experiência muito enriquecedora, pois nos ensina a transcender as penúrias de nosso ser material e a valorizar nossa dimensão espiritual. Este mês implica um período de renovação espiritual, de revitalização; é algo parecido a carregar as pilhas para o resto do ano. Durante este mês também se intensifica de forma característica os atos de culto e de caridade. Quando finaliza o ramadã, os muçulmanos celebram uma de suas duas principais *id* (festas religiosas) — a outra tem lugar no final do ato primordial de Peregrinação (décimo dia) — com uma oração coletiva especial pela manhã, reuniões familiares e festas com os amigos.

A Peregrinação Maior (Hajj). O Islam está tão estreitamente ligado à missão monoteísta abraâmica que seu quinto pilar (o *Hajj*) consiste na comemoração formal da obediência prestada a Deus pelo patriarca Abraão. O profeta Abraão (a paz esteja sobre ele) obedeceu a Deus com mão firme nas inumeráveis provas às quais teve que se enfrentar ao longo de sua vida. Numa delas, Deus lhe ordenou que levasse sua

esposa Agar e Ismael, que naquele momento era seu único filho, à desolada região ocidental da Arábia. Confiando em que tudo correria bem se depositasse sua fé em Deus, Abraão deixou sua esposa e seu filho no lugar que mais tarde seria a cidade de Makka. Pouco tempo depois de sua partida, vendo que as provisões se esgotavam, a mãe de Ismael, tomada pelo pânico e quase desesperada, começou a buscar água. Foi uma prova dura. Então, de forma inesperada e milagrosa, brotou o manancial de Zamzam. Mais tarde, Deus ordenou a Abraão, que os visitava periodicamente, que erguesse com a ajuda de Ismael a primeira construção dedicada ao culto de Deus e que convidasse os crentes a visitá-la em peregrinação (*Hajj*) para render-lhe culto. A prova de fé mais dura que Abraão se enfrentou foi a de não duvidar quando Deus lhe ordenou que matasse seu próprio filho, ordem que obedeceu incitado pelo próprio Ismael. Deus, considerando provada a sinceridade e a fé de Abraão, resgatou o menino em troca do sacrifício de um cordeiro.

Desde a primeira Peregrinação com Abraão e Ismael, não foi interrompida até os dias de hoje. No entanto, infelizmente, depois de muitas gerações, o povo caiu no paganismo e transformou a Casa de Deus numa casa de ídolos. Cada tribo árabe pagã adotou um ídolo, lhe deu um nome e o colocou na Caaba. A época de peregrinação continuou sendo respeitada, mas em vez de se dedicar à adoração a Deus, se converteu numa celebração de alegria e festividade, álcool e vício. Improvisaram-se novos rituais como o de girar em torno à Caaba seminus, batendo palmas, cantando e assoviando. Aquela peregrinação adulterada implicou uma notável prosperidade econômica para os habitantes de Makka, cuja economia estava baseada na peregrinação e nas duas caravanas comerciais anuais entre o Oriente (África e Ásia) e o Norte (Síria e, mais além, o Império Bizantino). Em consequência apareceu um pseudoclero que falava em nome dos Deuses e em seu nome aceitava oferendas e orações.

Durante séculos se manteve este estado de coisas entre esta ramificação dos descendentes de Abraão (a linhagem de Ismael). Então, entre descendentes distantes de Ismael, no seio da poderosa tribo de Quraish, nasceu Mohammad no ano 570 d.C. Seu pai morreu antes de que ele nascesse e sua mãe, quando tinha 6 anos. Mohammad foi criado por seu avô e, quando este morreu, por um de seus tios. À medida que crescia, toda a comunidade o foi rodeando de respeito e admiração. A uma tenra idade foi conhecido como "o Honesto". Com vinte e cinco anos de idade se casou com uma viúva rica, Jadicha (ou Khadijah), para quem havia trabalhado como chefe de caravana e quem soube valorizar o seu caráter. Ela era quinze anos mais velha do que ele, mas viveram felizes unidos em matrimonio monogâmico durante os seguintes vinte e oito anos, até que ela faleceu.

Mohammad nunca compartiu a idolatria de seu povo nem os erros que constituíam a vida dos árabes pré-islâmicos, a conhecida como *Yahiliya*, ou época de ignorância. Mohammad frequentava uma gruta na cima de uma montanha situada nas imediações de Makka para refletir e meditar. Durante uma daquelas visitas apareceu-lhe o anjo Gabriel, lhe encomendou a missão divina da profecia e lhe transmitiu a primeira revelação do Alcorão:

> *Lê (o Alcorão), em nome do teu Senhor Que criou; criou o homem de algo que se agarra (coágulo). Lê, que o teu Senhor é o mais Generoso, que ensinou através da pena, ensinou ao homem o que este não sabia.* (Alcorão 96: 1-5)

Era o mês de ramadã e era a Noite do Destino, a mais Digna de todo o ano (em árabe, *laylatu-l-qadr*). Mohammad estava surpreso. Tomado de pânico, correu até sua casa e ali sua esposa o confortou e o tranquilizou dizendo-lhe: "Juro por quem governa a alma de Jadicha, que tu serás o profeta desta nação. És bondoso com tua família. És generoso com teu hóspede. Ajudas o necessitado e a mentira não mancha teus lábios. Deus não te falhará".

O anjo foi ao encontro de Mohammad várias vezes. Embora sua missão trouxesse a verdade e marcasse a volta de seu povo ao monoteísmo puro de Abraão, nada podia ser mais ameaçador para a aliança entre os ricos e poderosos de Makka e o clero idólatra, cuja existência dependia do *status quo*. Durante treze anos, Mohammad e seus seguidores foram acossados, até que acabaram emigrando a Madina. Deus, através do Alcorão, lhes permitiu defender e fortalecer sua posição ali. Finalmente, o exército liderado por Mohammad conquistou Makka e declarou uma anistia geral para aqueles que haviam lutado contra os muçulmanos e contra o Islam. Destruíram os ídolos, depuraram a Caaba de Abraão de todo o paganismo e devolveram a religião a sua fonte original. A peregrinação continuou se celebrando na mesma estação, e o quinto pilar do Islam se tornou obrigatório uma vez na vida para todos os muçulmanos, sempre que sejam fisicamente capazes de peregrinar e sua situação econômica lhes permita.

Apesar dos fatos bem conhecidos e detalhados anteriormente nesta extensa explicação, ainda existem "especialistas" e "estudiosos" que descrevem o *Hajj* (a Peregrinação Maior) simplesmente como "um ritual pagão incorporado ao Islam". Não é essa, por acaso, uma razão suficiente para que o muçulmano se sinta incomodado?

A peregrinação tem lugar no décimo segundo mês do calendário lunar, o qual se conhece como o mês do *Hajj* (*Du-l-Hicha*). Já era conhecido quando apareceu o Islam, já que se trata de um acontecimento abraâmico. Durante o *Hajj*, as mulheres vestem roupas normais que cobrem a totalidade de seu corpo, com exceção do rosto, dos pés e das mãos. Os homens devem vestir duas peças de pano sem costuras, sem outra roupa, exceto umas sandálias e um cinto. Esta é a vestimenta de todos os peregrinos e todos parecem iguais, sem distinção de classe, unidos em confraternização, prestes a se ajudar uns aos outros sempre que seja possível, passando por alto e superando todas as diferenças de cor, língua, raça, et-

nia e nível educativo, entre outros aspectos. Durante o *Hajj*, apenas é visível a bondade humana, e somente a pura crença em que a humanidade é uma família única que rende culto ao Deus Uno. Ninguém é afastado. Os membros de uma família ou de um grupo tratam de permanecer juntos para evitar que ninguém se perda entre a multidão.

Os ritos da Peregrinação Maior islâmica ou *Hajj* incluem o culto a Deus na Sagrada Mesquita de Makka realizando sete vezes o percurso ao redor da Caaba e sete trajetos entre as colinas de Safa e Marwa, onde Agar, a mãe do profeta Ismael, correu desesperadamente em busca de água para seu filho; a congregação na esplanada do Monte Arafat rezando e suplicando a Deus; deter-se ante os três monólitos (onde o demônio tratou de tentar Abraão para que não matasse seu filho) e apedrejá-los como símbolo de superação da tentação do demônio. O momento mais destacado da Festa da Peregrinação Maior islâmica ou *Hajj é a* oração coletiva, o sermão do *Eid al-Adha* e, seguidamente, o sacrifício de um cordeiro ou outra rês que se entrega aos pobres, embora uma parte se reserve para a família e os amigos, seguindo a tradição de Abraão. Os muçulmanos que não estão realizando a Peregrinação Maior ou *Hajj* celebram o *Eid* mediante uma oração coletiva (incluindo um sermão) e a oferenda de um cordeiro.

A festa do *Eid é* um acontecimento alegre. Tendo em conta o enorme número de animais sacrificados nos arredores de Makka durante o *Hajj*, e a quantidade de carne que resulta impossível de consumir, as autoridades da Arábia Saudita estabeleceram (com o correspondente ditame legal islâmico) uma fábrica de embalagem de carne onde esta é conservada e enlatada ou bem transportada fresca. Essa carne é paulatinamente enviada aos pobres e necessitados do mundo islâmico. O esforço para acomodar, controlar e facilitar os movimentos da massa de peregrinos (pelo menos dois milhões de pessoas), num intervalo tão curto de tempo e num espaço tão restringido é digno de elogios.

Moral islâmica

A moral islâmica é equiparável à cristã e à judaica em sua forma pura prescrita na Torá e no *Injil* (o Evangelho em sua versão original revelado a Jesus), sem o revisionismo ao qual foi submetida nos últimos tempos por certos grupos responsáveis de causar estragos na tradição moral abraâmica, alterando-a ao ponto de fazer que as imoralidades do passado pareçam as moralidades de hoje. Estas imoralidades foram dissimuladas através de novos termos inócuos e eufemísticos como "amor", "gay", "relações", "casal", "amante", entre outros, por aqueles que esperavam que os termos bonitos pudessem camuflar (ou incentivar) os pecados de outrora.

Sem entrar em detalhes consideramos que, mais interessante do que fazer referência a assuntos concretos, seria introduzir o leitor diretamente na fonte da moral islâmica reunindo algumas citações do Alcorão e dos Hadith (palavras ou ditos do profeta Mohammad). Este é um tipo de informação especialmente desconhecido pelo leitor ocidental, oculta trás sucessivas camadas de doutrinamento negativo dos chamados "especialistas". Muitas vezes lemos e ouvimos no rádio ou na televisão que o Alcorão ordena aos muçulmanos mentir, enganar ou matar aos não muçulmanos; que Mohammad era um vilão implacável, ébrio de suas próprias ambições e entregado à luxuria e à sensualidade. Tratamos de refutar falsidades e, às vezes, inclusive conseguimos que seja publicada uma resposta ou uma desculpa. Porém, o fluxo de desinformação persiste. Contudo, graças às nossas diversas iniciativas, cada vez mais pessoas podem conhecer a verdade do Islam, e no momento em que um grupo crítico, embora pequeno, seja capaz de discernir o verdadeiro do falso, a campanha de malevolência e estereótipos sobre a qual muitos basearam sua carreira, verá seu final.

A moral islâmica não está limitada a uma lista de coisas permitidas e não permitidas. A moral islâmica persegue modelar uma personalidade que compreenda e aceite o papel do homem como representante de Deus na terra. Ou seja, uma pessoa com o desejo de administrar a natureza que a rodeia e mora em seu interior em harmonia com as instruções de seu Dono (Deus). A seguir oferecerei algumas passagens significativas da matéria, sem que haja uma ordem previamente estabelecida, senão de acordo com a ordem que me vieram à memória.

Degustando o Alcorão

1. E os servos do Clemente são aqueles que andam pacificamente pela terra e, quando os ignorantes lhes falam, dizem: Paz! São aqueles que passam a noite adorando o seu Senhor, quer estejam prostrados ou em pé. São aqueles que dizem: Ó Senhor nosso, afasta de nós o suplício do inferno, porque o seu tormento é angustiante. Que péssima estância e lugar de repouso! São aqueles que, quando gastam, não se excedem nem mesquinham, colocando-se no meio-termo. (Igualmente o são) aqueles que não invocam, com Allah, outra divindade, nem matam nenhum ser que Allah proibiu matar, senão legitimamente, nem fornicam; (pois sabem que) aqueles que assim procederem, receberão a sua punição: No Dia da Ressurreição ser-lhes-á duplicado o castigo; então, desonrados, se eternizarão (nesse estado). Salvo aqueles que se arrependerem, crerem e praticarem o bem; a estes, Allah computará as más ações como boas, porque Allah é Indulgente, Misericordioso. Quanto àquele que se arrepender e

praticar o bem, estará convertendo-se aceitavelmente a Allah. Aqueles que não perjurarem e, quando se depararem com as futilidades, delas se afastarem com honra. Aqueles que, quando lhes forem recordados os versículos do seu Senhor, não os ignorarem, como se fossem surdos ou cegos. E aqueles que disserem: Ó Senhor nosso, faze com que as nossas esposas e a nossa prole sejam o nosso consolo, e designa-nos líderes dos devotos. (25:63-74)

2. Apressai-vos em obter a indulgência do vosso Senhor e um Paraíso, cuja amplitude é igual à dos céus e da terra, preparado para os tementes. Que fazem caridade, tanto na prosperidade, como na adversidade; que reprimem a cólera; que perdoam o próximo. Sabei que Allah aprecia os benfeitores. Que, quando cometem uma obscenidade ou se condenam, mencionam a Allah e imploram o perdão por seus pecados — mas quem, senão Allah perdoa os pecados? — e não persistem, com conhecimento, no que cometeram. Para estes a recompensa será uma indulgência do seu Senhor, terão jardins, abaixo dos quais correm os rios, onde morarão eternamente. Quão excelente é a recompensa dos diligentes! (3:133-136)

3. Recorda-te de quando Lucman disse ao seu filho, exortando-o: Ó filho meu, não atribuas parceiros a Allah, porque o politeísmo é a mais grave injustiça. E recomendamos ao homem a benevolência para com os seus pais. Sua mãe o suporta, entre dores e dores, e a sua desmama é aos dois anos. (E lhe dizemos): Agradece a Mim e aos teus pais, porque o retorno será a Mim. Porém, se te constrangerem a associar Mim o que tu ignoras, não lhes obedeças; comporta-te com eles com benevolência neste mundo, e segue a senda de quem se voltou contrito a Mim. Logo o retorno de todos vós

será a Mim, e, então, inteirar-vos-ei de tudo quanto tiverdes feito. Ó filho meu (disse Lucman), em verdade, ainda que algo como o peso de um grão de mostarda estivesse (oculto) em uma rocha, fosse nos céus, fosse na terra, Allah o descobriria, porque é Onisciente, Sutilíssimo. Ó filho meu, observa a oração, recomenda o bem, proíbe o ilícito e sofre pacientemente tudo quanto te suceda, porque isto é ter firmeza (de propósito na condução) dos assuntos. E não contorças o rosto às gentes, nem andes insolentemente pela terra, porque Allah não estima arrogante e vaidoso algum. E modera o teu andar e baixa a tua voz, porque o mais desagradável dos sons é o zurro dos asnos. (31:13-19)

4. Que os agraciados e os opulentos, dentre vós, jamais jurem não favorecerem seus parentes, os necessitados e expatriados pela causa de Allah; porém, que os tolerem e os perdoem. Não vos agradaria, por acaso, que Allah vos perdoasse? Ele é Indulgente, Misericordiosíssimo. Em verdade, aqueles que difamarem as mulheres castas, inocentes e crentes, serão malditos neste mundo e, no Outro, sofrerão um severo castigo. (24:22-23)

5. A virtude não consiste só em que orienteis vossos rostos até o Este ou o Oeste. A verdadeira virtude é a de quem crê em Allah, no Dia do Juízo Final, nos anjos, no Livro e nos profetas; de quem distribui seus bens em caridade por amor a Allah, entre parentes, órfãos, necessitados, viajantes, mendigos e em resgate de cativos (escravos). Aqueles que observam a oração pagam o zakat, cumprem os compromissos contraídos, são pacientes na miséria e na adversidade, ou durante os combates, esses são os verazes, e esses são os tementes (a Allah). (2:177)

6. Quanto aos muçulmanos e às muçulmanas, aos crentes e às crentes, aos consagrados e às consagradas, aos verazes e às verazes, aos perseverantes e às perseverantes, aos humildes e às humildes, aos caritativos e às caritativas, aos jejuadores e às jejuadoras, aos recatados e às recatadas, aos que se recordam muito de Allah e às que se recordam d'Ele, saibam que Allah lhes tem destinado a indulgência e uma magnífica recompensa. (33:35)

7. Allah ordena a justiça, a prática do bem, o auxílio aos parentes, e veda a obscenidade, o ilícito e a injustiça. Ele vos exorta a que mediteis. Cumpri o pacto com Allah, se o houverdes feito, e não perjureis depois de haverdes jurado solenemente, uma vez que haveis tomado a Allah por garantia, porque Allah sabe tudo quanto fazeis. (16:90-91)

8. O decreto de teu Senhor é que não adoreis senão a Ele; que sejais indulgentes com vossos pais, mesmo que a velhice alcance um deles ou ambos, em vossa companhia; não lhes dirijais palavras de desrespeito, nem griteis com eles; igualmente, dirigi-lhes palavras honrosas. E estende sobre eles as asas da humildade, e dize: Ó Senhor meu, tem misericórdia de ambos, como eles tiveram misericórdia de mim, criando-me desde pequenino! (17:23-24)

9. É possível que Allah restabeleça a cordialidade entre vós e os vossos inimigos, porque Allah é Poderoso, e porque Allah é Indulgente, Misericordiosíssimo. Allah nada vos proíbe quanto àqueles que não vos combateram pela causa da religião e não vos expulsaram dos vossos lares, nem que lideis com eles com gentileza e equidade, porque Allah aprecia os equitativos. (60:7-8)

10. Ó crentes, sede firmes na causa de Allah e prestai testemunho, a bem da justiça; que o ressentimento aos demais não vos impulsione a serdes injustos para com eles. Sede justos, porque isso está mais próximo da piedade, e temei a Allah, porque Ele está bem inteirado de tudo quanto fazeis. (5:8)

11. Ó crentes, que nenhum povo zombe de outro; é possível que (os escarnecidos) sejam melhores do que eles (os escarnecedores). Que tampouco nenhuma mulher zombe de outra, porque é possível que esta seja melhor do que aquela. Não vos difameis, nem vos motejeis mutuamente com apelidos. Muito vil é o nome que denota maldade (para ser usado por alguém), depois de ter recebido a fé! E aqueles que não se arrependerem serão os injustos. Ó crentes, evitai tanto quanto possível a suspeita, porque algumas suspeitas implicam em pecado. Não vos espreiteis, nem vos calunieis mutuamente. Quem de vós seria capaz de comer a carne do seu irmão morto? Tal atitude vos causa repulsa! Temei a Allah, porque Ele é Remissório, Misericordiosíssimo. (49:11-12)

12. Se eles se inclinam à paz, inclina-te tu também a ela, e confia em Allah, porque Ele é o Oniouvinte, o Sapientíssimo. (8:61)

13. Jamais poderão equiparar-se a bondade e a maldade! Repele (ó Mohammad) o mal da melhor forma possível, e eis que aquele que nutria inimizade por ti converter-se-á em íntimo amigo! (41:34)

14. Tens reparado em quem nega a religião? É quem repele o órfão, e não estimula (os demais) à alimentação dos necessitados. Ai, pois, dos praticantes das orações, que são

negligentes em suas orações, que as fazem por ostentação, negando-se, contudo, a prestar obséquios! (107:1-7)

15. Ai dos fraudadores, aqueles que, quando alguém lhes mede algo, exigem a medida plena. Porém, quando eles medem ou pesam para os demais, dão-lhes menos que o devido. Porventura, não consideram que serão ressuscitados, para o Dia terrível? Dia em que os seres comparecerão perante o Senhor do Universo? (83:1-6)

Assim falou o Profeta

1. Nenhum de vós chegará a ser um verdadeiro crente, até que deseje para o seu próximo (irmão) o que deseja para si mesmo.

2. Quem de vós advertirdes uma má ação, que a repare fisicamente com a ação de sua mão. Se não puder, então que o faça com palavras. Se tampouco puder, que o reprove em seu coração, embora isto seja o que é mais fraco na fé.

3. Allah, louvado seja, disse: "Ó filho de Adão, sempre que Me suplicares e Me implorares, Eu perdoarei o que tiveres feito, sem que nada Me importe! Ó filho de Adão, ainda que tuas faltas alcancem os limites do céu, se Me pedires perdão, perdoar-te-Ei! Ó filho de Adão, ainda que vieres a Mim, depois de cometeres tantas faltas, que dariam para encher a terra, e se te encontrares conosco sem teres associado nada nem ninguém a Nós, Eu te concederei um perdão que cobrirá toda a terra!"

4. Deus não tem interesse em vossos aspectos e aparências, mas sim em vossos corações e vossos atos.

5. As pessoas são todas tão iguais e parecidas como os dentes de um pente. Todos vós vindes de Adão, e ele vem do barro. O branco não é melhor do que o negro, nem o árabe é melhor do que aquele que não o é, salvo pela piedade e o grau de cumprir para com Deus.

6. O forte não é aquele que vence na luta. O forte é aquele que se controla quando se irrita.

7. Um homem perguntou ao Profeta: "De todas as pessoas, a quem devo oferecer minha bondade?" O Profeta respondeu: "A tua mãe". O homem perguntou novamente: "E quem mais?" O Profeta respondeu: "A tua mãe". O homem tornou a perguntar: "E depois dela?" O Profeta respondeu: "A tua mãe". "E depois dela?", o homem perguntou novamente. O Profeta respondeu: "A teu pai".

8. Os melhores de entre vós são aqueles que se portam melhor com suas esposas. E entre vós, eu sou o melhor.

9. Perguntaram ao Profeta: "Um crente de coração poderia cometer um ato de covardia?" E respondeu: "Poderia, sim". "Poderia ser crente embora fosse um avaro?" E respondeu: "Poderia, sim". Porém quando lhe perguntaram: "Poderia ser crente se fosse um mentiroso?" O Profeta respondeu: "Não. Jamais".

10. Um dia caloroso de verão um homem encontrou um cão sedento junto a um poço, incapaz de alcançar a água. E disse: "Este cão tem tanta sede como eu". Então foi ao poço, encheu seu sapato com água e deu de beber ao cão. Deus foi magnânimo com ele e lhe perdoou seus pecados.

11. Os sinais do hipócrita são três: quando fala mente, quando faz uma promessa não a cumpre, e quando lhe é confiado algo trai a confiança nele depositada.

12. Teu Senhor diz: "Quando meu servidor se aproxima a mim a distancia de um palmo eu me aproximo a ele a distancia do antebraço. Quando ele se aproxima a mim a distancia do antebraço, eu me dirijo a ele com os braços abertos. E quando ele se dirige a mim caminhando, eu me dirijo a ele correndo".

13. O arcanjo Gabriel insistia tanto em que tratasse bem o meu vizinho que cheguei a pensar que Deus o tornaria um de meus herdeiros.

14. Quando chegue o Dia do Juízo se ouvirá uma chamada dizendo: Onde estão aqueles que perdoavam ao próximo? Que venham ao seu Senhor e receberão suas recompensas. Aquele que tenha perdoado será admitido no céu.

15. Ó Deus! Em Ti busco refugio frente ao mal e à dor. Em Ti busco refugio frente à covardia e à mesquinharia. Em Ti busco refugio para não ser submetido às dívidas ou à tirania.

16. Quando uma abominação tiver lugar entre as pessoas e for promovida por elas, Deus lhes infligirá uma doença desconhecida por seus antepassados.

17. As bebidas embriagantes são a origem de todos os males.

18. Que admirável é o caráter daquele que crê! Tudo repercute em seu bem. Se receber uma dita, agradece (a Deus), e lhe faz bem. Se for golpeado pela adversidade, se mostra paciente, e também lhe faz bem.

19. Quando uma pessoa morre, não deixa nada que lhe mantenha unido (a este mundo), exceto três coi-

sas (cuja benção lhe será alcançada inclusive no outro mundo): uma obra de caridade, um conhecimento útil deixado em benefício dos vivos e um filho bondoso que suplique a Deus por ele.

20. Entre todas as coisas lícitas, o divorcio é a mais odiosa aos olhos de Deus. O crente não deveria (se isso lhe for possível) abandonar a sua esposa crente: se encontra nela coisas que não sejam do seu agrado, com certeza também encontrará outras que lhe agradem.

21. Sete são as pessoas que encontrarão amparo à sombra de Deus no Dia do Juízo, nessa hora em que não haverá outra sombra que a Sua: o governante justo; o jovem educado na obediência a Deus; o homem cujo coração se consagre à mesquita; os irmãos (ou irmãs) cuja fraternidade esteja consagrada a Deus; a pessoa que ao recordar a Deus na intimidade enche os olhos de lágrimas; o homem ao que uma mulher bela trate de seduzir e responda: "De nenhum modo, eu temo a Deus"; e o homem que praticou a caridade em silencio, de maneira que sua mão esquerda não sabia quanto havia dado sua mão direita.

22. Quem tenha comido cebola crua e alho deverá se manter longe da oração coletiva da mesquita (para que seu forte cheiro não incomode aos outros).

23. Aqueles que (religiosamente) acatam os mandamentos de Deus e aqueles que não o fazem são como o grupo de viajantes que partilhavam um barco, alguns viajavam na coberta e outros sob a coberta. Quando estes últimos precisavam de água tinham que subir para buscá-la, assim que disseram: "Façamos diretamente um buraco em nossa parte do barco (para conseguir água)". Se os de cima lhes tivessem permitido fazê-lo, todos teriam perecido. Entretanto, se o impedissem, todos seriam salvos.

24. A mão que dá é melhor que a mão que toma.

25. O Profeta disse: "Apoia teu irmão, tanto se tem razão como se não". Então lhe responderam: "Cremos que devemos apoia-lo se tem razão, mas como poderíamos apoia-lo se não a tem?". O Profeta respondeu: "Evitando que faça mal, assim é como deveis apoia-lo".

26. As nações precedentes pereceram porque quando o nobre roubava, o absolviam; entretanto, quando era o fraco quem roubava, o castigavam.

27. Trabalha para este mundo como se fosse viver para sempre e trabalha para o além como se fosse morrer no dia seguinte.

28. Alguns muçulmanos pobres se dirigiram ao Profeta e lhe disseram: "Ó Mensageiro de Deus, os ricos levam todas as recompensas; eles rezam tal como rezamos; e, quanto a caridade, eles dão o que lhes sobra de seus bens." Disse o Profeta: "Acaso não vos deixou Deus nada que possais oferecer como caridade? Pois sabei que o pronunciardes `Glorificado seja Deus!' é uma caridade; e a proclamação de `Deus é o Supremo!' é uma caridade; e a pronúncia de `Louvado seja Deus!' é também uma caridade; e a proclamação de `Não há outra divindade além de Deus!' é uma caridade. A pessoa exigir o cumprimento do que é lícito é uma caridade, e opor-se ao que é ilícito é uma caridade; inclusive a relação sexual do indivíduo é uma caridade também." Disseram-lhe: "Ó Mensageiro de Deus, o fato de que um satisfaça o seu desejo, isso também é merecedor de recompensa?" Respondeu o Profeta: "Porventura, se o tivesse satisfeito de modo ilícito, não teria cometido uma falta? Desse mesmo modo, será recompensado quando o satisfizer de modo legítimo."

29. Perguntaram ao Profeta sobre a melhor forma de cumprir com Deus. Ele disse: "Cumpri com Ele como se o vísseis, porque embora não possais vê-lo, Ele sim vê a vós".

30. Tem presente a Deus, e Ele estará ao teu lado. Lembra-te de Deus na bonança e ele se lembrará de ti na tribulação. Pois deves saber que aquilo que fazes de forma despercebida não deveria ter sucedido. E que o que te sucedeu não poderia ter passado de forma despercebida. E deves saber que a vitoria chega com a paciência, o alivio depois da aflição e a calma vem depois da dificuldade.

Capítulo V

QUESTÕES DE ATUALIDADE

O Islam, como religião que engloba a totalidade da existência e que não se limita aos assuntos do culto ou do lugar de culto, partilha das preocupações da sociedade no seu conjunto da qual formam parte os muçulmanos. Naturalmente, os muçulmanos desejam compartilhar seus valores com os demais, encontrar soluções conjuntas e criar um espaço comum para a resolução dos problemas.

Neste capítulo apresentaremos o ponto de vista islâmico sobre algumas questões de atualidade. A temática foi selecionada com a finalidade específica de examinar e demonstrar a pertinência da perspectiva islâmica para a vida diária, mais além do plano teórico e do pensamento abstrato.

A temática tratada nas páginas que se seguem é a seguinte: (1) a nova ordem mundial; (2) a Jihad; (3) a família e a revolução sexual, e (4) a ética biomédica. Nesta última matéria se abordam os seguintes temas: (a) reprodução; (b) doação de órgãos e transplantes; (c) definição de morte; (d) eutanásia e (e) engenharia genética.

Nova ordem mundial

A queda repentina do comunismo deu lugar recentemente ao surgimento de uma nova ordem mundial. O colapso do comunismo surpreendeu boa parte do mundo, entretanto há muitas décadas que a literatura islâmica vinha criticando os

regimes comunista e capitalista, e prognosticando o seu final. Os eruditos muçulmanos mostraram em seus estudos comparativos como e onde cada um desses sistemas é deficitário em comparação com um sistema independente baseado nos ensinamentos do Islam.

Seria precipitado concluir que o colapso do comunismo prova que o capitalismo tinha razão. Tanto o comunismo quanto o capitalismo falharam porque são ideologias materialistas inadequadas para uma espécie que transcende o que é meramente material. Outra afirmação falaz destas ideologias — embora cada um a dirija a campos opostos — é que o individuo choca com a sociedade em um conflito irreconciliável. O comunismo tratou de eliminar o individuo em favor da sociedade. Mas, o que é a sociedade senão uma soma de indivíduos? O resultado, inevitavelmente, foi uma sociedade fragmentada.

O capitalismo, por sua vez, exalta o individualismo de forma desproporcionada se blinda contra as legítimas demandas sociais. Isso imbuiu o indivíduo de um egoísmo justificável que, em sua projeção no exterior, se manifestou em forma de classismo, corporativismo, racismo, escravidão e colonialismo. O capitalismo se baseia na ideia de que a única função e destino do capital é crescer sem limite. Quando os mercados locais se saturam, buscam-se outros mais distantes no Terceiro Mundo. Uma cegueira óbvia, e provavelmente intencionada, impede ver que é impossível um crescimento infinito no marco de um planeta finito.

A carreira desenfreada para obter cada vez mais dólares se conjuga com a promoção ativa e planejada de modelos consumistas e de uma calculada obsolescência que não tem a intenção de satisfazer as necessidades, mas sim de saciar apetites de comodidades, prazeres e luxo. As fontes naturais, algumas insubstituíveis, estão sendo esgotadas com uma velocidade acelerada. Esta tendência ao excesso repercute na exploração

dos recursos naturais. O Terceiro Mundo foi objeto de uma exploração especial enquanto mercado vital e fonte de mão de obra barata e de matérias primas, as quais presumem de usar e jogar fora. E como se não bastasse com despojar seus habitantes de seus recursos naturais e matérias primas em troca de um preço ínfimo (em comparação com o preço exorbitante que se paga pelos produtos resultantes das matérias primas) lhes impedem de executar projetos que melhorem sua qualidade de vida e os faça menos dependentes dos produtos importados do Primeiro Mundo.

Para evitar o total empobrecimento do Terceiro Mundo, regularmente se injeta capital fresco em forma de ajudas e empréstimos para manter seu poder aquisitivo em beneficio do capital ocidental.

Infelizmente, apenas uma pequena fração dessa ajuda econômica alcança a cobertura das necessidades da população necessitada. A maior parte é utilizada pela elite autóctone, composta pela classe governante e seu séquito de paladinos do *status quo*, a qual evita o debate público sobre os termos e condições dos empréstimos e das ajudas e bloqueiam qualquer tentativa de supervisar a administração da classe governante ou de exigir responsabilidades por negligência. Além disso, limitam os direitos trabalhistas, permitem medidas de segurança no trabalho pouco estritas e obstaculizam qualquer tentativa de desmascarar a repugnante corrupção que se converteu em sinal de identidade dos governos do Terceiro Mundo, inclusive em uma parte considerável do mundo islâmico. Tudo isso parece explicar dois paradoxos. O primeiro, frequente em inúmeros países do Oriente Médio, consiste em que quanto mais dinheiro é injetado por Ocidente, mais se empobrece o país e maior é a sua dívida. O segundo consiste na traição total por parte das principais democracias aos movimentos democráticos do Oriente Médio que estão em processos democráticos para alcançar o poder. As democracias ocidentais, infalivelmente, se vinculam com ditadores em

contraposição às aspirações democráticas do povo. Dado o caso, estão dispostas a apoiar os ditadores inclusive com o uso da força militar.

A expressão *estabilidade,* objetivo declarado das intervenções ocidentais, em termos reais equivale a reservar as melhores oportunidades de exploração para o capital estrangeiro, inclusive se isso significa a pior opção possível para as massas estrangeiras. As futuras gerações serão herdeiras de uma dívida crescente que seu PIB será incapaz de suportar e muito menos de acabar de pagar. A população do Terceiro Mundo conhece e sofre este estado de coisas. Veem o reflexo das consequências em seus próprios lares, em suas famílias, nas oportunidades escassas e limitadas ao alcance de seus filhos. Chamam isso de "injustiça" e se afanam por mudar essa situação, porém são brutalmente reprimidos. Os políticos ocidentais participam nessa repressão e, para justificá-la aos olhos de seu próprio povo, não duvidam em empregar clichês propagandísticos tipo "as vítimas desgastavam a estabilidade da nação, cometiam uma flagrante agressão contra nossos interesses nacionais, etc.". Até bem pouco tempo, aqueles que perseguem a justiça eram etiquetados de "comunistas". Hoje, após a derrubada do comunismo, são tachados de "fundamentalistas islâmicos".

A gigantesca maquinaria dos meios de comunicação — propriedade das grandes corporações e do grande capital — tem como missão manipular e modelar o pensamento do povo. Até o momento, as massas Ocidentais submetidas a essa influência fisgam o anzol e, ingenuamente, aprovam as decisões de seus políticos e os meios que adotam para executá-las. Embora na realidade, não seja este o pior erro da natureza submissa e ingênua dos povos ocidentais. O pior é que ainda não perceberam que o apetite voraz do capital e de suas práticas cobiçosas não se limita a lugares distantes habitados por pessoas estranhas e exóticas do Terceiro Mundo. O governo e os *big business* não se fartam de agir do mesmo modo na sua terra, com seus cidadãos. Obedecem aos ditados de

seu principio mais sagrado: “Mais crescimento, mais capital e cada vez mais dólares!”. Então, como explicar a transferência de importantes setores industriais para a Ásia sul-oriental ou para qualquer outro lugar do mundo onde uma mão de obra financeira e humanamente barata permite produzir um produto final de tão baixo custo que uma vez nos Estados Unidos é vendido pelo mesmo preço? Durante o processo, milhões de trabalhadores norte-americanos são abandonados e engrossam as filas do desemprego.

Este capitalismo desenfreado não pode continuar assim de forma indefinida. Existem indícios claros de que em breve chegará o seu fim; indícios que foram atacados, ignorados e inclusive ocultados, mas que seguem aí goste ou não aos seus oponentes. Aos recursos do planeta, que são a galinha dos ovos de ouro, não lhes resta muito fôlego e tampouco aos habitantes do Terceiro Mundo. A menos que se produza uma mudança radical antes que seja tarde demais, este planeta deixará finalmente de ser sustentável.

O que se exige não é uma mera mudança nas regras, mas sim um giro no coração. Enquanto imperar a mentalidade materialista apenas cabe esperar tratamentos sintomáticos que retardem um pouco mais o inevitável. Enquanto a mentalidade imperante considerar a interação humana como adversários, Norte contra Sul, explorador contra explorado, rico contra pobre, brancos contra negros, amos contra escravos (ou serventes), não haverá esperança de futuro. O barco da humanidade acabará afundando. Por mais luxos que tenham os passageiros de primeira classe, o barco afundará da mesma forma.

Parece que as autoridades políticas e financeiras não possuam a visão, sabedoria e destreza necessárias para imprimir no mundo uma mudança tão radical. Dá pena ver como insistem em conduzir a humanidade tão à beira do abismo. A única esperança é uma campanha massiva para educar o povo, já que como força eleitoral o povo é quem finalmente decide. Se

o povo exige mudanças, os políticos terão que atender a essas petições ou bem se afastar do cenário.

E o que tem a ver o Islam com tudo isto? Os eruditos e pensadores muçulmanos (não os terroristas e os extremistas que os meios de comunicação utilizam para ridicularizar tudo o que se refere ao islamismo) durante décadas tem se afanado em definir um sistema islâmico que, partindo da Sharia, aborde os problemas mundiais sem se limitar a repetir as fórmulas utilizadas em épocas e circunstancias passadas. Este sistema não deve ser considerado de caráter exclusivamente islâmico ou idealizado estritamente para muçulmanos, já que o bem-estar da humanidade é uma preocupação comum e, nesta aldeia global cada vez menor, todos afrontamos um destino comum. A seguir vamos descrever as principais características deste sistema.

Autoridade sobre o homem

O homem não é o ser supremo deste universo. O homem é responsável ante o Ser Supremo, que é Deus. Como disse Dostoievski, sem Deus tudo é possível, tudo pode ser racionalizado e justificado. Quando o homem destrona a Deus incorre no culto a si mesmo. A verdadeira função do homem neste universo é ser o representante e o apoderado de Deus. Isto significa que o homem tem pleno poder sobre a natureza para governar o planeta de acordo com as instruções do Criador, sem ser guiado pelos seus próprios impulsos e tentações. Nem a ciência (um instrumento que ainda tem muito que pesquisar) nem a arrogância (cilada mortal) deveriam conduzir o homem a pensar que é Deus... Tomara que o homem chegue a ser tão sábio.

Posse de bens

A propriedade é de Deus em última instancia, já que Ele é o Criador. Nós apenas usufruímos dela. Somos livres de possuir e incrementar, praticamente de forma ilimitada, nossa riqueza por meios lícitos se tivermos em conta que o capital, além de

direitos, implica em obrigações. A função primordial do capital não é crescer *ad infinitum*, mas sim a de cumprir com seus deveres para com a sociedade.

A ideia assumida por parte do comunismo e do capitalismo de que existe um conflito evidente entre o individuo e a sociedade, não existe no Islam. Para este, a necessidade de um delicado equilíbrio entre individuo e sociedade e de que se faça justiça a ambos é o ponto de partida. Este equilíbrio não se consegue somente com o braço férreo da lei. É necessário também um forte desejo de agradar a Deus que faz da ação de doar uma fonte continua de regozijo. Deus está sempre presente na equação. É uma realidade viva, fato que desde uma perspectiva materialista resulta completamente irrelevante e sem sentido.

No Islam se parte da premissa de que Deus confiou a manutenção do pobre à riqueza do rico. Com a nova ordem mundial, este princípio poderia alcançar proporções internacionais. E este novo sistema, evidentemente é factível. Porém não sob um sistema educativo sem valores, nem submetidos a uma constante onda de doutrinamento mediático, nem numa sociedade complacente com a injustiça. A sociedade atual é tão interdependente que ninguém pode viver isolado, nem no cume da riqueza nem no fundo da pobreza.

Há catorze séculos, Omar, o segundo califa do Islam, decretou que se um homem morre por indigência numa cidade, seus habitantes estão obrigados a compensar por sua morte como se o tivessem assassinado entre todos. Como disse o Profeta, a comunidade é "como os órgãos do corpo: se um sofre, os outros se apressam para auxiliá-lo". Todo cidadão tem direito a desfrutar de um nível mínimo de comodidade e não apenas a subsistir e, tendo em conta que não é bom para ninguém viver de caridade, a conclusão é que um emprego digno é um direito de todos os indivíduos. Em consequência,

a tecnologia que reduz vagas de trabalho somente será lícita quando resolva um problema de falta de mão de obra, mas nunca quando sirva para recortar empregos e conduzir os trabalhadores ao desemprego. O homem tem prioridade sobre a máquina, e a norma jurídica é que o interesse comum tem prioridade sobre o interesse individual. Isso não implica frear o avanço tecnológico, mas sim que este assuma, junto aos trabalhadores, suas próprias consequências. Por outro lado, aconselha-se aos trabalhadores que adquiriram participações em suas empresas para, desse modo, fazer desaparecer a polarização entre eles e o capital e permitir-lhes manter um interesse legítimo no progresso da empresa.

Outra norma do Islam é que o dinheiro não pode ser utilizado como instrumento para gerar dinheiro salvo se isso implica alguma forma de atividade produtiva; é por essa razão que o rendimento do capital (usura) está proibido no Islam. Muitos artigos têm sido escritos nas últimas décadas a repeito dos bancos sem usura (Riba) e, de fato, certo número de bancos, não só nos países islâmicos, mas também na Europa e nos Estados Unidos, tem começado a aplicar essa norma com êxito.

Igualdade

O conceito de unidade da espécie humana como família única que compartilha os antepassados comuns de Adão e Eva, junto com o conceito de igualdade inerente aos seres humanos, deveria ser ensinado desde cedo às crianças. É lamentável que, em outros tempos (tanto na Europa como nos Estados Unidos), se tenha feito um mau uso da ciência e da religião para inventar argumentos que demonstrassem a superioridade natural da raça branca (ou ariana) sobre as outras raças. Os argumentos enganosos que sustentavam esse postulado, atualmente, estão mortos e enterrados, porém seu legado segue vivo. Por exemplo, na maioria das igrejas do

mundo Ocidental, Jesus é retratado como um homem branco, loiro e de olhos azuis, apesar de que os habitantes da Palestina normalmente têm o cabelo preto e a pele morena.

A evidência do racismo no Ocidente, ainda hoje, impregna praticamente todos os aspectos da vida e as iniciativas para mudar essa realidade exigem um impulso adicional. Há décadas que nos Estados Unidos vem ocorrendo uma árdua luta pelos direitos civis. Entretanto, por mais que se tenha logrado um avanço notável, dificilmente se poderia afirmar que o gosto amargo da escravidão tenha desaparecido por completo. A igualdade, mais do que um conjunto de disposições legais, é um estado mental.

Até agora os cidadãos negros, nos Estados Unidos, ainda não ouviram nenhuma palavra de perdão por parte do homem branco pelo capítulo da escravidão que manchou a história da civilização branca. No entanto, os cidadãos não brancos (americanos de origem japonesa), receberam desculpas e indenizações pelo seu encarceramento durante a Segunda Guerra Mundial. As tensões raciais continuam eclodindo e, embora sejam lamentáveis, os participantes nestes incidentes de violência muitas vezes têm causas justificadas. As revoltas de Los Angeles são um exemplo disso[18].

Toda vez que há um apelo à ação para melhorar a situação dos negros norte-americanos, as respostas, embora muitas vezes sejam úteis por um tempo limitado não costumam abordar a raiz do problema. Nem balas, nem os dólares, proporcionarão soluções reais e permanentes. Somente ocorrerá uma mudança verdadeira quando todos sintam, no mais profundo do coração, e acreditem verdadeiramente que os seres humanos são todos irmãos iguais e amados. E isso não se promulga com leis, porque é função da educação. Para transformar o nosso mundo, é preciso fazer uma revolução

18 Abril de 1992.

educacional total, com o objetivo de criar uma sociedade unificada e compassiva, indivisível por barreiras de qualquer tipo, e dando nova vida e significado aos princípios de liberdade, fraternidade e igualdade não só dentro das fronteiras nacionais, mas em uma escala global.

Para uma mudança efetiva, a reeducação das nações neocolonialistas deve se ir acompanhada de um esforço real para promover o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Estima-se que o subsidio que a Europa paga aos agricultores seria suficiente para causar uma recuperação capaz de eliminar a fome no Terceiro Mundo.

Essa ideia foi sumariamente menosprezada durante um encontro (filantrópico) na Europa, de ministros e primeiros ministros de vários países. Nem a eliminação dos subsídios, nem o desenvolvimento do Terceiro Mundo se consideram opções viáveis. A primeira, por razões de conveniência política e a segunda por razões de estratégia política.

Necessidade de autocontrole

A aplicação da faculdade exclusivamente humana de autocontrole tem se deteriorado de forma acelerada e precisa ser restaurada. Embora se trate de uma característica fundamental que distingue o homem do animal, a mentalidade moderna parece ter provocado grandes estragos. Um homem condenado por disparar a automóveis que passavam por uma autoestrada e matar várias pessoas manifestou que o motivo era porque "tinha vontade de matar alguém". Este não se trata de um caso isolado. As estatísticas de criminalidade demonstram que as condutas extremamente impulsivas e destrutivas deixaram de ser uma exceção para se converter em um fenômeno social comum. Qualquer pessoa que veja as notícias na televisão ou leia os jornais pode confirmar essa realidade. A falta de um sólido sistema de valores e a consequente subordinação aos

impulsos e tentações são fatores subjacentes que conduzem à gradual destruição da sociedade.

Uma das chaves para a mudança pode estar na educação e nos meios de comunicação. No entanto, a educação deve se basear no conhecimento, na crença do que acreditamos ser correto e na certeza de que teremos de render contas frente a um poder maior. Só então a maioria das pessoas será plenamente responsável e sensível aos sussurros de sua consciência. Se existe o Dia do Juízo, tal com acreditam os muçulmanos e também outras religiões, não há razões para invejar os magnatas dos meios de comunicação, os quais terão de render contas por ter divulgado e promovido a violência, a pornografia e a promiscuidade. Naturalmente, falar com facilidade sobre o impensável o faz possível. Nossos jovens exploram e experimentam e, como consequência, a depravação e o desencaminhamento se convertem em adições sociais.

Infelizmente, certos Estados sutilmente estão proporcionando a sua juventude o exemplo de que se possa recorrer ao poder, principalmente quando se é muito mais forte que o adversário. Quando os gigantes militares dirigem uma agressão assumida aplicando todas as suas forças sem encontrar praticamente nenhuma resistência, as primeiras vítimas geralmente são os princípios e os valores. E quando lhe segue uma agressão é ainda pior, já que os próprios gigantes se retiram com a justificação de que "o objetivo não resultava fácil". A falta de afeto à vida humana é execrável, tanto se é atacada quanto se não se tenta protegê-la. Durante a Guerra do Golfo de 1991, um determinado chefe militar comentou de forma contundente e reveladora: "Nós não estamos no negócio de contar corpos". Referia-se, logicamente, aos cadáveres do adversário.

Guerra e Paz

As regras da guerra no Islam são muito claras e foram explicitamente descritas pelo profeta Mohammad

pessoalmente. A guerra, lá onde estiver, pode ter um caráter defensivo ou ser contrária a opressão em benefício do que hoje chamaríamos uma "causa justa". Deve-se lutar sem causar dano a civis inocentes ou ao meio ambiente. A aliança para deter uma agressão se expressa no seguinte versículo alcorânico:

> *E quando dois grupos de crentes combaterem entre si, reconciliai-os, então. E se um grupo provocar outro combatei o provocador, até que se cumpram os desígnios de Allah. Se, porém, se cumprirem (os desígnios), então reconciliai-os equitativamente e sede equânimes, porque Allah aprecia os equânimes.* (Alcorão 49:9)

É possível estabelecer alianças com não muçulmanos por uma causa justa. Um exemplo disso é o tratado acordado pelo Profeta com os hebreus de Madina para defender conjuntamente a cidade frente aos descrentes. Outro exemplo é um dos tratados estabelecido entre as tribos de Makka para apoiar os oprimidos. Embora aquele tratado tenha sido pactuado muito antes da aparição do Islam, o Profeta comentou em certa ocasião fazendo alusão ao mesmo: "Aquela foi uma aliança anterior ao Islam, mas se eu, no seio do Islam, tivesse sido convidado a participar, teria me unido a ela".

As instruções explícitas do Profeta aos seus exércitos eram estritas: deviam lutar contra os beligerantes, não contra as mulheres, crianças ou idosos. Não deviam causar danos aos religiosos não muçulmanos em seus mosteiros ou edifícios de culto, nem serem cortadas ou queimadas as árvores do inimigo como ato de guerra e tampouco usar os animais como objetivo nem sacrificá-los, salvo se fosse para serem consumidos como alimento.

Parece óbvio que a prática desta admirável ética de guerra islâmica numa guerra moderna requereria um esforço especial. A Primeira Guerra Mundial foi provavelmente o último conflito bélico no qual foi possível limitar a luta ao pesso-

al militar. Desde a Guerra Civil Espanhola, nos anos trinta, as regras começaram a mudar. A Segunda Guerra Mundial, a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnam são exemplos disso. As bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki falam por si mesmas. Isso sem falar nos bombardeios de saturação da Guerra do Vietnam e de suas zonas "livres de fogo", cujo objetivo, além de assassinar a população e matar animais, era também destruir a vegetação e a própria terra.

Há quem possa pensar que essas normas de guerra islâmicas são teóricas e não se podem aplicar na idade moderna. No entanto, não somente os muçulmanos veem o assunto desde outra perspectiva. Tendo em conta que a guerra moderna é tão devastadora, deveria deixar de ser considerada como opção para a resolução de conflitos. A guerra deveria estar tão obsoleta como a escravidão! Foi um mau augúrio que a nova ordem mundial se anunciasse por causa de um ataque militar massivo. As decisões posteriores fazem suspeitar que a Nova Ordem Mundial não deixa de ser a velha, porém com um único adversário, em vez de dois.

Uma humanidade que alcançou um grau de civilização jamais antes conhecido; uma humanidade a caminho do terceiro milênio, que lidera e festeja uma Nova Ordem Mundial, um mundo livre de guerras no qual existem instrumentos alternativos que permitem alcançar soluções justas para que reine a paz: tudo isso deixou de ser um sonho impossível.

Por que não poderiam resolver as diferenças entre as nações tribunais de justiça independentes? Depois de tudo, a guerra não dá a razão a ninguém, apenas demonstra quem é o mais forte e quem possui maior poder destrutivo. Seria possível resolver os conflitos de forma justa se existissem tribunais com a capacidade e a intenção de abordar os conflitos de forma honesta e imparcial (isso exclui as Nações Unidas e o Conselho de Segurança). O sucesso dessa proposta só depende de que os países civilizados decidam ser realmente civili-

zados. Isso faz parte da verdade e ninguém poderia dizer que eles sejam contrários à verdade, embora sejam. A verdade é um valor, e os políticos, infelizmente, se mostram cegos aos valores. Esta é a verdadeira ameaça à qual nos enfrentamos.

Aceitará o poderoso a justiça ditada pela lei ou insistirá em acreditar na força da razão? Abandonará sua razão de ser a indústria militar? Deixará de justificar sua existência por causa de uma ou outra guerra de vez em quando? Será aceita a justiça no momento de dividir o bolo dos recursos do mundo e o custo em repô-los? É evidente que não. Para os amos da ordem atual isso seria blasfemo, salvo que as coisas mudem. Entretanto essas mudanças não virão de cima. Virão da base, das raízes.

Ecologia

Para fabricar os dólares com os quais poder comprar comida, pagar as dívidas, armar o exército, proteger seus ditadores e satisfazer o apetite insaciável de seus governantes e de suas elites, o lado mais pobre da humanidade nos países em via de desenvolvimento está condenado a esgotar seus recursos naturais. A parte rica da humanidade, com o objetivo de tornar o rico ainda mais rico, promove o consumismo para acrescentar seus luxos. O mundo industrializado, viola, envenena, contamina e assassina o ecossistema. E tudo isso ocorre num tempo de paz, num momento no qual a ciência e a tecnologia são capazes de influenciar sobre a biosfera de forma radical e sem precedentes. Isso sem falar nos danos devastadores e permanentes que uma guerra moderna a grande escala seria capaz de produzir. De forma frenética pedimos empréstimos para pagar no futuro, enquanto as estimações lógicas e fundamentadas preveem que estamos embarcando as gerações futuras numa dívida que não poderão pagar. Recomendaram-se soluções e sugeriram-se propostas viáveis, porém como era de se prever, o obstáculo está naqueles

que manejam as rédeas do poder, os responsáveis de um capitalismo descontrolado, cobiçoso, egoísta, guloso e isento de perspectiva. Como diz o Alcorão:

> *Entre os homens há aquele que, falando da vida terrena, te encanta, invocando Allah por Testemunha de tudo quanto encerra o seu coração, embora seja o mais encarniçado dos inimigos (d'Ele). E quando se retira, eis que a sua intenção é percorrer a terra para causar a corrupção, devastar as semeaduras e o gado, mesmo sabendo que a Allah desgosta a corrupção.* (Alcorão 2:204-205)

Apesar da forte oposição por parte do mundo dos grandes negócios, o movimento ecologista, à margem da política, tem experimentado um crescimento contínuo. Por ocasião do Dia da Terra de 1990, cem milhões de pessoas se manifestaram em cento e quarenta países, fato que constituiu a manifestação popular mais numerosa conhecida até a data. Os políticos deveriam ter em conta isto se não quiserem perder votos. Talvez seja o momento de criar uma agência ecológica internacional na qual participem os diferentes governos do mundo com o compromisso prévio de cumprir voluntariamente suas recomendações. E suas recomendações, evidentemente, não deveriam ignorar a justiça.

Demografia

A população mundial cresce em um ritmo que supera muito o dos recursos disponíveis. Nesse sentido, a preocupação pela explosão demográfica parece realmente legítima. Tendo em conta que o maior incremento de população ocorre no Terceiro Mundo, este foi acusado de conduta irresponsável e se converteu em alvo de críticas por parte do Ocidente. Alguns países doadores, inclusive os Estados Unidos, consideraram a possibilidade de condicionar a ajuda aos objetivos alcançados na esfera do controle de natalidade e da planificação

familiar como ação disciplinária. O que é pior, num artigo de título "Seria agora Maquiavel melhor guia para os médicos do que Hipócrates?"[19], o Dr. Jean Martin analisa algumas vozes ocidentais que questionam a idoneidade de certos programas de vacinação e de outras medidas de saúde adotadas no Terceiro Mundo, já que permitem a vida e o consumo recursos a um número muito elevado de crianças, o que a longo prazo faz com que se repita o ciclo da fome e da morte. Para alguns, parece lógico substituir o humanitarismo pelo "pragmatismo", por esse motivo a alusão a Maquiavel.

Ninguém pode negar que existe um problema. Também é evidente a necessidade de proporcionar às famílias que o desejam (sem coerção), métodos anticoncepcionais seguros, fiáveis e acessíveis, fato aceitado pelo Islam sem nenhum tipo de problema. A questão é que culpar os países do Terceiro Mundo pelo problema demográfico é faltar com a verdade. O assunto é complexo. Responsabilizar o Terceiro Mundo por essa questão significa ignorar que o nascimento de um bebê nos Estados Unidos "acrescenta em mais de cem vezes a pressão sobre os recursos meio-ambientais do planeta do que um nascimento, digamos, em Bangladesh", tal como Paul e Anne Ehrlich do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade de Stanford afirmaram na revista *National Geographic*. Estes autores afirmam também que, se os problemas demográficos fazem que os países pobres se mantenham pobres, os problemas demográficos dos países ricos estão acabando com a capacidade do planeta para sustentar a civilização[20].

Os meios para reduzir o crescimento demográfico do Terceiro Mundo foram objeto de debate principalmente na Conferencia Mundial de População de Bucareste, 1974. O prece-

---

19 *World Health Forum*, vol. 14, 1993, p. 105.

20 Citado por Michael Henderson en *Hope for a Change* (Salem: Grosvenor Books, 1991, p. 24).

dente histórico (estudar o motivo que fez com que a taxa de fertilidade baixasse na Europa) e o bom senso mostram que o desenvolvimento é a causa e não o resultado de um índice reduzido de fertilidade. O desenvolvimento é a melhor das pílulas anticoncepcionais. É também um fenômeno conhecido o fato de que a insegurança é um estímulo natural para a fertilidade. Entretanto, os países capitalistas fazem uma ênfase exageradamente alta na necessidade de regular a fertilidade no Terceiro Mundo. Mais além de considerações filantrópicas ou altruístas, seu interesse se centra no bem-estar da humanidade.

A revista *Foreign Affairs*, na sua ediçao de verão do ano 1991, publicou um estudo realizado pelo Dr. Nicholas Eberstadt do American Enterprise Institute. O estudo preparado para a conferência do Exército dos Estados Unidos sobre Planificação de Longo Alcance, alerta sobre as implicações na ordem política internacional e no equilíbrio de poder mundial do incremento proporcional de cifras nas nações do Terceiro Mundo. Segundo o autor, depois de três gerações, oito bisavós no Ocidente terão compartilhado apenas quatro ou cinco descendentes; em grande parte da África e do Oriente Médio, a proporção será de trezentos descendentes. Sendo assim, os países líderes de hoje serão os países menores do futuro.

O *National Security Study Memorandum 200 é* um estudo sobre as "Implicações do crescimento demográfico mundial para a segurança dos Estados Unidos e seus interesses em países estrangeiros"[21]. Trata-se de um documento muito instrutivo sobre as complexas implicações políticas, econômicas e militares do crescimento demográfico e sobre a dura realidade do mundo em que vivemos. Os fatores demográficos poderiam ser a semente de ações revolucionárias e também favorecer a expropriação ou a restrição dos interesses econô-

21 National Archives. Files of the National Security Study Memorandum 200. RG 273.

micos estrangeiros. A pobreza, o crescimento demográfico e a juventude da população[22] geram necessidades urgentes de desenvolvimento, promovem a revisão dos termos e condições do investimento estrangeiro e inclusive incentivam o crescimento militar, tendo em conta que a obrigatoriedade do serviço militar é uma alternativa viável ao desemprego. Há momentos em que o citado documento dá a impressão de que os países industrializados já estão preparando uma guerra preventiva contra os países subdesenvolvidos.

Existe a tentação de preparar uma nova ordem mundial para afrontar as necessidades da aldeia global, pois é nisso que se está convertendo o nosso planeta. Não deveríamos pressupor como inevitável a divisão do mundo entre ricos e pobres, e como consequência a luta até a morte entre ambas as partes. No entanto, isso requer que o rico seja humilde e conformado, e pelo bem comum, renuncie a muitos dos luxos que o seu estilo de vida implica. Seus luxos não são necessidades vitais e sua recompensa será a felicidade de cobrir as necessidades vitais da maior parte da família humana. O que pode haver que produza maior alegria? Deus deve aparecer na equação!

Jihad

A palavra "Jihad" tem sido usada frequentemente pela imprensa ocidental, ao longo das últimas décadas, com o significado mais ou menos direto de "guerra santa". De fato, o termo "guerra santa" foi denominado na Europa, na época das Cruzadas, com o significado de "guerra contra os muçulmanos". Na realidade, o termo "guerra santa" não tem corres-

22 Nos países do Terceiro Mundo é um fenômeno comum o fato de a maioria da população ser jovem como resultado de uma acelerada taxa de nascimentos, especialmente entre os segmentos de população mais jovem, e uma esperança de vida menor que nos países desenvolvidos. (Nota do Ed.)

pondência no léxico islâmico, e com certeza Jihad não é a sua tradução.

Em árabe, "Jihad" significa "fazer um grande esforço", "esforçar-se". No seu sentido original alude a uma luta interna, dentro de nós mesmos, para desfazer-nos das más ações ou más tendências e ser constantes e perseverantes na busca de um padrão moral elevado. Tendo em conta que o Islam não se limita somente ao âmbito individual, senão que, abrange o bem-estar do conjunto da sociedade e da humanidade. O muçulmano não deve limitar seu esforço a melhorar a si mesmo sem ter em conta o que sucede em sua comunidade ou no mundo em geral. Daí, o mandamento Alcorânico que ordena a nação islâmica *"promover o que é correto e prevenir o incorreto"* (Alcorão 3:104). Esse dever não é exclusivo dos muçulmanos, também se aplica à espécie humana em sua totalidade, a qual, segundo o Alcorão é a representação de Deus na terra. No entanto, embora alguns evitem essa responsabilidade, para os muçulmanos é uma obrigação. Os meios para cumpri-la são variados e, em nosso mundo moderno, inclui todo tipo de instrumentos legais, diplomáticos, arbitrais, econômicos e políticos.

O Islam não exclui o uso da força para frear o mal, sempre que não haja outra alternativa viável.

> *E quando dois grupos de crentes combaterem entre si, reconciliai-os, então. E se um grupo provocar outro combatei o provocador, até que se cumpram os desígnios de Allah.* (Alcorão 49:9)

A anterior referencia Alcorânica é um precedente do principio de segurança coletiva e de intervenção conjunta para deter uma agressão tal como consta, pelo menos em teoria, na Carta das Nações Unidas. A intervenção militar é, portanto, uma parte da Jihad e não sua totalidade. O profeta Mohammad insistiu aos seus companheiros quando, de regresso de

uma campanha militar, lhes disse: "Hoje voltamos da Jihad menor (a guerra) para iniciar a Jihad maior (autocontrole e melhora)".

A Jihad não é contrária a outras religiões e, com certeza, não se dirige contra cristãos e judeus, como alguns meios de comunicação e círculos políticos tentam demonstrar. O Islam não luta contra outras religiões. Cristãos e judeus são considerados pelos muçulmanos irmãos herdeiros das tradições abraâmicas, adoradores do mesmo Deus e seguidores da tradição de Abraão.

Já mencionamos os critérios rigorosos que se seguem no Islam para poder definir uma guerra como justa e seus limites morais e éticos. A guerra moderna não se adapta a essas normas morais; portanto, deveria ser substituída por alguma outra forma alternativa de resolução de conflitos em que as partes implicadas pactuem uma fórmula justa. Uma opinião pública mundial ilustrada e resolvida poderia prevalecer sobre as mentalidades com tendência a fazer a guerra e controlá-las. A chave está numa mudança de perspectiva e formas de atuar. Do mesmo modo que nas relações interpessoais, o perdão tem um papel construtivo também nas relações internacionais, sempre que, a justiça e não a força seja o árbitro final.

Devemos reiterar que, em honra da verdade, povos de todas as tradições (não só os muçulmanos, cristãos e judeus), ao longo da história se equivocaram na hora de cumprir honestamente com os ideais mais claros de sua religião ou filosofia. Todos nós cometemos erros, e seguiremos cometendo. Os muçulmanos não são uma exceção e, sua religião sempre foi instrumentalizada por tiranos ambiciosos ou vulnerada pela plebe ignorante. Isso não diz nada contra a religião, mas demonstra o quanto a humanidade precisa melhorar desesperadamente a educação, a preocupação permanente pela dignidade, os direitos às liberdades humanas e a luta pela justiça, inclusive a custa de frear a cobiça política e econômica.

Família e revolução sexual

O profeta Mohammad disse: "A mulher é a outra metade do homem". As unidades que conformam a humanidade não são homens ou mulheres individuais, mas sim um homem e uma mulher unidos pelo matrimônio e formando uma família (do mesmo modo que a mais minúscula gota de água não é oxigênio e hidrogênio, mas sim a soma de ambos). Da mesma forma que o Judaísmo, o Cristianismo e outras muitas religiões, o Islam estabelece que a união entre um homem e uma mulher para formar uma família constitui um vínculo sagrado. O Alcorão define esse vínculo como uma "promessa solene" que deve ser formalizada e documentada através de um contrato de casamento.

O casamento, que implica o compromisso dos esposos, estabelece direitos e responsabilidades conjugais e paterno-filiais. Os filhos têm direito à legitimidade (ou seja, a conhecer a identidade de ambos os pais e se beneficiar da relação com eles, assim como a nascer no seio de um matrimônio válido), a ser criados com carinho, ao desenvolvimento físico e espiritual e à educação. O objetivo de tudo isso é capacitá-los para fazer frente à vida e assumir suas responsabilidades como cidadãos maduros e de proveito.

Quando os pais são idosos ou incapacitados, por algum motivo, é dever religioso dos filhos, sem mostrar impaciência, cuidá-los e proporcionar-lhes bem-estar. É um direito que devemos a Deus. Mas também é um seguro para perpetuidade, já que cumprir com esse dever beneficia aos próprios filhos que o cumprem, já que algum dia também serão pais, serão idosos e também vão precisar do cuidado de seus filhos.

A solidariedade familiar e a fortaleza dos laços familiares são de vital importância no Islam. Estes vínculos se estendem mais além do núcleo familiar, como círculos concêntricos definidos pelos laços consanguíneos. O Alcorão denomina isto como "relação uterina". É um dever e um ato de caridade digno de recompensa, portar-se bem com os familiares consanguíneos prestando-lhes cuidado ou apoio econômico em caso de necessidade. Após a morte dos pais, é dever de cada um rezar por eles e inclusive manter laços de amizade com os seus amigos, mostrar-lhes cortesia e oferecer-lhes ajuda em caso de necessidade.

No Islam, o casamento implica duas funções que somente o matrimônio pode sustentar. A primeira delas é que cada parte deve cumprir com a vontade da outra e, disse modo, chegar a ser um, física e espiritualmente: *"Entre os Seus sinais está o de haver-vos criado companheiras da vossa mesma espécie, para que com elas convivais; e colocou amor e piedade entre vós. Por certo que nisto há sinais para os sensatos."* (Alcorão 30:21). A outra função é procriar e ter descendência: *"Allah vos designou esposas de vossas espécies, e delas vos concedeu filhos e netos, e vos agraciou com todo o bem; creem, porventura, na falsidade e descreem das mercês de Allah?"* (Alcorão 16:72).

O casamento é o único âmbito legítimo para o sexo e a reprodução. Fora do casamento, é um grave pecado. No Islam, inclusive, pode ser considerado delito se quatro testemunhas identificarem os infratores e testificarem ter visto a cópula (não basta a aparência ou a possibilidade de que tenham copulado baseando-se na postura ou em qualquer outra circunstância). Os critérios legais necessários para que as testemunhas possam acusar uma pessoa de adultério são estritos e, na prática, servem para evitar a possibilidade de uma falsa acusação sobre assuntos tão sérios que poderiam romper a unidade familiar.

Cabe destacar que, tempos atrás, os princípios morais de castidade pré-matrimonial e de fidelidade pós-matrimonial estavam amplamente assentados na América do Norte e no Ocidente em geral. No entanto, o fato de que o ateísmo e o microteísmo tenham se estendido cada vez mais, implicou numa mudança inevitável. O ateísmo consiste em negar a Deus. O microteísmo consiste em reconhecer a Deus, mas com um acatamento reduzido ao máximo. Rendemos-lhe culto, porém ao nosso modo. Visitamos os templos, normalmente nos fins de semana, mas não permitimos que Deus nos diga o que temos que fazer com nossa vida pública ou privada. Esta erosão da fé estabeleceu o cenário para a "revolução sexual", e todos os valores religiosos foram objeto de uma revisão radical.

È conhecido o fato de a revolução sexual ter iniciado a partir dos anos sessenta. Não foi fruto de uma evolução social progressiva e natural, mas sim dos esforços conscientes e bem planejados daqueles que desejavam uma mudança dos costumes sociais relacionadas com o sexo. Tudo começou com a extrema fascinação da sociedade pela ciência e a tecnologia que deu seguimento ao desterro da igreja de qualquer interferência na vida pública. Convencidos de que a ciência finalmente tinha destronado a religião como fonte de conhecimento verdadeiro, muitos consideraram que a razão tinha se convertido no juiz supremo de todos os assuntos humanos. Os valores tradicionalmente reverenciados se submeteram as suas novas normas. No entanto, de forma precipitada e superficial, as pessoas perderam de vista o fato evidente de que a razão humana, por si só, é uma faculdade imperfeita que deixa escapar juízos tão essenciais como as últimas normas morais. O fato de que o homem se esforce em aumentar seu conhecimento de forma contínua e diligente, equivale a confessar que ainda resta muito por aprender. Se tivéssemos a certeza de que já sabemos tudo e que nossa mente é perfeita, há muito tempo já teríamos deixado de pesquisar

sobre a vida e tudo quanto nos rodeia; tampouco teríamos que investir mais recursos em suntuosos fundos de pesquisa. Mas não é o caso, como diz o Alcorão: *"O saber que recebeis é ínfimo"* (Alcorão 17:85).

O seguinte passo no processo de substituir Deus pelo homem teve lugar no período entre guerras com o movimento denominado "Moralidade sem Deus". Este movimento acusava a religião — e não o erro humano — de causar inimizade e conflito entre as pessoas. Seus membros afirmavam que é possível alcançar normas morais superiores sem necessidade de pertencer a nenhuma religião, e denominaram essas normas de "atitudes morais independentes". Embora poucos tenham se unido a este movimento de maneira oficial, sua filosofia foi pouco a pouco adquirindo maior importância à medida que se perdia a confiança na religião devido às discrepâncias entre a Bíblia e as novas descobertas científicas. Quando a religião deixou de ser o centro, Deus foi destronado e se introduziram novos códigos morais nos quais as imoralidades de ontem se converteram nas moralidades de hoje. O humanismo secular pôde finalmente manifestar abertamente que são os seres humanos que devem determinar os valores humanos sem fazer referência a critérios não humanos ou sobrenaturais. A mudança para o materialismo, fez com que valores como a honra, a castidade e a pureza se tornem palavras vazias e sem validade. Uma imensa variedade de formas de doutrinamento entrou em jogo para estender os limites da liberdade até a libertinagem e, numa sociedade que enfatiza a individualidade, qualquer desejo banal se converte em um direito humano.

A moralidade sofreu outro duro avesso quando a maré que golpeava a sociedade também alcançou muitos dos guardiões tradicionais da religião e de seus valores: o clero. O clero afetado, em vez de se unir os libertários como cavalo de Tróia, começou a elaborar desde a própria religião, novas reinterpretações e exegeses dos textos tratando de tornar lícito e permissível o que havia sido ilícito e repreensível ao longo

de toda a história da religião. Muitos destes sacerdotes foram vítimas dos mesmos germens que perseguiam. Alguns inclusive interpretaram a instituição do celibato como um obstáculo para o casamento, mas não como obstáculo para as relações sexuais[23].

O resultado, como era de esperar, é a conduta sexual caótica de muitas sociedades. Ao serem abandonados os valores de castidade extramatrimonial e de fidelidade matrimonial, o sexo como laço especial entre o homem e a mulher é profanado. Estendeu-se a promiscuidade sexual, os estupros e a gravidez não desejada que geralmente tem como consequência o aborto ou filhos não desejados, despojados de seu direito a uma dupla e legítima paternidade, ou em filhos que no futuro não procriarão. A segurança da família se viu desgastada, inclusive no seio de famílias estáveis, ao contar com um quinze por cento de filhos ilegítimos. Todo isso acompanhado de problemas de saúde devido à propagação epidêmica de novas doenças de transmissão sexual. Devido ao incremento da promiscuidade, muitas doenças de transmissão sexual do passado — que se pensava que já estavam erradicadas há muito tempo — tornam a ser um problema social importante principalmente entre a juventude, já que os organismos causadores dessas doenças se tornaram resistentes à terapia com antibióticos conhecidos.

Na religião muçulmana não há confusão ou dúvida sobre o que é lícito ou ilícito. O Alcorão permanece na forma original em que foi revelado, palavra por palavra e letra por letra. O Alcorão é a palavra divina (sua tradução ou interpretação em qualquer outra língua, ou inclusive em árabe [a língua do Alcorão], não pode ser denominada Alcorão). Aquilo que o Alcorão qualifica como moral ou imoral, o será para sempre. Não há possibilidade de diluí-lo, manipulá-lo ou racionalizá-

23 Keith L. Woodward y otros: "Gays in the Clergy", *Newsweek*, 23 (febrero de 1987), p. 58.

-lo. Não há clero ou eruditos com direito ou capacidade para submetê-lo a interpretações especiais. Isso não quer dizer que, por isso, os muçulmanos sejam um povo virtuoso e livre de pecado. É evidente que há muçulmanos que infringem sua própria religião pecando e cometendo abominações. No entanto, sabem que o que fazem é pecado, e lhes pesa na consciência até que desistem de fazê-lo e se arrependem ante Deus.

Os muçulmanos que são cidadãos de comunidades não muçulmanas, onde as crianças se encontram rodeadas de normas sociais e morais que chocam com os ensinamentos do Islam, se enfrentam a um autêntico desafio. Os muçulmanos não estão sós nesta tarefa. Também há judeus, cristãos e outros que sustentam normas morais similares, de origem divina e que se esforçam em transmitir aos seus filhos a crença nessas normas. A cooperação para alcançar este objetivo está ativa, e deveria ser incrementada entre os muçulmanos e todos aqueles que têm crenças similares as suas, sejam membros do clero, leigos ou associações.

A forma de proceder com nossos filhos passa por uma primeira introdução a Deus (veja-se o primeiro capítulo) e a ideia de que crer Nele equivale a aceitar e agir conforme Suas normas. Ao seguir Suas normas não nos importa se outros o fazem ou não, já que estar do lado de Deus é estar na maioria (já que a totalidade de Sua criação obedece a Suas leis).

A fé alimenta a segurança que permite resistir à pressão dos semelhantes e aos desejos da tentação. Não é um argumento válido dizer que "todos o fazem". O fato de proporcionar às crianças uma base de conhecimento sobre a fé é como uma "vacina" que garante sua imunidade muito antes que estejam expostos às doenças, seja física ou moral. Do mesmo modo que um soldado se prepara para lutar antes da batalha, e não durante a batalha, se deve dialogar com as crianças sobre os problemas futuros para que possam decidir com antecedência a postura que devem adotar no momento em que lhes oferecerem fumar, beber, consumir drogas ou

praticar o sexo.

Pôr em prática a castidade pré-matrimonial é algo que extrapola o mero fato de obedecer a uma norma (embora seja evidente que, em último caso, se trata de que devemos ouvir e obedecer quando Deus nos ordena). As conversas com jovens muçulmanos e não muçulmanos permitem apresentar a questão de forma contundente utilizando simplesmente argumentos intelectuais. Quando lhes perguntamos: "Quem acredita na igualdade dos sexos?", há um voto unanime a favor. "Quem acredita na justiça?", e novamente há unanimidade. E, quando afirmamos que não pode existir justiça numa relação entre duas partes na qual as consequências não são compartilhadas por ambas as partes em condiciones de igualdade, todos se mostram de acordo. Numa situação de liberdade sexual em que as consequências não são compartilhadas em condições de igualdade, a mulher sempre será a parte mais prejudicada, caso seja abandonada, se engravidar e tiver que abortar ou dar seu filho em adoção ou finalmente criá-lo sozinha, sem pai, para o resto de sua vida. Uma vez consideradas as consequências, quando se formula a pergunta, "Isso é justo?", o grito geral é "Não!".

O movimento homossexual chegou com bastante atraso na cena da revolução sexual. A homossexualidade, evidentemente, não é uma invenção. Sempre existiu praticamente em todas as culturas e entre todos os povos, mas geralmente em número bastante menor que hoje. Ressurgiu ao longo das últimas duas décadas, graças à ação organizada de certos grupos de pressão. Lembro ter assistido a simpósios acadêmicos que incluíam comunicações nas quais se "provava" de forma experimental, com metodologia científica, a segurança do sexo anal. Isso ocorreu a princípios dos anos setenta. As conclusões eram tão contrárias ao bom senso que, por primeira vez em minha vida acadêmica, comecei a duvidar da honestidade de alguns científicos pesquisadores. Pouco depois, a American Phychiatric Association manifestou que a homossexualidade não devia ser considerada uma doença, e sim uma orientação ou varia-

ção sexual. O resto é historia.

Posteriormente a literatura médica descrevia a "síndrome intestinal do homossexual" e, seguidamente, era a AIDS que protagonizava as noticias e se demonstrava sua relação com os hábitos homossexuais. Rapidamente a AIDS deixou de ser um problema médico e os médicos não puderam aplicar as normas e protocolos frequentes para erradicar a propagação de doenças infecciosas. A AIDS se converteu numa questão política e o grupo homossexual cresceu até constituir um poder político capaz de intimidar cargos públicos e figuras políticas e de conseguir o apoio de inúmeros meios de comunicação, ambientes artísticos e membros do clero. A AIDS, em vez de ser controlada, afetou o receptor de transfusões de sangue, o drogodependente, o feto no ventre de sua mãe, os contatos heterossexuais com as esposas (e com outras mulheres) e quem, de forma inadvertida, esteve em contacto com fluidos corporais contaminados. Converteu-se numa epidemia global que se estende a um ritmo preocupante. Os doentes de AIDS encontram nos muçulmanos, empatia, compaixão e o melhor cuidado médico possível. Para os não infetados recomendamos um enfoque preventivo. No entanto, enfoque preventivo não significa usar preservativo: o único sexo seguro de verdade é a castidade pré-matrimonial e a fidelidade no casamento.

O debate em torno à homossexualidade é intenso. "Seja você mesmo", se diz, "e não se envergonhe disso". Muitos jovens ignorantes começam então a experimentar para "descobrir" sua identidade sexual. O consentimento para manter relações sexuais é um pré-requisito. Na Escandinávia, grupos de pressão tentam reduzir quatro anos da idade legalmente permitida para as relações sexuais. Anualmente é celebrado na Califórnia o *Dia do Orgulho Gay* que recebe cobertura informativa por parte dos meios de comunicação. Em alguns distritos escolares foi estabelecido o *Mês do Orgulho Gay,* com o objetivo de acabar com a intolerância e os prejuízos, nos quais se apresentam um casal de dois homens ou de duas

mulheres como forma alternativa de família.

Recentemente, a ciência começou a investigar uma possível base anatômica ou genética para a orientação homossexual. Nós os muçulmanos, não nos impressionamos com isso. Para nós o assunto é simples: não fazemos a religião; a recebemos e a obedecemos. Não podemos impor nossas crenças a ninguém, mas acreditamos na veracidade dos ensinamentos do Alcorão e do profeta Mohammad, as quais condenam de forma clara e explícita as práticas homossexuais. Tenhamos ou não essa orientação, albergue o "gene da homossexualidade" ou não, os desejos e sentimentos não podem decidir sobre a conduta. Podemos sentir um forte desejo de fazer algo, de ter contato homossexual, contato heterossexual com outra pessoa que não seja a esposa, beber álcool, cometer um crime violento ou um roubo, mas isso não quer dizer que o façamos.

> *Não é dado ao crente, nem à crente, agir conforme seu arbítrio, quando é Allah e Seu Mensageiro que decidem o assunto. Sabei que quem desobedecer a Allah e ao Seu Mensageiro desviar-se-á evidentemente.* (Alcorão 33:36)

Todos os seres humanos têm um gene inquestionável, sem o qual não seriam humanos: o gene do autocontrole.

A BIOÉTICA

Esta seção esclarece a perspectiva islâmica sobre assuntos que têm estado na vanguarda do campo da bioética, e sobre a

qual o consenso islâmico tem sido bastante estabelecido.

Reprodução

Regulação da fertilidade

Contracepção. O Islam permite a contracepção sempre que não implique em alienar completamente a instituição matrimonial de sua função reprodutiva. A contracepção tem sido praticada desde os tempos do profeta Mohammad, embora tenha deixado claro que deveria ser produto de uma decisão conjunta dos cônjuges. Para a nação islâmica, de forma geral, se recomenda a procriação e a multiplicação, embora para o Profeta fosse mais importante a qualidade do que a quantidade. Uma de suas predições proféticas mais acertadas foi: "Chegará o dia em que outras nações cairão sobre vós como famintas sobre um prato de comida". Quando lhe perguntaram se era por uma questão de número, respondeu: "Não. Quando esse dia chegar sereis muitos, mas (em qualidade) sereis como a espuma na superfície de um torrente".

Ao longo da história, os juristas muçulmanos permitiram a planificação familiar por inúmeras razões, desde a saúde e a capacidade socioeconômica até a preocupação da mulher por conservar sua beleza. Tanto os métodos anticoncepcionais naturais como artificiais são aceitáveis, já que não são nocivos e não atuam como abortivos. A anticoncepção deveria ser uma escolha de cada família, sem coação ou pressão alguma. Os países que adotam uma política demográfica deveriam dispor de campanhas educativas para garantir a disponibilidade da tecnologia anticoncepcional, porém a decisão deve recair finalmente na família.

Anteriormente, já demonstramos nosso receio com relação aos planos demográficos elaborados pelos países ocidentais para os países do Terceiro Mundo, os quais são conscientes da "guerra demográfica" que se promove para despojar

a população do poder absoluto das cifras ou, em algumas áreas, para reduzi-las à minoria. Sentem-se alarmados com o fato de que os anticoncepcionais que são proibidos nos países ocidentais nos quais se produzem são abundantemente exportados aos países islâmicos e do Terceiro Mundo, comprometendo as normas de segurança. Sente-se falta de um maior investimento por parte do mundo ocidental nas fontes locais de desenvolvimento do Terceiro Mundo, assim como a intenção de transferir, com essa finalidade, a tecnologia necessária.

Lactância materna. Os ensinamentos islâmicos aconselham muito a lactância materna. Desaconselha-se como método de planificação familiar individual, mas se estima que, tendo como base um grupo ou coletivo, constitui um método anticoncepcional mais potente que todos os outros combinados, tendo em conta o descenso da taxa de fertilidade entre as mulheres lactantes. O Alcorão menciona a lactância materna e afirma que, de forma natural, o melhor é que se prolongue por dois anos.

No Islam, a alimentação materna é considerada algo mais que um processo nutricional ou um método de planificação familiar. É um "valor" em si mesmo e o laço especial que se gera tem um reconhecimento pleno. Assim, se uma mulher diferente da mãe biológica amamenta uma criança, a situação criada gera um status especial na Lei islâmica que se denomina "maternidade de leite". A mulher, por sua vez, é denominada "mãe de leite" da criança. Para acentuar seu valor, a "mãe de leite" recebe o status de mãe natural em relação ao casamento. Como resultado, os filhos naturais dessa mulher são considerados "irmãos de leite" da criança amamentada e, em consequência, incorrem em impedimento de casamento entre eles.

Dispositivo intrauterino (DIU). Se o dispositivo intrauterino provoca o aborto deixa de ser um método anticoncepcional

aceitável. Neste caso o DIU não cumpre sua função de evitar a implantação. As gerações atuais de DIU incluem um fio de cobre que desprende íons espermicidas, ou progesterona, que espessa o muco cervical e dificulta a circulação dos espermatozoides, impedindo a fecundação. Estes procedimentos inovadores situam o DIU na categoria de dispositivo anticoncepcional, e não de dispositivo abortivo. A Organização Mundial da Saúde assim o confirma.

Aborto. Nas sociedades islâmicas não há grupos "a favor da vida" e grupos "pró-aborto livre". O Islam considera o aborto em uma esfera totalmente diferente à anticoncepção, já que o primeiro implica a violação de uma vida humana. A pergunta que surge de forma natural é se a expressão "vida humana" inclui a vida do feto no útero. De acordo com a jurisprudência islâmica, sim. O Islam concede ao feto o status de "*dimma* incompleta". *Dimma é* a consideração legal que gera direitos e obrigações. A *dimma* do feto é incompleta porque o feto tem direitos, mas não obrigações. Entre os direitos do feto cabe destacar os seguintes:

1. Se a esposa está grávida e o marido falece, o direito hereditário reconhece o feto como herdeiro, se este nasce vivo. Portanto, à espera do nascimento, o resto de herdeiros recebe suas porções do caudal relicto de acordo a critérios preestabelecidos, após reservar a porção correspondente ao *nasciturus*.

2. Se o feto é abortado em qualquer fase da gravidez e mostra sinais de vida, tais como tosse ou movimento, e depois morre, tal feto tem o direito de herdar o que legalmente lhe corresponda daqueles que tenham falecido depois de ter iniciado a gravidez. Após o falecimento do feto, sua herança, por sua vez, será herdada por seus herdeiros legais.

3. Se uma mulher comete um delito penalizado com a morte e se comprova que está grávida, a execução é

protelada até depois do nascimento do bebê e a finalização do período de amamentação. Isso se aplica sem importar o tempo de gestação, o que demonstra que o feto tem direito à vida desde o momento da concepção, mesmo sendo a gravidez legítima ou não, já que o feto concebido fora do casamento também tem direito à vida. Todas as escolas jurídicas islâmicas apoiam unanimemente esta norma.

4. Existe uma penalização econômica estipulada por provocar um aborto, embora não tenha ocorrido de forma intencional. É denominada "*ghorra*". E isso, sem detrimento da pena que os tribunais competentes ditem no caso de o aborto ter sido causado por uma agressão ou ação intencionada.

Proibir o aborto exige que se defina exatamente quando começa a vida. A questão do início da vida tem sido discutida nos círculos islâmicos desde os tempos antigos. Alguns juristas do passado permitiam o aborto antes dos quatro meses; outros, antes das sete semanas de gestação, já que consideravam que nessa primeira etapa da gestação não existia vida. Há aproximadamente dez séculos, Al Ghazali, erudito notável, descreveu com acerto uma fase de vida imperceptível anterior ao momento em que a mãe sente que o feto se move. Encontros jurídicos recentes reconsideraram esse assunto tendo em conta as aplicações da tecnologia moderna e concluíram que para que se possa afirmar quando começa a vida do individuo, o produto da concepção deve cumprir todos os requisitos que se seguem: (1) deve ser produto de um acontecimento claro e bem definido; (2) deve mostrar a característica fundamental da vida: o crescimento; (3) se seu crescimento não se interrompe, deve evoluir de forma natural, passando pelas consecutivas etapas conhecidas da vida; (4) deve conter o modelo genético característico da espécie humana em geral, assim como, em particular, o de um indivíduo humano único e concreto, e (5) não deve estar precedido de nenhuma outra fase que combine

as quatro primeiras. Obviamente estes postulados se referem à fertilização.

No entanto, o aborto é permitido quando a prolongação da gestação implica uma séria ameaça para a mãe. A Sharia considera a mãe como a raiz e o feto, o broto. Se for preciso, a vida do feto terá que ser sacrificada para salvar a vida da mãe. Há partidários que defendem também a admissibilidade do aborto em casos drásticos de anomalias congênitas e doenças do feto incompatíveis com uma vida factível, sempre que o aborto seja praticado antes do quarto mês de gestação.

Esterilização. A menos que seja praticada por prescrição médica, a esterilização geralmente está mal considerada. No entanto, é permitida às mulheres que já tem uma quantidade de filhos considerável e que se aproximam ao final de sua vida reprodutiva. Ambos os esposos devem prestar consentimento voluntário e bem justificado. Caso mais adiante mudarem de opinião, não lhes é garantida a segurança para reverter a situação. Nenhuma política governamental deve pressionar as pessoas para que se esterilizem. Os médicos poderão se negar a realizar a esterilização se não estiverem convencidos que isso seja o melhor para a paciente.

Tratamentos de infertilidade

A busca de uma gravidez é legítima e as pessoas podem adotar as medidas necessárias para essa finalidade sempre que seja provado que essas medidas não violam a Sharia.

Inseminação artificial. A inseminação artificial está permitida somente se o esperma pertence ao marido (IAM). O sêmen de um doador (IAD) não pode ser utilizado, já que a procriação só é legítima no seio do matrimônio e com os elementos (os cônjuges) que o formam.

Fertilização in vitro (FIV). Este procedimento (o popular

"bebê proveta") é islamicamente aceitável sempre que implique somente os cônjuges, ou seja, que se aplique no seio da instituição do casamento. Para isso é preciso que exista um contrato de casamento válido e vigente. Tendo em conta que a viuvez ou o divórcio dissolvem o contrato de matrimônio, uma mulher não pode ser inseminada com o esperma, proveniente de um banco de sêmen, de seu marido defunto ou de um anterior marido. Não se permite a inclusão de uma terceira pessoa no processo, isto é, de uma pessoa que não seja o esposo e a esposa portadores do material genético em questão (o esperma e o óvulo), já que o contrário constituiria uma intrusão no contrato de casamento. Não se permite, nesse caso, a utilização de esperma, óvulo nem útero "estranhos" para portar o embrião de um casal.

Sub-rogação de útero. A sub-rogação de útero, mediante a qual uma mulher leva em seu útero o feto de outro casal, é totalmente inaceitável no Islam, já que implica uma gravidez extramatrimonial e gera uma dissociação entre os componentes biológicos e genéticos da maternidade (os quais deveriam permanecer indissociáveis). O desacordo acerca dos direitos parentais das mães de aluguel conduziu a problemas legais e de ordem diversa na América do Norte. O fato de que um contrato decida o destino de um feto é, sem dúvida, desumanizador, pois implica tratar o bebê como um objeto de compra e venda. As consequências disso em longo prazo se desconhecem, pois nunca antes na historia humana as mulheres tinham decidido voluntariamente engravidar e dar à luz com a intenção prévia de entregar seus bebês a outros. Na maioria dos casos, isso se faz por um preço estipulado reduzindo a maternidade de um "valor" a um bem. Caso isto se converta numa prática estabelecida, seus efeitos em longo prazo sobre os laços entre as gerações serão devastadores[24].

---

24 Este critério não foi sancionado unanimemente pelos doutores do Islam nem pelas academias de jurisprudência islâmica. (Nota do Dr. Bahige Mulla

Doação de órgãos e transplantes

O Alcorão diz: *"E quem salve uma vida será como se salvasse o mundo inteiro"*. Talvez não exista melhor forma de cumprir este preceito que através do transplante de órgãos doados a fim de substituir partes vitais do corpo que não funcionem. Várias normas islâmicas levaram a esta conclusão.

Em principio, a violação do corpo humano, vivo ou morto, é contrária às normas do Islam. Isso impediria dissecar o corpo de um doador vivo ou de um cadáver com a finalidade de extrair um órgão para ser doado. No entanto, outros dois preceitos resolvem a situação. O primeiro diz que "a necessidade impera sobre a proibição"; o segundo é o "principio do mal menor", segundo o qual é lícito o menor de dois males quando sua comissão evite a ocorrência do maior e não seja possível evitar nenhum deles. Nesse caso está permitida a doação de órgãos e o seu transplante, já que salvar uma vida é uma necessidade de maior peso do que a de preservar a integridade de um corpo ou um cadáver. O dano ao corpo de um doador é um mal menor em comparação com deixar um paciente morrer. Isso não deverá implicar perigo algum para o doador sempre que se possa comprovar de forma médica. Quando um doador, ou um parente mais próximo de um doador falecido, expressa o desejo de doar órgãos se deve tomar as medidas para garantir que preste seu consentimento de forma livre e voluntaria.

Transplante do tecido nervoso. Experiências recentes mostraram a eficácia do transplante do tecido nervoso no tratamento de algumas doenças. Isso é lícito se sua fonte é um feto animal ou um feto humano expulso espontaneamente e que o motivo da morte tenha sido natural. Não é lícito sacrificar um feto humano vivo ou factível com esse propósito. Pode se usar o tecido fetal tomado do produto de um aborto lícito, como por exemplo, o destinado a salvar a vida da mãe.

Huech).

Não é lícito criar fetos ou praticar abortos com o propósito de transplantar tecidos.

Feto anencefálico. O feto anencefálico é o resultado de uma anomalia congênita segundo a qual este carece de abóbada cranial e de hemisférios cerebrais. Embora nasça com vida, após um período que pode durar vários dias, finalmente morrerá. Enquanto permanecer com vida, seus órgãos não poderão ser usados para o transplante de órgãos. Não está permitido terminar com sua vida de forma artificial. Pode se manter com respiração assistida para conservar seus tecidos sãos até que seu cérebro (bulbo raquidiano) morra. Só então se podem extrair seus órgãos.

Transplante de glândulas sexuais. Não é lícito transplantar testículos capazes de produzir e liberar esperma, ou ovários capacitados para a ovulação, já que isso conduziria a uma confusão da genealogia e da concepção de bebês por gametas não unidos por um casamento autêntico, uma vez que tais espermatozoides e óvulos sempre pertencerão ao doador, e não ao destinatário. Não se aplica a proibição às glândulas sexuais estéreis (que não produzem gametas) que embora sejam hormonalmente ativas seu uso não tem cabida na prática clínica.

Definição de morte

Cabe destacar que a definição do momento em que tem lugar o óbito é importante para a resolução de problemas médicos. Por exemplo, para determinar quando prescindir da respiração assistida ou quando se pode extrair um órgão vital destinado a transplante, como por exemplo o coração. Isso também tem repercussões jurídicas tais como para a partição da herança e para a determinação do inicio do período de espera que uma viúva deve aguardar após a morte do seu

esposo antes de contrair novas núpcias (quatro meses e dez dias ou se estiver grávida, até o final da gestação).

Encontros jurídicos recentes aceitaram uma nova definição de morte baseada na morte cerebral definitiva (incluindo o bulbo raquidiano), embora algumas funções fisiológicas se mantenham através de animação artificial. A nova definição foi possível graças à analogia com uma antiga norma jurídica que reconhecia o conceito de "ferida letal". Há séculos se determinou que se uma pessoa fosse apunhalada e como consequência se produzisse a expulsão do intestino, isso constituía uma ferida de morte inclusive se a vítima continuasse se movendo ou mostrando outros sintomas de agonia (o que tecnicamente se conhece como "estar em convulsões de agonia"). Se um segundo agressor acabasse com a vítima causando-lhe a morte (completa), a acusação de assassinato continuaria dirigindo-se contra o primeiro agressor. O segundo seria acusado de homicídio, mas não de assassinato. As pessoas com morte cerebral cujos órgãos e sistemas sejam mantidos artificialmente recebem a consideração de "estar em convulsões de agonia", dado que sua volta à vida é cientificamente impossível. Por isso, não seria considerado um crime caso a animação fosse desconectada, ou caso lhe fosse extraído o coração vivo para transplantá-lo em um paciente cujo coração estivesse doente sem recuperação possível.

Eutanásia

A eutanásia foi aprovada legalmente na Holanda. Em dois estados norte-americanos chegou a ser submetida a votação, porém a moção foi derrotada nas urnas. No entanto, seu grupo de pressão é cada vez mais ativo. O Islam tem sua própria visão da eutanásia.

Vida humana. A inviolabilidade da vida humana foi decretada por Deus como princípio básico inclusive antes dos tempos de Moisés, Jesus e Mohammad. Em relação ao

assassinato de Abel por seu irmão Caim (ambos filhos de Adão), Deus diz no Alcorão:

> *De sorte que prescrevemos aos israelitas que quem matar uma pessoa, sem que esta tenha cometido homicídio ou semeado a corrupção na terra, será considerado como se tivesse assassinado toda a humanidade; quem a salvar, será reputado como se tivesse salvado toda a humanidade. Apesar dos Nossos mensageiros lhes apresentarem as evidências, a maioria deles comete transgressões na terra.* (Alcorão 5:32). A pena que os tribunais competentes ditem em caso de que o aborto tivesse sido causado por uma agressão ou ação intencional.

O Alcorão também diz: *"Não mateis, senão legitimamente, o que Allah proibiu matar."* (Alcorão 6:151 e 17:33). A Sharia define com grande detalhe as condições sob as quais está permitido tirar a vida, já seja em período de guerra ou de paz (como conceito de Direito Penal), e estabelece pré-requisitos rigorosos e diversas precauções destinadas a restringir a possibilidade da pena capital.

Existe o direito ao suicídio? O Islam não reconhece o direito ao suicídio, o qual é considerado uma violação da vida. Tendo em conta que não fomos criados por nós mesmos, não somos donos de nosso corpo. Foi-nos confiado o cuidado, a criação e a custodia. Deus é o Possuidor e o Doador, e seu direito a dar e tomar não pode ser vulnerado. No Islam, atentar contra a própria vida é um crime e um grave pecado. O Alcorão diz: *"Não cometais suicídio, porque Allah é Misericordioso para convosco."* (Alcorão 4:29).

Para advertir contra o suicídio o profeta Mohammad, disse: "Quem se der morte com um instrumento de ferro, o portará para sempre no inferno. Quem tomar veneno para se suicidar, permanecerá sorvendo para sempre aquele veneno

no inferno. Quem se arrojar por uma montanha para se suicidar, permanecerá para sempre caindo nas profundidades do inferno".

Eutanásia: "Morte piedosa?" A Sharia enumera e especifica as condições que fazem permissível tirar a vida (isto é, as exceções à norma geral da inviolabilidade da vida humana), e estas não incluem, nem justificam a "morte piedosa". A vida humana tem um valor intrínseco que deve ser respeitado intrinsecamente e com independência das circunstancias. A ideia de uma vida que não vale a pena viver não existe no Islam.

Não é aceitável tirar a vida para evitar o sofrimento. O profeta Mohammad disse: "Tempos atrás houve um homem que sofria uma grande angústia que afetava sua paciência, assim que, pegou uma faca, cortou-se o pulso e sangrou até morrer." E Deus disse: "Meu súdito acelerou seu fim, eu lhe nego o Paraíso". Em outra ocasião, durante uma campanha militar, um muçulmano resultou morto. Os companheiros do Profeta louvaram seu heroísmo e destreza na luta. No entanto, para sua surpresa, o Profeta afirmou: "Seu destino é o inferno". Quando indagaram a razão daquela afirmação descobriram que o homem havia resultado gravemente ferido na batalha, após a qual apoiou a empunhadura de sua espada no chão e a cravou contra seu peito suicidando-se.

Segundo o *Islamic Code of Medical Ethics*[25], aprovado na Primeira Conferência Internacional sobre Medicina Islâmica, "a morte piedosa, da mesma forma que o suicídio, não tem outra base que o pensamento ateu segundo o qual a nossa vida neste mundo é seguida do vazio. Tampouco se aceita provocar a morte em caso de doença dolorosa e irreversível,

25 *Islamic Code of Medical Ethics*. Kuwait: Islamic Organization of Medical Sciences, 1981, p. 65.

já que não existe dor humana que, de uma forma geral, não possa ser superada mediante medicação ou uma neurocirurgia adequada".

Além disso, é dada uma dimensão transcendente à dor e ao sofrimento. A paciência e a resistência são valores altamente considerados e premiados no Islam: *"Aos perseverantes, ser-lhes-ão pagas, irrestritamente as suas recompensas!" (Alcorão 39:10) e "sofre pacientemente tudo quanto te suceda, porque isto é ter firmeza (de propósito na condução) dos assuntos."* (Alcorão 31:17).

O profeta Mohammad nos ensina que "quando o crente é afligido por uma dor, embora seja por um espinho cravado ou algo maior, Deus perdoa seus pecados, e suas más ações são descartadas, da mesma forma que uma árvore muda suas folhas".

Quando os meios para prevenir ou aliviar a dor não se resolvem, se pode invocar de forma muito eficiente a dimensão espiritual para apoiar o paciente que crê que aceitar e enfrentar a dor inevitável lhe será recompensado no mais além (a vida real e duradoura). Isto poderia ser intolerável para uma pessoa que não crê no mais além, mas para quem crê, a eutanásia é com certeza intolerável.

Fator econômico. Existe uma preocupação crescente pelo custo financeiro de manter vivo o doente incurável e o senil. Tanto que alguns grupos pró-eutanásia passaram de invocar o "direito a morrer" a invocar o "dever de morrer". Estes reivindicam que, quando a máquina humana supera seu tempo produtivo, sua manutenção implica uma carga intolerável para os segmentos produtivos da sociedade, e por isso deve ser eliminada, de forma abrupta e antes que se produza

sua deterioração gradual[26].

Esta lógica é completamente alheia ao Islam. Os valores tem prioridade sobre as considerações econômicas. O cuidado do fraco, do idoso e do desvalido é um valor em si mesmo pelo qual as pessoas deveriam desejar sacrificar tempo, esforço e dinheiro, e isso começa, naturalmente, com os próprios pais:

> *O decreto de teu Senhor é que não adoreis senão a Ele; que sejais indulgentes com vossos pais, mesmo que a velhice alcance um deles ou ambos, em vossa companhia; não lhes dirijais palavras de desrespeito, nem griteis com eles; outrossim, dirigi-lhes palavras honrosas. E estende sobre eles as asas da humildade, e dize: Ó Senhor meu, tem misericórdia de ambos, como eles tiveram misericórdia de mim, criando-me desde pequenino! Vosso Senhor é mais sabedor do que ninguém do que há em vossos corações. Se sois virtuosos, sabei que Ele é Indulgente para com os penitentes.* (Alcorão 17:23-25)

Enquanto que tal preocupação é uma virtude ordenada e recompensada por Deus neste mundo e no outro, os crentes não a consideram uma dívida, mas sim um investimento. Para uma comunidade materialista, centrada no dólar, esta lógica carece de sentido. Mas não é o caso para a comunidade da fé, consciente de Deus e orientada aos valores.

Quando os meios individuais não podem cobrir o custo dos cuidados precisos, isso passa a ser, segundo o Islam, responsabilidade coletiva da sociedade, e as prioridades econômicas são remodeladas com o objetivo de priorizar esses valores sobre os prazeres (as pessoas certamente obtém mais prazer em prestar atenção aos valores do que em perseguir

---

26 Atalli, Jacques: *La medicine en accusation*. Citado em Michel Solomon: *L'Avenir da Vie*. Coleção *Les Visages de L'avenir*. Paris: Seghers, 1981, pp. 273-275.

banalidades). Um requisito prévio, com certeza, é a completa reorientação moral e espiritual de uma sociedade que não sustente tais premissas.

Situações clínicas. Em um contexto islâmico, não se costuma abordar a questão da eutanásia e, caso se faça, é descartada pelo fato de ser ilegítima desde um ponto de vista religioso. O paciente deve receber toda a ajuda psicológica possível e toda a compaixão que seus familiares e amigos possam lhe oferecer, incluindo os seus conselheiros espirituais (religiosos). O facultativo, do mesmo modo, deve participar no processo proporcionando todas as medidas terapêuticas que permitam aliviar a dor. O dilema surge quando as doses de analgésicos necessárias para aliviar a dor se aproximam ou alcançam as que poderiam precipitar a morte do paciente. Para evitar isso se deve invocar a atenção de um médico. No entanto, desde um ponto de vista religioso, a questão central do assunto radica em discernir a verdadeira intenção do médico, se é matar ou aliviar. A lei não pode verificar a intenção. Mas, para o Islam, a intenção não escapa ao olhar de Deus, que tudo o escruta: *"Ele (Allah) conhece os olhares furtivos e tudo quanto ocultam os corações."* (Alcorão 40:19). Os pecados que sejam constitutivos de delito que não possam ser demonstrados poderão escapar à jurisdição judicial, mas continuamos sendo responsáveis deles ante Deus.

A pesquisa para encontrar remédios médicos para as doenças é obrigatória no Islam em aplicação de dois preceitos do Profeta: "Busca o remédio, porque para cada doença Deus criou uma cura" e "teu corpo tem direitos sobre ti". No entanto, quando o tratamento não oferece esperança de cura deixa de ser obrigatório. Isto é de igual aplicação a medidas cirúrgicas e farmacológicas, assim como, segundo a maioria dos eruditos religiosos, às equipes de animação artificial. Por outro lado, as necessidades comuns às que tem direito todas as pessoas vivas e que não se categorizam como "tratamentos"

são um assunto à parte. Nesta esfera se incluem o alimento, a bebida e os cuidados ordinários de enfermaria, tudo o qual se deve manter enquanto o paciente permanecer vivo.

O *Islamic Code of Medical Ethics,* afirma na página 67 que "em sua defesa da vida, os médicos devem ser conscientes de seus próprios limites e não transgredi-los. Se cientificamente não há dúvidas de que a vida não pode ser restaurada não tem sentido manter o paciente de maneira diligente em um estado vegetativo mediante medicamentos heroicos ou preservá-lo através de congelamento ou outros meios artificiais. O objetivo dos médicos é preservar o processo da vida, não o processo da morte. Em nenhum caso o facultativo adotará uma medida positiva para terminar com a vida do paciente".

Comentário

A questão da eutanásia não se pode abordar com independência do contexto ideológico global de cada comunidade. Os muçulmanos creem em Deus e em uma Sharia de origem divina, por isso, como é natural, terão um ponto de vista diferente sobre a questão que as pessoas que não creem em Deus ou que reconhecem a existência de Deus, mas Lhe negam toda autoridade para nos ditar o que devemos ou não fazer. Para a maior parte da Cristandade contemporânea, o conceito de separação de Igreja e Estado foi levado ao ponto de excluir a Deus de tudo o que é humano, embora se trate de assuntos totalmente diferentes.

A experiência com a eutanásia durante o século XX na Alemanha nazista foi muito ilustrativa. Foi aprovada, promovida e executada por profissionais médicos que podiam se vangloriar de maior inteligência e status profissional. No entanto, depois de assumir a ideia de que "existem vidas as quais não vale a pena vivê-las" tomaram-se decisões que finalmente conduziram aos horrores posteriores. O grupo de

pressão a favor da eutanásia se reagrupou na Holanda e tomou como objetivo a Europa e a América. Aqueles que se opõem à eutanásia põem em dúvida o suposto livre consentimento dos pacientes que, além de se achar numa situação pessoal extrema, também sofrem por ser conscientes do peso psicológico e econômico que sua doença e seu tratamento coloca sobre os ombros de suas famílias. Como se não bastasse, o consentimento prestado pela família está aberto à possibilidade de que surjam conflitos de interesses. A ordem de batalha está preparada. O resultado ainda está por ver. No Islam, felizmente, graças a sua fortaleza teológica, não existe tal conflito.

Engenharia genética

A engenharia genética gerou discussões especialmente intensas entre os eruditos muçulmanos, já que no Alcorão se alude propositadamente o fato de "desfigurar a natureza da criação divina". Segundo o Alcorão, Satanás tentou a Adão e Eva para que pecassem comendo o fruto da Árvore Proibida. Depois, se sentiu consternado ao ver que se arrependiam, eram perdoados e se lhes concedia a honra de povoar o planeta Terra como representantes de Deus. Satanás, então, solicitou a Deus outra oportunidade para provar-Lhe que os seres humanos não são, em definitiva, tão dignos de confiança. Quando Deus o autorizou a tentar os humanos (embora deixando claro que só poderia tentar àqueles que optassem por segui-lo), Satanás tratou de confundi-los dizendo: *"Juro que me apoderarei de uma parte determinada dos Teus servos, a qual desviarei, fazendo-lhes falsas promessas. Ordenar-lhes-ei cortar rente as orelhas do gado e os incitarei a desfigurar a criação de Allah!"* (Alcorão 4:118-119).

Estes versículos influíram muito nos eruditos e médicos muçulmanos. Por exemplo, tem relação com as operações cirúrgicas de mudança de sexo mediante as quais homens se convertem em mulheres e vice-versa. Embora estes versícu-

los se apliquem claramente a cirurgias tão radicais e antinaturais, o consenso é que não se podem invocar para proibir total e radicalmente toda forma de engenharia genética. Se esses versículos forem levados longe demais, poderia gerar conflitos com um grande número de procedimentos cirúrgicos curativos que, da mesma forma, implicariam mudar a criação de Deus.

O desenvolvimento científico da engenharia genética gera numerosos problemas éticos. A criação de novas bactérias virulentas para seu uso como arma biológica foi motivo de profunda preocupação durante os anos setenta, quando por primeira vez se descreveu a tecnologia do DNA recombinante. Aplicações desse tipo são claramente errôneas. No entanto, as aplicações destinadas a diagnosticar, melhorar, curar ou prevenir doenças genéticas são aceitáveis e inclusive recomendáveis. A substituição genética se baseia essencialmente na cirurgia de transplante, embora se desenvolva a nível molecular. As possibilidades farmacêuticas da engenharia genética podem abrir perspectivas grandiosas no tratamento de inumeráveis doenças, e suas possibilidades agropecuárias poderiam ajudar a solucionar o problema da fome no mundo.

A principal preocupação em torno à engenharia genética reside em que gera um futuro desconhecido e incerto. A possibilidade de enxertar novos genes tanto nas células somáticas como nas germinais afetando as gerações futuras, poderia se relacionar mais tarde com trágicas mutações que se autoperpetuam. Os inconvenientes da radiação atômica, por exemplo, não foram evidentes durante algum tempo, nem se pôde reparar o dano causado. Os riscos da engenharia genética são ainda mais sérios.

O intercâmbio de material genético entre espécies praticamente implica a criação de novas espécies com características mistas. No entanto, o fato de agir com imprudência levados

pela tendência humana a buscar o desconhecido e o inalcançável, a humanidade poderia se ver enfrentada a modos de vida ainda inexistentes. Se isso ocorresse, os científicos poderiam pensar que tudo permanece sob controle, quando na realidade esse não seria o caso. A manipulação da descendência humana poderia se estender inclusive mais além da luta contra a doença e conduzir ao cultivo de características físicas desejáveis, fato que desembocaria em elitismo e discriminação contra as pessoas (normais) carentes de tais características. Algo pior ainda seria manipular a conduta isolando os genes que a modelam. Interferir na personalidade humana e na sua capacidade para afrontar a responsabilidade individual é sem dúvida algo que seria condenado pelo Islam.

A engenharia genética atrai o grande capital cujos investidores, sem dúvida, buscarão nela o máximo beneficio financeiro. Muitos científicos já substituíram suas torres de marfim por outras de ouro e o espírito de cooperação aberto e altruísta, pelo do segredo comercial e a patente de novas formas de vida. Diversas vozes tornaram públicas suas inquietudes morais relacionadas com a igualdade, a justiça e o bem comum. Talvez seja este o momento para um debate público global e para a formulação prospectiva de um código ético de engenharia genética. Uma longa história nos espera, que apenas acaba de começar.

EPÍLOGO

Seria uma pena que este livro fosse lido e deixado de lado, como qualquer outro. Inclusive se o leitor avisado acreditasse até a última palavra do que escrevi e tudo ficasse aí, também consideraria que meu propósito ficou incompleto. Tudo terá sido em vão se o cognitivo não der passo ao psicomotor. Se o conhecimento que se oferece nesta obra não gera sentimentos no coração do leitor e não se reflete em sua conduta terá sido tão estéril como uma árvore sem frutos.

Os corações não podem albergar o vazio. Este sempre se enche de amor, de ódio ou de indiferença. Agora que sou velho, depois de toda uma vida estudando e refletindo sobre a fé islâmica, sinto que meu coração derrama amor. É um amor universal e sem um destinatário concreto. Sinto amor pelo meu próximo, pelos animais, pelas aves, pelas árvores, pela terra e o Universo em que vivemos. E, no fundo de meu coração, gostaria que esse amor fosse contagioso.

O amor não pode substituir a política, a economia, a indústria, a administração, a mão de obra ou os negócios; nem sequer pode substituir a guerra. Mas as ações das pessoas estão invariavelmente marcadas por suas atitudes. Até agora, as atitudes humanas tem sido principalmente egoístas, cobiçosas e insensíveis, o que infelizmente deixou sua marca na escala individual e internacional. Mas se tudo isso pudesse mudar, todos seríamos felizes, inclusive aqueles que tivessem que sacrificar seu modo de vida pelo bem comum.

A filosofia do amor como motivação básica não é nova, mas hoje a maioria das pessoas não é levada a sério. Essa filosofia se estende mais além da religião e da raça, por isso é tão importante que aqueles que se somarem a ela abram os braços e se unam. Ser minoria não é nenhum impedimento se a curva da felicidade continua ascendendo. É uma necessidade

que sente toda a humanidade. As pessoas estão fartas de soluções materialistas e da decepção do ateísmo. Percebe-se uma sede de espiritualidade que clama por ser saciada. Se apenas uma pequena parte da massa crítica que está desejando lutar pelo bem e pela decência tomasse a iniciativa, se poderia gerar uma reação em cadeia com um poder arrasador. O mundo mudaria. Mas isso jamais ocorreria sem um esforço diligente e desinteressado por parte daqueles que creem na importância dessa mudança.

Desejo finalizar com a saudação islâmica: Que a paz esteja com vocês!

GLOSSÁRIO

Allah. Nome próprio em árabe do Deus Único, o Criador e Senhor do universo, o Deus de Adão, Noé, Abraão, Moisés, Jesus, Mohammad e todos os profetas.

Allahu Akbar. Deus é maior do que tudo. Os muçulmanos recitam esta frase no *adhan* (ou chamada para a oração preceptiva) em suas orações e em qualquer momento, como súplica e prece a Deus.

Caaba. Literalmente, uma edificação em forma cúbica. A Caaba foi a primeira "mesquita", construída pelo profeta Abraão e seu filho Ismael em Makka para dar culto a Deus.

Alcorão. O último livro revelado por Deus a modo de guia e misericórdia para toda a humanidade. O Alcorão confirma o que restou das autênticas revelações de Deus, conduz o homem a adorar a Deus, instrui à humanidade sobre Sua verdadeira natureza sobre Seu desejo para a espécie humana, assim como explica a realidade e propósito de nossa vida na terra. Foi revelado ao profeta Mohammad através do anjo Gabriel num período de vinte e três anos.

Eid. Festa ou festival. Os muçulmanos têm dois *eid*. O primeiro celebra a conclusão do jejum de Ramadã e o segundo, a obediência a Deus do profeta Abraão. Os muçulmanos celebram estes *eid* com orações especiais em comunidade, atos de caridade e encontros com familiares e amigos.

Hajj. Peregrinação, durante o mês de Dhul-Hijjah, à Caaba, que é a primeira Casa construída para render culto a Deus por Abraão e seu filho Ismael, no lugar que posteriormente seria conhecido como Makka (Arábia Saudita). O Hajj conclui com a Festa do Sacrifício (Eid al-Adha) e é obrigatório pelo menos uma vez na vida para todos os muçulmanos que, física e economicamente, possam se permitir a viagem à Makka.

Hadith. Ditos do profeta Mohammad memorizados e recolhidos por escrito por seus companheiros e, mais tarde, compilados em várias coleções. Entre estas coleções, as de Bukhari e Muslim são as consideradas mais autênticas. Outras coleções autênticas são a Muwatta e as de al-

Nisa'i, Ibn Majah, Al-Tirmidhi e Abu Dawud. Às vezes considerados como "tradições", os hadith constituem a segunda fonte mais importante do Direito Islâmico imediatamente depois do Alcorão. A ciência do hadith é muito escrupulosa quando estabelece a autenticidade de um hadith do Profeta e a credibilidade de seus transmissores.

Imam. Pessoa que guia a oração coletiva ou governante escolhido pela comunidade.

Injil. Livro revelado por Deus ao profeta Jesus para guia dos Filhos de Israel. Já não existe como tal, porém, partes do original podem ter sobrevivido nos Evangelhos.

Islam. Literalmente, submissão ou rendição. Islam significa obediência e submissão a Deus. Islam também significa "paz", o que destaca o fato de que apenas através da obediência a Deus se pode lograr a verdadeira paz consigo mesmo e com as outras criaturas de Deus que o rodeiam. Aqueles que acreditam e praticam o Islam são muçulmanos. O Alcorão nos ensina que desde a criação do mundo todos os profetas de Deus, neste sentido, foram muçulmanos e sua mensagem essencial à humanidade era o Islam, ou seja, a mensagem da paz e a obediência a Deus.

Ijtihad. Literalmente significa "empenho". Na tradição jurídica islâmica significa pôr o máximo empenho através do raciocínio jurídico para analisar um problema ou questão com o objetivo de determinar a verdadeira intenção ou o autêntico objetivo em relação ao problema, especialmente quando não há uma guia específica nas fontes originais (ou seja, no Alcorão e na Sunna).

Ramadã. Nono mês do calendário islâmico, durante o qual os muçulmanos adultos que sejam saudáveis devem se abster de ingerir comida e bebida e de manter relações conjugais desde o amanhecer até o anoitecer. Cada ano o Ramadã se adianta onze dias do calendário lunar, uma benção que garante que tanto os muçulmanos do hemisfério norte quanto os do hemisfério sul façam jejum sempre a mesma quantidade de horas.

Salá ou ***salat***. Cada uma das cinco orações formalizadas do Islam nas quais os muçulmanos recitam partes do Alcorão enquanto se inclinam e

se prostram em adoração. O *salá* ou *salat* permite aos muçulmanos manter uma comunicação contínua com seu Criador que constantemente lhes recorda sobre sua elevada missão moral e espiritual nesta vida.

Sawm. Jejum diurno. O *sawm é* obrigatório para os muçulmanos durante o mês de Ramadã e uma prática recomendada durante o resto do ano. Para os muçulmanos, fazer jejum é um treinamento para a obediência a Deus, a paciência durante os tempos difíceis e a compaixão para com os pobres. Como ato de culto, o *sawm é* uma intensa experiência espiritual que permite aos muçulmanos conscientes aprofundar em sua relação com Deus.

Shahada. Declaração de fé que afirma que não há outro deus que o Deus Único e Verdadeiro, e que Mohammad é seu servo e mensageiro. O único pré-requisito para se tornar muçulmano é recitar a *shahada* com convicção sincera.

Sharia. A Lei islâmica ou corpo do Direito Islâmico, baseada no Alcorão e a Sunna do profeta Mohammad, assim como nos assuntos não resolvidos nas duas fontes anteriores, no raciocínio jurídico (*ijtihad*).

Shi`a. Literalmente "partidário". Denota a minoria de muçulmanos que acreditam que Ali, primo do Profeta, foi seu sucessor legítimo, e não Abu Bakr (o primeiro califa) nem nenhum outro. Embora estejam perfeitamente de acordo com outros muçulmanos com relação aos princípios básicos do Islam, os xiitas mantiveram sua identidade como grupo religioso diferenciado.

Shura. Consultas mútuas. O Alcorão ordena aos muçulmanos que adotem suas decisões mediante a *shura*, o que implica que os dirigentes devem ser escolhidos mediante mandato público e que devem consultar àqueles aos quais representam no momento de adotar as decisões que lhes afetam. Os governantes muçulmanos estão obrigados a respeitar o procedimento da *shura*. No Islam não há lugar para uma ditadura.

Sunna. Literalmente, "prática" ou "exemplo". A *Sunna* inclui os atos e ditos do profeta Mohammad e constitui uma fonte de grande importância na Lei Islâmica.

Wudu. Abluções. Para os muçulmanos, cada *salá* significa um encontro com seu Senhor, e se preparam para esse encontro renovando o

seu estado de pureza física e mental mediante o *wudu*, com a intenção explícita de adorar e render culto a Deus. Para isso, se lavam as mãos, os braços, o rosto e os pés com água clara e se passam os dedos molhados pela cabeça e o pescoço.

***Jihad*.** Significa literalmente, luta. Denota a luta pela causa de Deus dirigida ao aperfeiçoamento moral de si mesmo, à reforma do próprio caráter ou, em um círculo social mais amplo, à luta para frear o mal e promover o bem, de forma pacífica e através de uma exortação bela, mas também mediante o uso da força quando a tirania e a injustiça prevaleçam privando o homem de dignidade e liberdade de pensamento, crença e expressão.

***Zakat*.** Literalmente, "purificação" e "crescimento" (imposto sobre a renda e o patrimônio). O *zakat* é preceptivo para todos os muçulmanos que possuam mais bens dos que legitimamente lhes são essenciais. Os muçulmanos devem entregar para os pobres e necessitados, a quantidade correspondente a 2,5% do dinheiro que reste depois de cobrir suas próprias e legítimas necessidades.

ÍNDICE TEMÁTICO

De vez em quando aparece um livro capaz de mudar nosso modo de ver o mundo. "Viagem pela mente de um muçulmano" é um desses livros. O Dr. Hassan Hathout parte de uma simples observação. Sua experiência de vida entre duas culturas - o autor nasceu no Egito, viveu alguns anos na Grã Bretanha, e posteriormente, durante mais de uma década nos Estados Unidos - o leva a perceber que "o Islam é amplamente conhecido no Ocidente precisamente por aquilo que não é".

Este autor de vasta cultura enciclopédica (doutor em medicina, pensador, conferencista e poeta) se propõe a orientar o leitor através de um périplo completo em torno ao Islam. Para esta viagem, nos proporciona uma aguda e lúcida "anatomia" da vida islâmica, ao mesmo tempo em que nos desvela, com incisiva clareza, o guia interior, o pensamento subjacente à prática, o espírito das escrituras e a Razão Última, Deus. Esta viagem iluminadora é um convite à reflexão para os não muçulmanos e também para os "seguidores da tradição judaico-cristã-islâmica", como os denomina de maneira muito acertada o Dr. Hathout. Para os muçulmanos se trata de uma viagem de reafirmação da fé que provê de respostas vitais e oportunas os dilemas da vida no novo milênio.
"Viagem pela mente de um muçulmano" aborda assuntos fundamentais de nosso tempo desde a perspectiva islâmica. Neste trabalho sensato, cálido e inspirador o Dr. Hathout se dirige à humanidade na Era do Egoísmo, do "Microteísmo" e da Impiedade. Nesta chamada à esperança, o autor sustenta que, quando uma "massa crítica mínima" começa a compreender e a colaborar, uma mudança real é possível.
Ser conhecido pelo que realmente somos constitui um direito humano básico, afirma o Dr. Hathout. O leitor encontrará aqui o Islam tal como é, e o mundo tal como poderia chegar a ser.

"Os americanos responderão positivamente à sinceridade e a franqueza da obra. Este livro nos mostra a penetrante sabedoria que um ser humano é capaz de alcançar..." (Frank Vogel, Faculdade de Direito de Harvard).

"Este livro desempenhará um papel fundamental nas aulas de estudos religiosos (incluída a minha)" (Crear Douglas, Departamento de Estudos Religiosos, Universidade Estatal da Califórnia, Northridge).

"O Dr. Hathout aborda assuntos vitais que os fiéis de nenhuma comunidade religiosa podem ignorar... O autor guia o leitor pela via do discurso intelectual, traçado anteriormente por grandes intelectuais muçulmanos ao nível do Imam al-Gazzali" (Sulayman Nyang, Universidade de Howard).

HASSAN HATHOUT